



150770 – Agrupamento de Escolas de Cristelo

R. Dr. Adriano Magalhães, nº 201,
4580 – 352 Cristelo

Telefone: 255 783 280 / email: aecris@agcristelo.edu.pt



NORTE2020

PORTUGAL
2020



PROJETO EDUCATIVO TEIP

TRABALHO, ENGENHO, INCLUSÃO E PROGRESSO

2018/2022



Agrupamento
Escolas de Cristelo



TRABALHO ENGENHO INCLUSÃO PROGRESSO TRABALHO ENGENHO INCLUSÃO PROGRESSO TRABALHO ENGENHO INCLUSÃO PROGRESSO TRABALHO ENGENHO

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL
2020



“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do
seu próprio conhecimento”

Platão

1.Introdução	5
2.Missão e visão estratégica	7
3. Princípios Orientadores	8
PARTE I – QUEM SOMOS?	9
4. Contexto e Caracterização Geral do Agrupamento	9
4.1 Caracterização do Meio	9
4.1.1 Cidade de Paredes	12
4.1.2 Localização Geográfica e Rede de Acessibilidades	13
4.1.3 Freguesia de Cristelo	13
4.1.4 Contexto Socioeconómico	14
4.1.5 As freguesias na área de influência do Agrupamento	15
└ Freguesia de Cristelo	15
└ Freguesia de Duas Igrejas	16
└ Freguesia de Sobrosa	16
4.2 Caracterização do Agrupamento	17
4.2.1 O Agrupamento de Cristelo	17
4.2.2 O Meio Socioeconómico e Cultural do Agrupamento	18
4.2.3 Abandono Escolar	19
4.2.4 Resultados Escolares	20
a) A Evolução dos Resultados em Matemática, Português e Inglês - 2º Ciclo	22
b) A Evolução dos Resultados em Matemática, Português e Inglês - 3º Ciclo	23
c) Qualidade de Sucesso do Agrupamento	24
d) Taxas de Transição / Retenção	26
e) Resultados Externos	28
4.2.5 Resultados Sociais	28
4.2.6 Reconhecimento da Comunidade	33
4.2.7 Recursos do Agrupamento	35
4.3 Estrutura Organizacional e Funcional	40

5. Os Problemas do nosso Agrupamento	41
PARTE II - A ESCOLA QUE QUEREMOS	43
6. Divulgação e Conclusão	53
7. ANEXOS	54
Anexo A – Informações gerais do Agrupamento	55
Anexo B – Oferta educativa e sua frequência	57
Anexo C – População escolar	59
Anexo D – Meio socioeconómico	61
Anexo E – Recurso do Agrupamento	71
Anexo F – Plano Plurianual de Melhoria	73
Anexo G – Plano de Inovação	112
Anexo H – Plano de Estudos e Desenvolvimento Curricular	158
Anexo I – Dossier Técnico Pedagógico	198

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza que é, entre outras, função do sistema educativo, do qual a Escola é um elemento preponderante, contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do caráter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico.

Segundo o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho, “As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar -se a governação das escolas.” Nesta ótica cada Instituição de ensino tem ao seu dispor recursos humanos e materiais limitados, com características específicas, que permitem responder às dificuldades identificadas, permitindo desenhar respostas educativas adequadas em função das necessidades individuais ou de grupo. No entanto, é necessário ter presente que todos os projetos se caracterizam por uma perspetiva evolutiva em que a construção deve ser progressiva, mas mantendo presente a necessidade de dar resposta às novas dificuldades que todos os dias as crianças e demais elementos da comunidade educativa nos trazem, assim um Projeto Educativo enquanto modelo orientador da ação nunca está encerrado – cada dia a sua (re)construção é algo real – as crianças, os professores, a direção, todo o pessoal não-docente e os pais.

O presente Projeto Educativo na linha dos projetos educativos anteriores foi desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Cristelo na sequência de um convite do Ministério da Educação para integrar o programa de intervenção designado por «Territórios Educativos de Intervenção Prioritária» (TEIP) no ano 2009. Mantendo-se esta condição específica, e dada a experiência entretanto acumulada que nos permitiu limar as estratégias seguidas, levando-nos a considerar esta continuidade, como uma oportunidade muito importante, para desenvolver ferramentas e estratégias consideradas necessárias para

enfrentar o conjunto de problemas socioeducativos, bem como económicos com que este agrupamento/território se debate.

O nosso Projeto Educativo “TEIP – Trabalho, Engenho, Inclusão e Progresso” é a expressão da identidade e autonomia da Escola e apresenta-se como um polo agregador da Comunidade Educativa. É um documento essencial da política interna deste Agrupamento, cujas principais finalidades são definir as linhas orientadoras da atividade educativa, clarificar o plano de ação, que se materializa no Plano Anual de Atividades e que pretende desenvolver, com vista à melhoria da qualidade do serviço, promovendo o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Neste sentido, o conceito de que a Educação e a Formação se fazem ao longo da vida está no cerne das nossas preocupações, tendo em conta que este conceito só pode ser entendido como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões, da sua capacidade de discernir e agir e fazer opções em liberdade.

Deste modo, o Projeto Educativo surge como o instrumento que visa possibilitar a definição e a formulação das estratégias que vão fazer do nosso Agrupamento o espaço organizacional onde se vencem os desafios educativos, podendo mesmo ser um fator de inovação, de orientação e condução das mudanças transformadoras da ação educativa, bem como elemento estruturante do planeamento e de concretização.

Este documento pretende expressar uma dinâmica coletiva de reflexão, em função da qual se estabeleceu um conjunto de compromissos, muitos dos quais se encontram presentes no programa de ação a que se propõe este projeto.

Delinear um Projeto Educativo é traçar uma rota, é saber por e para onde se caminha, envolvendo toda a Comunidade Educativa. É neste documento que podemos encontrar a orientação que nos permitirá construir o caminho para atingir de forma consciente as metas a que nos propomos.

2. MISSÃO E VISÃO ESTRATÉGICA

Os nossos Valores

- **EXCELÊNCIA:** Valorizamos os nossos *clientes* (alunos) com fornecimento de qualidade e Excelência em tudo que fazemos e pelo modo fazemos.
- **PARTICIPAÇÃO:** Trabalhamos em equipa, onde todos contribuem para o êxito de nossas atividades e são parte integrante nos órgãos de decisão.
- **TRANSPARENCIA:** Orgulhamo-nos de ter uma comunicação aberta e honesta, onde as novas tecnologias concorrem como um potencial eficaz de informação e mecanismo de prestação de contas.
- **CRIATIVIDADE:** Valorizamos a criatividade e inovação individual.

Visão Estratégica

A Excelência e o Otimismo enquadram cinco fatores que ocuparão as nossas intenções enquanto organização no futuro de curto, médio e longo termo: “Queremos ser uma Escola **Coesa; Responsável; Crítica; Inovadora; Aberta ao Mundo.**”

Missão do Agrupamento

Promover valores éticos, tornando a escola num espaço de cultura, aberta à comunidade e formadora de indivíduos. Dispõe-se a praticar a democracia, ajudar os encarregados de educação no processo educativo e promover parcerias entre entidades diferentes. Estas apostas tendem a promover o sucesso educativo, esbater as diferenças sociais e criar uma cultura de avaliação de forma a alcançar a melhoria contínua, visando à construção de uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

Objetivos Estratégicos

- Melhorar o processo Ensino Aprendizagem e desempenho dos alunos.
- Combater o abandono e exclusão escolar e social.
- Fortalecer e dinamizar a gestão escolar em parceria com os pais, através de mecanismos de prestação de contas cada vez mais eficientes e eficazes.

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Administração das Escolas	Democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo, de modo adequado às características específicas dos vários níveis de educação e de ensino;
	Primado de critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa;
	Representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa;
	Responsabilização do Estado e dos diversos intervenientes no processo educativo;
	Estabilidade e eficiência da gestão escolar, garantindo a existência de mecanismos de comunicação e informação;
	Transparência dos atos de administração e gestão;
Desenvolvimento da Autonomia da Escola	A integração comunitária, através da qual a escola se insere numa realidade concreta, com características e recursos específicos;
	A iniciativa dos membros da comunidade educativa, na dupla perspetiva de satisfação dos objetivos do sistema educativo e da realidade social e cultural em que cada escola se insere;
	A diversidade e a flexibilidade de soluções suscetíveis de legitimarem opções organizativas diferenciadas em função do grau de desenvolvimento das realidades escolares;
	O gradualismo no processo de transferência de competências da administração educativa para a escola;
	A qualidade do serviço público de educação prestado;
	A sustentabilidade dos processos de desenvolvimento da autonomia da escola, elaboração de regimentos dos vários órgãos e estruturas do Agrupamento;
	A equidade, visando a concretização da igualdade de oportunidades;
	Estabelecimento de parcerias com estruturas do poder autárquico, entidades e instituições ligadas à educação, emprego e saúde.

Quadro 1 - Princípios Orientadores

PARTE I – QUEM SOMOS?

4. CONTEXTO E CARATERIZAÇÃO GERAL DO AGRUPAMENTO

4.1 Caraterização do Meio

Segundo dados dos últimos Censos, Portugal tem uma população residente de 10.562.178 habitantes, sendo que 1.759.524 de habitantes estão integrados na Área Metropolitana do Porto. O concelho de Paredes tem, de acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, 86.854 habitantes, mais 3.478 habitantes do que em 2001 (83.376). É o oitavo concelho com maior número de habitantes residentes da Área Metropolitana do Porto. Em termos quantitativos representa 5% do total de residentes na área Metropolitana do Porto.

População Residente nos Concelhos da Área Metropolitana do Porto

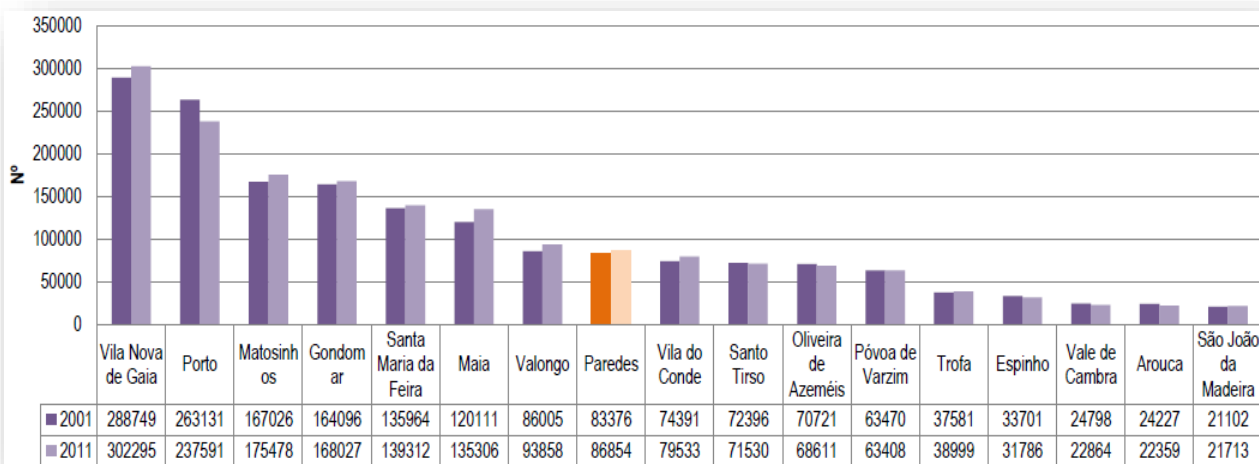


Grafico1_ População residente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto [Recenseamento Geral da População – 2001 e 2011]

Considerando os dados dos Censos de 2001 e 2011 percebe-se que houve um aumento significativo da população em alguns concelhos. O concelho de Paredes registou uma taxa de variação de 4,17%, acima da verificada em Portugal (1,99%) e no Norte (0,06%) (Quadro2).

	2001	2011	Diferença	Taxa de variação
Vila Nova de Gaia	288749	302295	13546	4,7%
Porto	263131	237591	-25540	-9,7%
Matosinhos	167026	175478	8452	5,1%
Gondomar	164096	168027	3931	2,4%
Santa Maria da Feira	135964	139312	3348	2,5%
Maia	120111	135306	15195	12,7%
Valongo	86005	93858	7853	9,1%
Paredes	83376	86854	3478	4,2%
Vila do Conde	74391	79533	5142	6,9%
Santo Tirso	72396	71530	-866	-1,2%
Oliveira de Azeméis	70721	68611	-2110	-3%
Póvoa de Varzim	63470	63408	-62	0,1%
Trofa	37581	38999	1418	3,8%
Espinho	33701	31786	-1915	-5,7%
Vale de Cambra	24798	22864	-1934	-7,8%
Arouca	24227	22359	-1868	-7,7%
São João da Madeira	21102	21713	611	2,9%

*Quadro2_ Taxa de variação da população residente nos concelhos da Área Metropolitana do Porto
[Recenseamento Geral da População – 2001 e 2011]*

Os números indicam que nesta zona, contrariando grande parte das restantes regiões do país, do ponto de vista demográfico, há uma dinâmica populacional bastante forte. Todavia, os mesmos números revelam dados preocupantes quanto à População Residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011.

Numa análise da agregação populacional por núcleos familiares, os Censos 2011 revelam a existência de 4.043.726 famílias clássicas em Portugal, 1.330.892 na zona norte, 653.058 na Área Metropolitana do Porto e 28.114 em Paredes. Quanto à taxa de atividade no concelho de Paredes entre 1991 e 2001 ficou marcada por uma evolução positiva, no entanto, nesta última década registou uma ligeira diminuição, que, de resto, acompanham a tendência nacional.

No gráfico 2 permite-nos constatar que relativamente à população empregada por setor de atividade económica, o setor terciário aglutina a maior percentagem da população empregada em Paredes, à semelhança do que acontece na Área Metropolitana do Porto (AMP).

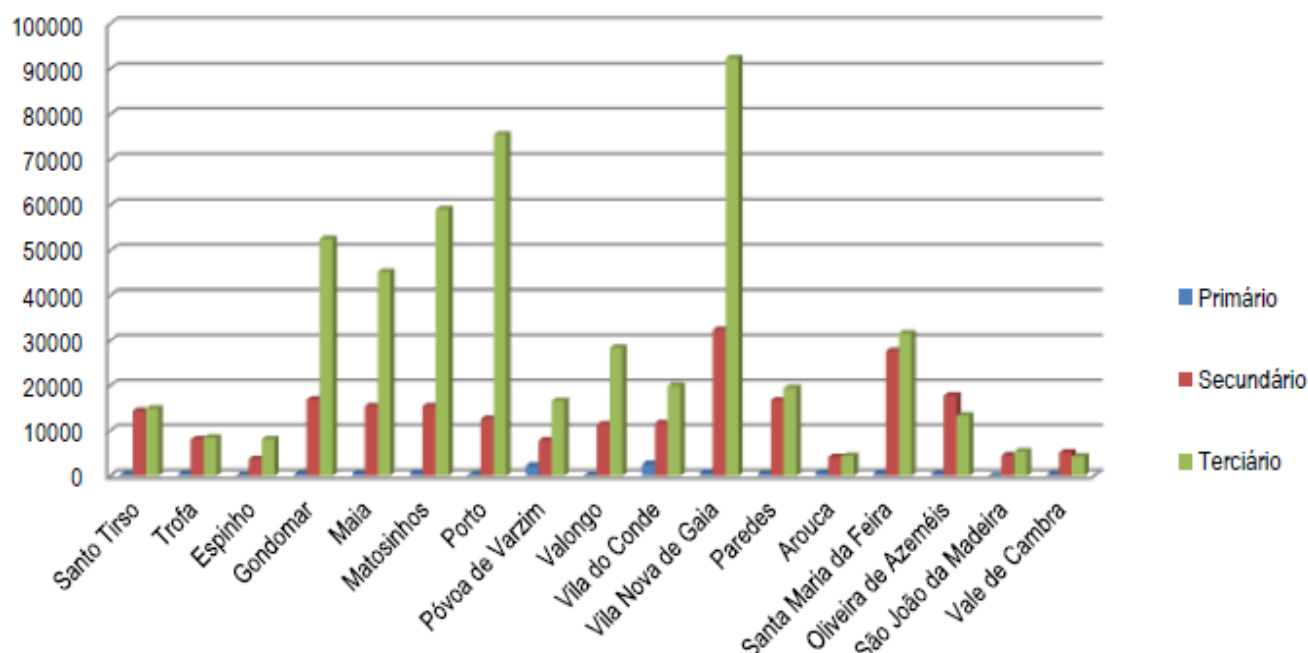


Gráfico 2_População empregada por setor de atividade económica, na AMP [Recenseamento Geral da População - 2001 e 2011]

É de salientar que, no que respeita à indústria da madeira e do mobiliário, o concelho de Paredes representa 46,6% do peso do sector na região. De facto, é provavelmente através da marca Rota dos Móveis que a maioria das pessoas identifica o concelho e a cidade de Paredes. Com esta identidade, que se escuda na produção de cerca de 65% do mobiliário nacional, o concelho assume a responsabilidade de seguir altos padrões de qualidade ao nível do design e da conceção de móveis, procurando assim ser competitivo também a nível internacional.

Apesar do esforço de promoção das indústrias locais, os sectores predominantes são bastante vulneráveis às alterações no panorama económico mundial, quer pelas suas características tecnológicas quer pela pouca qualificação da mão-de-obra. Por essa razão, há uma forte exposição da região ao fenómeno do desemprego, que segundo dados referem que a taxa de desemprego nos concelhos da Área Metropolitana do Porto é de 18,38%, sendo que no concelho de Paredes, a mesma, atinge os 15,5%.

A agravar estes números há o facto destes desempregados serem pessoas que, pela sua falta de formação e qualificação, têm perspetivas de empregabilidade muito reduzidas. Para além da marca Rota dos Móveis, o concelho aposta ainda na promoção de novos produtos turísticos e culturais. Destacam-se nessa área a Rota do Românico do Vale do Sousa, que integra 21 elementos patrimoniais de valor histórico e arquitetónico, e a inserção do concelho na Rota dos Vinhos Verdes, com a intenção de dar visibilidade ao vinho produzido nesta sub-região.

4.1.1 Cidade de Paredes

O concelho de Paredes localiza-se no norte de Portugal Continental, no distrito do Porto. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o concelho de Paredes deixou a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e passou a integrar a Área Metropolitana do Porto (AMP). O município é limitado a norte pelo Município de Paços de Ferreira, a nordeste por Lousada, a este por Penafiel, a sudoeste por Gondomar e a oeste por Valongo. Este concelho tem uma área de cerca 156,76 km², segundo o Anuário Estatístico da Região Norte, 2013 e uma população residente de 86 854 habitantes, conforme o XV Recenseamento Geral da População de 2011.

Constituído administrativamente por vinte e quatro freguesias, com a entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro (reorganização administrativa do território das freguesias), o número de freguesias diminuiu para dezoito, a saber: Aguiar de Sousa, Astromil, Baltar, Beire, Cête, Cristelo, Duas Igrejas, Gandra, Louredo, Lordelo, Parada de Todeia, Paredes (agregação das freguesias de Besteiros, Bitarães, Castelões de Cepeda, Gondalães, Mouriz e Vila Cova de Carros), Rebordosa, Recarei, Sobreira, Sobrosa, Vandoma e Vilela.

Em termos de localização, Paredes goza de condições privilegiadas, uma vez que se encontra a escassos minutos do grande Porto. Por outro lado, preserva, ainda, uma magnífica atmosfera rural. O concelho de Paredes está inserido na Rota do Românico e na Rota dos Vinhos Verdes, reunindo um conjunto de equipamentos e meios que poderão proporcionar agradáveis momentos.

4.1.2 Localização Geográfica e Rede de Acessibilidades

A rede escolar da nossa escola engloba as freguesias de Cristelo, Sobrosa e Duas Igrejas.

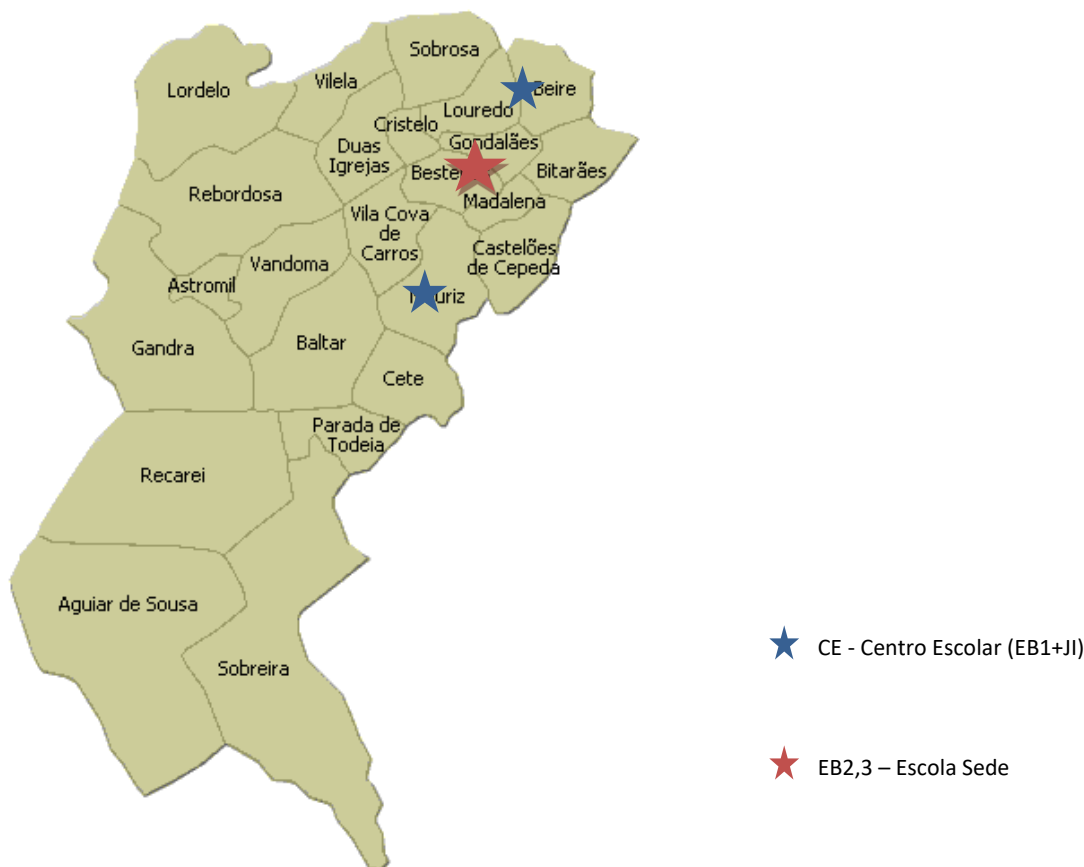


Imagem 1 - Mapa da distribuição das Escolas e Jardins de Infância existentes neste Agrupamento

Cristelo, pertencente à cidade de Paredes, fica aproximadamente a 37 km do Porto. Este trajeto pode fazer-se pela A4 (Porto / Amarante), com saída em Paredes, ou pela A42 (Porto / Lousada), com saída em Sobrosa.

Coordenadas GPS para a EB2,3 de Cristelo: 41°13'22N / 8°22'00W

4.1.3 Freguesia de Cristelo

Cristelo é uma das freguesias mais pequenas do concelho de Paredes. É pequena, mas habitada desde tempos muito remotos.

A sua localização, num plano elevado, recorda uma origem guerreira, pois a palavra vem de Castro. Na maior parte das vezes, os Castros eram



Imagem 2
Brasão da Vila de Cristelo

lugares elevados, com penedos circundantes (muralhas defensivas), nos quais se escondiam populações pobres. Seria o caso de Cristelo. Quando os romanos aqui chegaram, cerca de 200a.C., deram-lhe este nome, pela sua semelhança com os seus Castros.

Com uma área de 1,15 km², vivem cerca de 1 908 habitantes. Para além de Cristelo a nossa escola é frequentada também por alunos de três freguesias vizinhas, Duas Igrejas, Sobrosa e Vilela, com 3 894, 2 629 e 5 182 habitantes respetivamente. (censos 2011)



Imagem 1 - Mapa da rede viária e Acessibilidades

4.1.4 Contexto Socioeconómico

A população encontra-se localizada num meio rural onde prevalecem pequenas e médias empresas ligadas à indústria de mobiliário. O crescimento económico, social e demográfico tem à semelhança do resto do país evidenciado sinais negativos com um grande número de famílias economicamente deficitárias, dependentes muitas vezes da reforma/subsídio de um deles; outras famílias possuem pequenas oficinas de produção e acabamento de mobiliário; um pequeno número de famílias apresenta-se como proprietária de indústrias, economicamente abastadas, sendo o agregado familiar pequeno. São características comuns de um número significativo de famílias a dependência do álcool, geradora de agressões familiares; um baixo nível cultural da maioria dos pais e encarregados de educação, havendo um número considerável de alunos a habitar com avós. Tem vindo a

aumentar o número de alunos com Necessidades Especiais que provêm das situações atrás mencionadas.

No que concerne à Educação, esta área tem sido referida pelo abandono escolar e pela fraca qualificação da população. A atividade económica preponderante continua a ser a indústria transformadora, nomeadamente a indústria do mobiliário, sendo esta a mais importante para a economia da região que, por seu turno, influencia de forma decisiva a economia portuguesa, uma vez que, é responsável por 65% da produção total nacional.

O abandono escolar deixou de ser um problema no nosso agrupamento em função do enfoque colocado, privilegiando ao longo dos últimos anos estratégias de combate direccionadas à resolução deste grave problema. O absentismo dos alunos tem vindo a decrescer desde a abertura da Escola, no entanto, muitas destas famílias continuam a considerar que a vinda à Escola é “uma perda de tempo” e de “gastos acrescidos”, constituindo uma preocupação significativa nas prioridades educativas.

Registe-se ainda, que as vias públicas entre os lugares das diferentes freguesias são deficitárias, sendo os transportes regulares escassos e com horários reduzidos. Assim, a maioria dos alunos é conduzida à Escola e nela tem de permanecer durante os turnos da manhã e/ou tarde, seguindo o horário das camionetas requisitadas pelo Município de Paredes. A fraca acessibilidade e exiguidade de transportes constituem uma limitação que dificulta a distribuição o horário dos funcionários, fazendo com que todos os Professores e o grosso dos Funcionários usem o seu transporte particular. No Concelho de Paredes existem cinco empreendimentos de habitação social, um dos quais em Cristelo, construído em 2000, onde residem um total de 55 agregados familiares, oriundos das várias freguesias do Concelho de Paredes. Mereceram por parte do INH a atribuição de uma habitação condigna, que reúne as condições de habitabilidade e salubridade, dado que, as suas habitações anteriores eram bastante degradadas.

Dados estatísticos: CENSOS 2011

4.1.5 As freguesias na área de influência do Agrupamento ¹

Freguesia de Cristelo

Esta freguesia é uma das mais pequenas do concelho de Paredes. Pequena, mas habitada desde tempos remotos. No centro do Jardim Público da freguesia, muito bem cuidado e espaço de lazer para a sua população, encontra-se um bonito Cruzeiro. É uma

Freguesia de paisagem rural, notando-se entanto, o aparecimento de pequenas e médias oficinas de mobiliário. É habitada, segundo os últimos censos (2011), por 1 891 habitantes, o que a torna uma das menos populosas freguesias do Concelho.

→ Descrição Demográfica² em 2011

- └ População residente: 1 891
- └ Crescimento populacional: Variação 1991 + 39% → 2001 - 1,2% → 2011
- └ Área da freguesia: 2 Km²
- └ Densidade populacional: 945,5 habitante / Km²
- └ Número de agregados familiares: 591
- └ Número de alojamentos familiares: 709
- └ Beneficiários RSI / RMG (2005): 87

Freguesia de Duas Igrejas

É uma freguesia em crescimento, com 3 879 habitantes, que vê o setor industrial a ocupar de forma progressiva o tradicional espaço reservado à agricultura. As condições para os trabalhos agrícolas na freguesia foram sempre ótimas, o que justifica o facto de ter sido sempre essa a ocupação principal do seu povo.

→ Descrição Demográfica² em 2011

- └ População residente: 3 879
- └ Crescimento populacional: Variação 1991 + 5,8% → 2001 + 0,9% → 2011
- └ Área da freguesia: 3,8 Km²
- └ Densidade populacional: 1020,7 habitante / Km²
- └ Número de agregados familiares: 1 167
- └ Número de alojamentos familiares: 1 366
- └ Beneficiários RSI / RMG (2005): 146

Freguesia de Sobrosa

Esta freguesia é uma das mais nobres do Concelho, com belos solares com brasão e capela, como o comprovam o Solar da Portela, o Solar da Torre de Cima, o Solar Real, o Solar da Casa do Padrão e o Solar do Bairro. Conta atualmente com cerca de 2 641 habitantes, quando quarenta anos antes esse número ultrapassava em pouco os 1 500. A indústria do

mobiliário emprega grande parte da população ativa da freguesia, nomeadamente nas grandes unidades.

→ Descrição Demográfica² em 2011

- └ População residente: 2 641
- └ Crescimento populacional: Variação 1991 + 4,7% → 2001 + 5,2% → 2011
- └ Área da freguesia: 4,7 Km²
- └ Densidade populacional: 561,9 habitante / Km²
- └ Número de agregados familiares: 812
- └ Número de alojamentos familiares: 959
- └ Beneficiários RSI / RMG (2005): 69

¹ “Diagnóstico Social de Paredes” - Câmara Municipal de Paredes

² Dados estatísticos retirados dos Censos 2011

4.2 Caraterização do Agrupamento

4.2.1 O Agrupamento de Cristelo

A sede do Agrupamento é na Escola Básica e Secundária de Cristelo, concelho de Paredes, tendo sido inaugurada em 1995/96, com 468 alunos inscritos no 5º e 7º ano de escolaridade. Atualmente, este Agrupamento organiza-se de modo Vertical, integrando dois centros escolares. Atualmente é frequentado por 970 alunos matriculados da educação pré-escolar até ao 10º ano de escolaridade.

Desde cedo, o Agrupamento apostou também, em ofertas educativas diversificadas, desenvolvendo cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Cursos Vocacionais (CV) e Cursos Aprendizagem (CA) nível secundário, de forma a responder às necessidades educativas que caracterizam o nosso meio como se pode observar na tabela seguinte. No entanto ano letivo 2019/2020, os Cursos de Aprendizagens propostos não foram aprovados. No final deste ano letivo a escola Básica passou a ter oferta de Secundário e no ano 2020/21 abriu 3 turmas de 10º ano com oferta dos cursos Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas). No ano letivo 2021/22, ficamos com 2 turmas de 11º anos que representavam a continuidade das turmas de secundário do ano anterior e abriram-se 2 turmas de 10º ano (oferta dos cursos Ciências Tecnologias e turma mista de

Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas) e um Curso Profissional (nível secundário) Técnico de Comunicação - Marketing Relações Públicas e Publicidade.

CURSO	TIPO	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	20/21	21/22
Jardinagem e Espaços Verdes	CEF	X	X	X	X								
Eletricista de Instalações	CEF	X	X	X	X								
Serviço de Mesa	CEF	X	X	X	X								
Operador de Manutenção de Espaços Verdes	CEF				X	X							
Artes e Ofícios	CV					X	X						
Desporto, Informática e Saúde	CV						X	X					
Ambiente e Jardinagem (equivalência Sec.)	CV							X	X				
Ambiente e Comunidade (equivalência 3º CEB)	CV							X	X				
Técnico de Logística	CA					X	X						
Técnico de Eletricidade	CA					X	X						
EFA Básico	CEFA	X	X	X						X	X		
EFA Secundário	CEFA			X	X					X	X		
Ensino Geral com nível Secundário	CCLH											x	x
	CCT											x	x
	CCSE											x	x
Ensino Profissional com nível secundário													x

4.2.2 O Meio Socioeconómico e Cultural do Agrupamento

Relativamente às características socioeconómicas e culturais, os alunos são provenientes de um meio familiar carenciado visto no ano letivo de 2019/20 a maioria dos alunos beneficiou de Apoio Social Escolar com escalão A ou B (ASE), nomeadamente 79,4% (794 alunos).

Os pais e encarregados de educação são, maioritariamente, trabalhadores do setor secundário e as mães domésticas. O seu nível de escolaridade limita-se ao primeiro ciclo, sendo o 2º ciclo o nível de ensino que se encontra, a nível percentual, em segundo lugar. Existe um número significativo de alunos com computador em casa, embora o número de ligações à internet venha a diminuir.

A população residente nas freguesias de influência do Agrupamento, manteve-se relativamente estável conforme os censos de 2011, o que contrasta com os censos de 1991, em que se verificou um grande aumento de população, o que também indicia um abrandamento económico que se reflete na redução da oferta de trabalho, provocando um aumento do desemprego e da dependência dos subsídios do Estado.

4.2.3 Abandono Escolar

No presente ano letivo, tivemos dois alunos do 8º ano de escolaridade em abandono escolar, tendo atingido uma das principais metas a que nos propusemos no PI. Conseguimos, assim, estar abaixo da taxa registada a nível nacional e dos 10% definidos como objetivo pela “Estratégia da Europa para a Educação 2020”.

Tendo em conta que no 1º ciclo o abandono escolar já foi erradicado há muitos anos, o gráfico seguinte apenas se refere aos 2º e 3º ciclos (incluindo os antigos Cursos de Educação e Formação e Vocacionais).

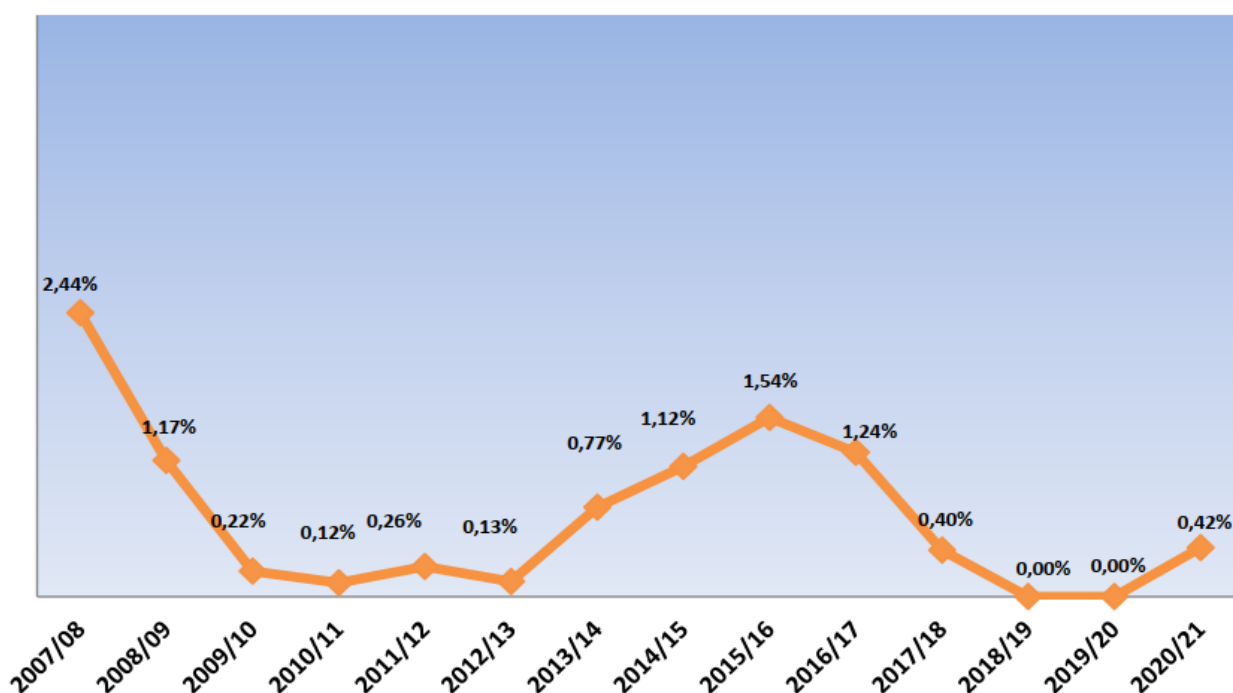


Gráfico 3 - Taxa de abandono do Agrupamento

Num contexto socioeconómico complicado como este em que o agrupamento está inserido, várias razões contribuíram para a manutenção de uma taxa de abandono baixa, tais como a criação de Cursos Vocacionais, Cursos de Educação e Formação e Percursos

Curriculares Alternativos (em anos letivos anteriores), do GAAF (Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família), a parceria com o projeto EPIS/APPIS (à data atual cancelada por iniciativa da Câmara Municipal de Paredes), e o desenvolvimento de atividades que têm como objetivos motivar os alunos para a frequência escolar e aproximar os encarregados de educação da escola, com destaque para a ação A.F.E.T.Os (Atividades de Formação Educativa e Tutorias Ocasionais), na qual se integra o Gabinete de Prevenção da Indisciplina e do Abandono (GPIA) (criado em 2017/18), das Semanas Temáticas e do projeto INCLUD-ED. No entanto, a emigração registada nos últimos anos, de ambos os pais ou de apenas um deles, pode ter contribuído para os aumentos verificados desde 2013 até 2017, quer pela instabilidade familiar, quer pelo facto de alguns dos alunos que se encontram em abandono terem acompanhado a família na saída do país, já à procura de trabalho.

4.2.4 Resultados Escolares

O sucesso académico é uma das metas principais do Projeto Educativo do agrupamento. Assim sendo, ao longo dos últimos anos, foram-se constituindo equipas de trabalho, ferramentas e aplicações que permitissem monitorizar os resultados, identificando problemas e estratégias para os ultrapassar.

Ao nível do pré-escolar, existem grelhas de registo relativas ao percurso e evolução das aprendizagens das crianças. Esta informação é tratada, de forma a ser apresentada em Conselho Pedagógico no final de cada período. Nos restantes ciclos, há diversos instrumentos de registo, sendo de salientar a aplicação informática criada e desenvolvida no agrupamento no ano letivo 2009/10 – Dat@Cris –, que permite monitorizar as atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos. Além disso, permitiu uma supressão significativa de relatórios e grelhas em papel. Atualmente, esta aplicação funciona em pleno no 1º, 2º e 3º ciclo, e está disponível online em www.datacris.com.

Tendo em conta alteração dos critérios de avaliação, não faz sentido avaliar a eficácia dos planos de acompanhamento atendendo apenas à taxa de transição; assim, nos anos terminais de ciclo a eficácia terá em conta as taxas de aprovação e, nos 5º, 7º e 8º anos, os planos serão considerados não eficazes quando os alunos terminarem o ano letivo com 4 ou mais níveis inferiores a três ou não transitarem. Do 1º ao 3º ano, de acordo com os dados da ata de Conselho de Docentes, todos os PAP foram concluídos com sucesso. O 5º ano também apresenta uma eficácia de 100%, ficando os 4º e 6º anos ligeiramente abaixo, como uma eficácia na ordem dos 97%. No 3º ciclo, a taxa de eficácia mais baixa dos PAP, tal como

no ano letivo anterior, surge no 8º ano (64%), seguida do 7º ano, já a ultrapassar os 803% de taxa de eficácia e, por fim, o 9º ano aparece como aquele em que os PAP foram mais eficazes (95%). Analisando os 2º e 3º ciclos, é ao nível do 3º CEB que a eficácia dos PAP é mais baixa.

EFICÁCIA DOS PLANOS DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (2020/2021)													
	1º ANO (13)	2º ANO (9)	3º ANO (11)	4º ANO (11)	5º ANO (24)	6º ANO (7)	7º ANO (33)	8º ANO (30)	9º ANO (12)	1º CICLO (44)	2º CICLO (31)	3º CICLO (75)	TOTAL (150)
EFICÁCIA	100% (13)	100% (9)	100% (11)	100% (11)	87,5% (21)	100% (7)	63,6% (21)	80% (24)	100% (12)	100% (44)	90,3% (28)	76% (57)	86% (129)

Tabela 1 – Eficácia dos Planos de Acompanhamento Pedagógico no ano letivo 2020/21

Fazendo uma análise evolutiva, verifica-se que o presente ano letivo apresentou a maior eficácia registada, quando comparado com os anos letivos anteriores em que apenas havia PAP, e também quando temos em consideração os anos letivos de 2008/09 a 2011/12, onde se implementavam ainda os Planos de Recuperação e de Acompanhamento, como se pode observar no gráfico seguinte, que resume os dados da tabela que constitui o anexo III (este anexo não contempla os planos de 1º ano, porque anteriormente o critério utilizado anteriormente contemplava a taxa de transição e o 1º ano não tinha retenções).



Gráfico 4 – Eficácia dos PR /PA/PAP – Total de Agrupamento

a) A Evolução dos resultados em Matemática, Português e Inglês - 2º Ciclo

Quando o sucesso é analisado por disciplina, Matemática, Português e Inglês, tradicionalmente, eram as disciplinas com menor taxa de sucesso no 2º ciclo, apesar de os resultados terem melhorado continuamente entre 2007/08 e 2010/11; em 2011/12, verificou-se um aumento do insucesso nas duas disciplinas, mas em 2012/13, o insucesso voltou a diminuir. A partir de 2013/14, as taxas de sucesso registaram nova diminuição, caindo ainda mais em 2014/15, tendo-se registado, na disciplina de Matemática, a taxa de sucesso mais baixa desde 2008/09. Em 2015/16, ocorreu um novo acréscimo na taxa de sucesso e, em 2016/17, obteve-se a melhor taxa de sucesso na disciplina de Matemática, enquanto na disciplina de Inglês houve um aumento do insucesso. Em 2017/18, atingiram-se as taxas de sucesso mais altas desde 2007/08 a Português e Inglês, registando-se inversamente uma diminuição da taxa de sucesso a Matemática. No ano letivo transato, a taxa de sucesso tinha diminuído ligeiramente a Português e a Matemática, havendo um decréscimo mais acentuado na disciplina de Inglês. No entanto, no presente ano letivo, as taxas de sucesso voltaram a subir nas três disciplinas, sendo esses aumentos de 5, 10 e 3 pontos percentuais, respetivamente nas disciplinas de Inglês, Matemática e Português. Nestas duas últimas, atingiram-se os valores mais altos de sempre. Português é mesmo a disciplina com maior taxa de sucesso no 2º ciclo, se excluirmos desta comparação as disciplinas de carácter mais prático.

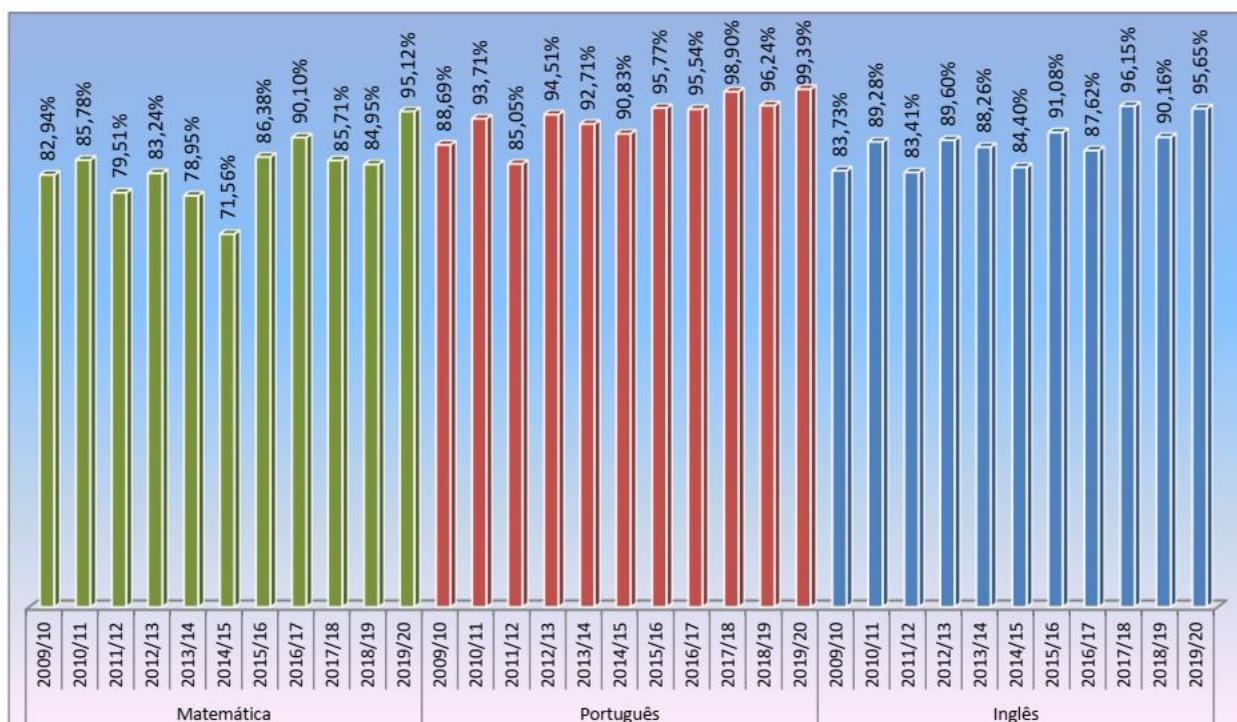


Imagem 5 – Evolução dos resultados em Matemática, Português e Inglês - 2º ciclo

Já no 3º ciclo, ao longo dos vários anos letivos, Matemática, Português, Inglês e História foram as disciplinas com menor taxa de sucesso. A partir do ano letivo 2016/17, registou-se uma melhoria sustentada das taxas de sucesso destas disciplinas, mantendo, no entanto, Matemática valores muito inferiores aos das outras disciplinas. Em 2017/18 as taxas de sucesso mantiveram-se sensivelmente iguais a Matemática, Inglês e História, mas diminuíram cerca de 5 pontos percentuais a Português. Já em 2018/19, as taxas de sucesso subiram cerca de 4 pontos percentuais a Matemática e Português e 6 pontos percentuais a História. Na disciplina de Inglês, a taxa de sucesso teve um ligeiro decréscimo. No ano letivo transato, as taxas de sucesso subiram cerca de 14 pontos percentuais a Matemática, 6 pontos percentuais a Português, quase 9 pontos percentuais a Inglês e 5 pontos percentuais a História, sendo, nas três primeiras, as taxas de sucesso mais elevadas de sempre. No ano letivo que agora termina as taxas de sucesso descenderam nas quatro disciplinas em análise: cerca de 3 pontos percentuais a Matemática e Português, 2 pontos percentuais a Inglês e 5 pontos percentuais a História. Ainda assim, Português é, a par com a disciplina de Ciências Naturais, a disciplina com maior taxa de sucesso no 3º ciclo, se excluirmos desta comparação as disciplinas de carácter mais prático. Assim, a disciplina deste ano que se encontre no lote das quatro menores taxas de sucesso é Físico-Química, com 91,79% (no entanto, ligeiramente acima da taxa de sucesso em 2019/20).

b) A Evolução dos resultados em Matemática, Português e Inglês - 3º Ciclo

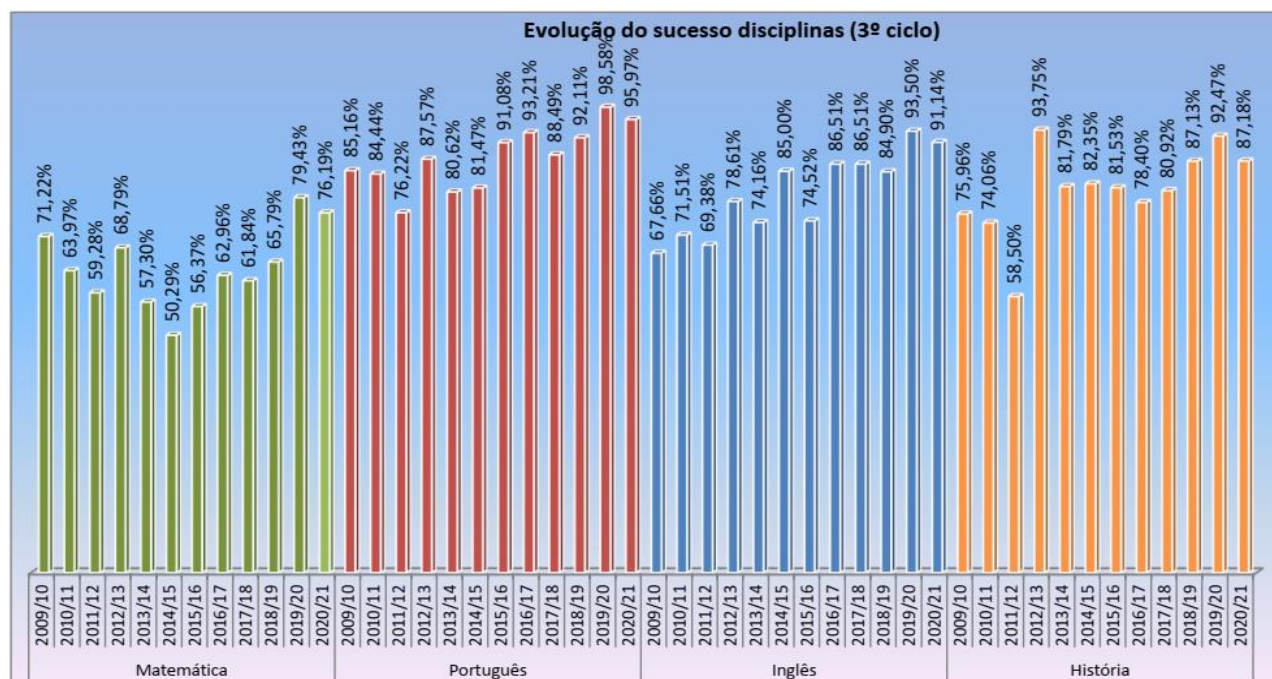


Imagem 6 – Evolução dos resultados em Matemática, Português e Inglês - 3º ciclo

c) Qualidade de sucesso do agrupamento

A qualidade de sucesso é um indicador manifestamente importante, quando se pretende colocar o agrupamento ao nível da excelência. Para tal, utilizam-se três indicadores que aferem tal parâmetro: i) % de alunos com zero negativas; ii) % de níveis 4 e 5 em todas as áreas curriculares e iii) quadro de excelência – define-se pelo universo de alunos com média igual ou superior a 4,5 em todas as disciplinas (à exceção de Educação Moral e Religiosa) e sem níveis inferiores a 4.



Imagem 7- Evolução da qualidade de sucesso no Agrupamento

A análise dos indicadores relativos à qualidade do sucesso não pode ser feita à data da elaboração deste relatório, pois os dados ainda não se encontram disponíveis, em virtude de ainda se estarem a realizar reuniões de avaliação. Mantém-se, com intuito informativo, os gráficos com os dados da qualidade do sucesso até 2019/2020.

d) Taxas de transição / retenção

A tabela seguinte apresenta a evolução dos resultados escolares, por ciclo, desde 2009/10 (ano de integração no programa TEIP) até ao presente ano letivo. Quadro 2 – Taxas de transição / retenção.

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ciclo	5º Ano	6º Ano	2º Ciclo	7º Ano	8º Ano	9º Ano	3º Ciclo	CEF	CV	2º Ciclo + CV	3º Ciclo + CEF/CV	2º Ciclo + 3º Ciclo + CEF/CV
Ano letivo 2009/10																	
Taxa de transição	100,0%	94,90%	98,00%	98,20%	97,48%	94,87%	98,15%	96,63%	83,16%	90,68%	86,90%	87,21%	100,0%			93,14%	
Taxa de retenção	0,00%	5,10%	2,00%	1,80%	2,52%	5,13%	1,85%	3,37%	16,84%	9,32%	13,10%	12,79%	0,00%			6,86%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,43%	0,36%	0,39%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			0,00%	0,22%
Ano letivo 2010/11																	
Taxa de transição	99,46%	95,92%	99,53%	98,00%	98,24%	99,53%	98,62%	99,07%	83,33%	87,62%	95,80%	88,59%	100,0%			94,24%	
Taxa de retenção	0,54%	4,08%	0,47%	2,00%	1,76%	0,47%	1,38%	0,93%	16,67%	12,38%	4,20%	11,41%	0,00%			5,76%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,69%	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%			0,24%	0,12%
Ano letivo 2011/12																	
Taxa de transição	99,43%	93,33%	91,49%	96,50%	95,11%	93,03%	92,49%	92,75%	80,99%	76,00%	80,65%	79,30%	100,0%			82,34%	
Taxa de retenção	0,57%	6,67%	8,51%	3,50%	4,89%	6,97%	7,51%	7,25%	19,01%	24,00%	19,35%	20,70%	0,00%			17,66%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,83%	0,00%	0,00%	0,64%	0,00%			0,54%	0,26%
Ano letivo 2012/13																	
Taxa de transição	100,0%	92,24%	100,0%	99,07%	97,75%	97,28%	97,03%	97,13%	91,03%	98,10%	90,11%	92,61%	89,33%			92,04%	
Taxa de retenção	0,00%	7,76%	0,00%	0,93%	2,25%	2,72%	2,97%	2,87%	8,97%	1,90%	9,89%	7,39%	10,67%			7,96%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,33%			0,23%	0,13%
Ano letivo 2013/14																	
Taxa de transição	100,0%	88,18%	99,0%	95,97%	95,59%	97,03%	90,54%	93,17%	84,80%	80,47%	95,41%	86,46%	100,0%			87,24%	
Taxa de retenção	0,00%	11,82%	0,96%	4,03%	4,41%	2,97%	9,46%	6,83%	15,20%	19,53%	4,59%	13,54%	0,00%			12,76%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	0,78%	0,00%	0,55%	4,55%	10,0%		1,24%	0,77%
Ano letivo 2014/15																	
Taxa de transição	100,0%	90,29%	94,9%	97,09%	95,63%	94,92%	93,20%	94,12%	83,08%	83,49%	92,59%	86,17%		89,29%	94,09%	86,56%	
Taxa de retenção	0,00%	9,71%	5,05%	2,91%	4,37%	5,08%	6,80%	5,88%	16,92%	16,51%	7,41%	13,83%		10,71%	5,91%	13,44%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,85%	0,58%		8,93%	0,42%	1,55%	1,12%
Ano letivo 2015/16																	
Taxa de transição	100,0%	94,74%	95,9%	98,97%	97,07%	99,03%	95,73%	97,27%	81,74%	90,68%	89,36%	87,16%		100,0%		88,52%	
Taxa de retenção	0,00%	5,26%	4,12%	1,03%	2,93%	0,97%	4,27%	2,73%	18,26%	9,32%	10,64%	12,84%		0,00%		11,48%	
Abandono escolar	4,48%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	0,00%	1,71%	0,45%	4,35%	2,54%	1,10%	1,22%		7,69%		2,19%	1,54%
Ano letivo 2016/17																	
Taxa de transição	100,0%	86,49%	99,1%	100,0%	97,10%	100,0%	98,13%	99,03%	93,65%	94,90%	93,52%	93,98%		80,6%		92,84%	
Taxa de retenção	0,00%	13,51%	0,88%	0,00%	2,90%	0,00%	1,87%	0,97%	6,35%	5,10%	6,48%	6,02%		19,35%		7,16%	
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,87%	0,97%	2,38%	1,02%	0,00%	1,20%		3,23%		1,38%	1,24%
Ano letivo 2017/18																	
Taxa de transição	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	98,97%	99,46%	99,05%	99,12%	97,83%	98,71%					
Taxa de retenção	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,03%	0,54%	0,95%	0,88%	2,17%	1,29%					
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,03%	0,54%	0,00%	0,00%	1,09%	0,64%					0,40%
Ano letivo 2018/19																	
Taxa de transição	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	98,95%	95,19%	90,18%	94,53%					
Taxa de retenção	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,05%	4,81%	9,82%	5,47%					
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%					0,00%
Ano letivo 2019/20																	
Taxa de transição	100,0%	100,0%	100,0%	99,1%	99,7%	100,0%	99,0%	99,4%	97,67%	91,84%	98,15%	95,89%					
Taxa de retenção	0,00%	0,00%	0,00%	0,90%	0,31%	0,00%	0,96%	0,61%	2,33%	8,16%	1,85%	4,11%					
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%					0,00%
Ano letivo 2020/21																	
Taxa de transição	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	95,35%	100,0%	98,55%	95,12%				
Taxa de retenção	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,65%	0,00%	1,45%	4,88%				
Abandono escolar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%				0,42%

Através da análise da tabela, verifica-se que, em todos os ciclos, a taxa de transição evoluiu positivamente nos dois primeiros anos letivos, havendo uma quebra significativa em 2011/12, seguida de uma melhoria no ano letivo 2012/13, sendo este o ano onde a taxa de transição no 3º ciclo foi mais elevada; em 2013/14, as taxas de transição voltaram a baixar em todos os ciclos, tendo-se mantido relativamente estáveis em 2014/15, 2015/16 e 2016/17, indiciando uma consolidação deste indicador, como se pode verificar ao longo dos três anos letivos. Em 2017/18, as taxas de transição atingiram os valores mais altos de sempre no 1º e 3º ciclos, e o segundo melhor valor no 2º ciclo. No ano letivo seguinte atingiu-se o sucesso pleno nos 1º e 2º ciclos, mas no 3º ciclo a taxa de transição desceu cerca de 4 pontos percentuais. Em 2019/20, as taxas de transição foram muito próximas dos resultados alcançados no ano letivo anterior. No presente ano letivo, as taxas de transição nos 1º e 2º ciclos voltaram ao sucesso pleno. No 3º ciclo, ocorreu um acréscimo face ao ano letivo anterior, sendo esta a segunda taxa de sucesso mais elevada do período em análise; apenas se verificaram retenções no oitavo ano (duas por insucesso e duas por abandono escolar). A estabilidade alcançada dever-se-á às estratégias implementadas, plasmadas no nosso Plano de Inovação, e ao facto de, em termos de normativos legais, não terem ocorrido alterações significativas.

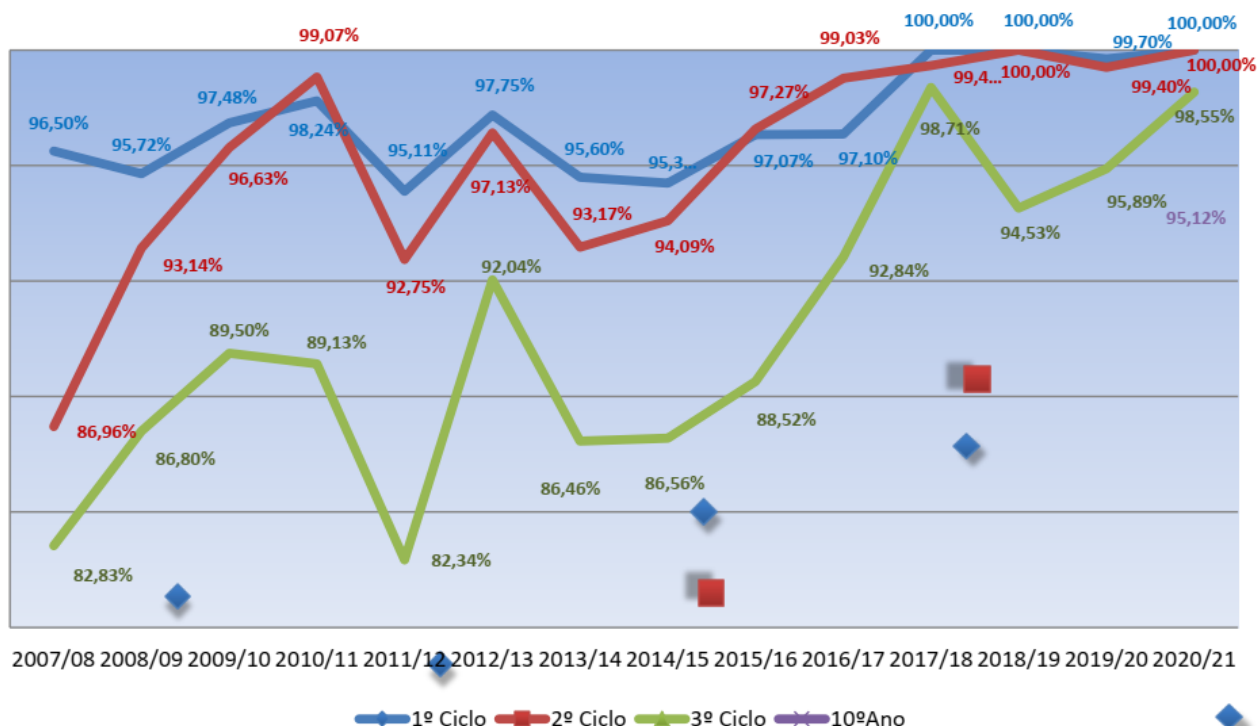


Imagem 10 – Evolução da taxa de transição

e) Resultados externos

Taxa de sucesso das provas de aferição/Provas finais do 4º ano																
Disciplina	Português								Matemática							
Ano letivo	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
Externo	82,5%	88,0%	87,7%	77,3%	72,6%	53,8%	79,5%	82,8%	84,6%	85,2%	87,6%	55,2%	39,3%	71,7%	61,5%	65,7%
Nacional	89,4%	90,2%	91,6%	86,7%	79,7%	51,7%	80,4%	≈ 86,1%	90,8%	88,1%	88,9%	79,5%	55,93%	63,1%	62,0%	≈ 70,4%
Interno	93,4%	92,0%	93,9%	93,7%	94,0%	99,1%	95,1%	97,0%	90,4%	85,0%	89,0%	89,1%	87,0%	99,1%	90,2%	91,9%

No presente ano letivo, não se realizou qualquer prova externa de final de 1º ciclo.

Taxa de sucesso das provas de aferição/Provas finais de ciclo do 6º ano																
Disciplina	Português								Matemática							
Ano letivo	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
Externo	90,7%	84,9%	84,3%	79,1%	77,3%	56,0%	59,6%	61,4%	74,2%	73,6%	63,3%	63,3%	46,5%	53,9%	25,2%	44,6%
Nacional	83,4%	88,4%	88,4%	83,0%	74,8%	56,4%	73,1%	≈ 76,9%	81,8%	78,7%	77,0%	63,6%	54,1%	48,6%	43,8%	≈ 55,5%
Interno	83,7%	88,1%	89,2%	92,7%	89,6%	96,0%	90,5%	92,1%	62,3%	82,6%	85,5%	83,0%	75,8%	85,0%	70,7%	63,4%

No presente ano letivo, não se realizou qualquer prova externa de final de 2º ciclo.

Exames Nacionais/ Provas finais de ciclo 9º ano (% sucesso)		07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19
Português	Externa	88%	73,8%	61,2%	48,6%	58,1%	52,6%	48,3%	51,0%	59,5%	50,0%	86,0%	67,7%
	Interna	88%	82,0%	84,5%	89,6%	78,3%	83,9%	84,9%	91,8%	92,3%	98,0%	97,8%	100%
	Nacional	83%	69,9%	72,3%	56,4%	65,4%	50,1%	68,9%	76,6%	72,3%	75,5%	86,2%	76,8%
Matemática	Externa	42%	61,2%	41,2%	41,4%	58,1%	61,0%	40,4%	51,0%	42,9%	39,6%	45,4%	49,5%
	Interna	67%	67,1%	53,6%	67,8%	54,4%	65,5%	46,5%	50,0%	53,9%	55,4%	61,8%	58,6%
	Nacional	55%	63,8%	53,3%	41,7%	55,5%	39,3%	52,5%	49,8%	49,1%	56,6%	45,3%	60,1%

No presente ano letivo, de acordo com o artigo 6º do Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabeleceu as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, a realização das provas finais do ensino básico foi cancelada.

4.2.5 Resultados Sociais

A atividade da associação de estudantes – constituída em 2013/2014, de modo a colmatar a ausência de estruturas específicas que incluíssem os alunos na elaboração dos documentos orientadores (projeto educativo, projeto curricular de agrupamento e regulamento interno) e a incrementar a sua participação nos painéis de discussão – em 2019/2020, tal como já tinha acontecido nos anos anteriores, não correspondeu às expectativas criadas, embora com uma participação mais ativa. Sugere-se que se continue a

assegurar o enquadramento e acompanhamento da associação, por parte da direção, dotando-a de meios que lhe permitam desempenhar o papel que lhe compete. Em complemento ou alternativa, sugere-se também a inclusão de elementos da associação de estudantes em gabinetes ligados à ação A.F.E.T.Os e no quadro do Gabinete de Gestão dos Referenciais de Integração Curricular (GGRIC).

A auscultação e recolha das sugestões dos alunos continuaram a passar pelos inquéritos realizados pelos professores titulares de turma/diretores de turma e pelos inquéritos realizados pelo Observatório da Qualidade; o Provedor do Aluno, cargo criado em 2017/2018, com assento no Conselho Pedagógico, contribuiu para assegurar uma ligação mais próxima com os alunos e potenciar a sua intervenção e participação na vida da escola. Realizou-se a tertúlia “A discriminação e os rótulos”, dinamizada pelos alunos do 9º ano e respetivos Diretores de Turma, que contou com a participação destes, professores e membros da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento. Realizaram-se ainda, no ano letivo 2019/2020, 4 reuniões de Delegados e Subdelegados. Todas as temáticas foram previamente discutidas, com os respetivos Diretores de Turma, nas aulas de Código de Conduta/CIS: Funcionamento dos Serviços; Associação de Estudantes; Associação de Pais e Encarregados de Educação; Coadjuvações; Turmas+; “Orçamento Participativo”; “Parlamento dos Jovens”; Referenciais de Integração Curricular (RIC) e a sua implementação nas turmas; Semanas Temáticas e Avaliação.

A Direção, a Provedora do Aluno e o Observatório da Qualidade reuniram regularmente com a associação de estudantes e com os delegados de turma, de modo a recolher opiniões e sugestões, e também para fornecer informações de carácter específico. Realizaram-se ainda, no ano letivo 2020/2019, 4 reuniões de Delegados e Subdelegados. Todas as temáticas foram previamente discutidas, com os respetivos Diretores de Turma, nas aulas de Código de Conduta/CIS: Funcionamento dos Serviços; Associação de Estudantes; Associação de Pais e Encarregados de Educação; Coadjuvações; Turmas+; “Orçamento Participativo”; “Parlamento dos Jovens”; Referenciais de Integração Curricular (RIC) e a sua implementação nas turmas; Semanas Temáticas e Avaliação.

A pretexto da implementação do Projeto de Inovação (PI) e das oportunidades e desafios que este pressupõe, os alunos foram chamados a avaliar as dinâmicas implementadas. Estes momentos constituíram momentos de aproximação à comunidade escolar, ao abordar temáticas relacionadas com o quotidiano escolar dos alunos e ao permitir o debate de ideias.

No que concerne à atribuição de responsabilidades concretas aos alunos, os delegados de turma de 3º ciclo e do Secundário continuaram a participar nos conselhos de turma intercalares continuaram a participar nos conselhos de turma intercalares, contribuindo para a identificação dos problemas e para a sugestão de estratégias de atuação, no âmbito dos planos de turma. Saliente-se também a participação dos alunos no GGRIC, contribuindo para a definição dos Referenciais de Integração Curricular a desenvolver no âmbito do PI.

Ao longo dos anos, o agrupamento não tem apresentado problemas graves de comportamento e de indisciplina, registando-se situações pontuais de comportamentos inadequados, que são identificados e prontamente resolvidos. No presente ano letivo, o número de ocorrências disciplinares manteve-se similar ao dos dois anos letivos anteriores, nos quais se tinha registado uma diminuição considerável em relação aos anos precedentes, tal como se verifica no gráfico seguinte.

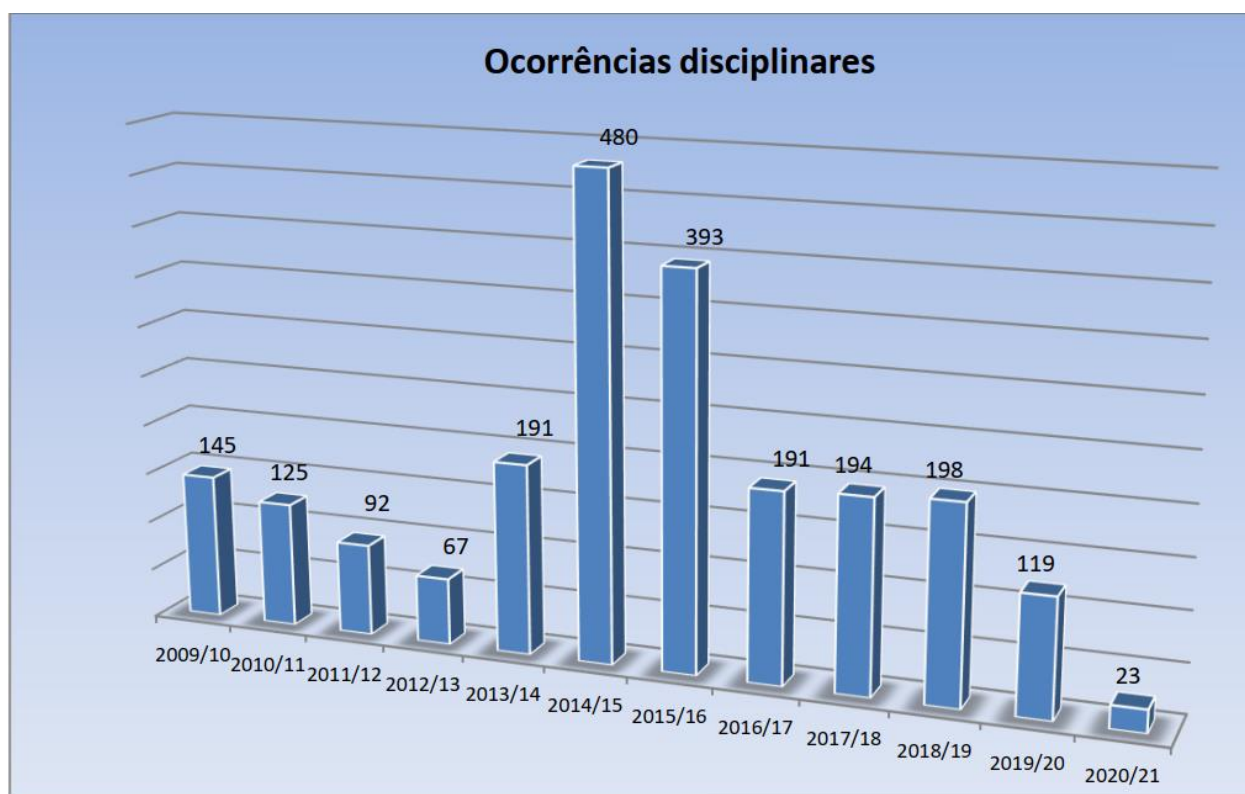


Imagem 11 – Evolução do número de ocorrências disciplinares no agrupamento

A prevenção da indisciplina, dado que a exiguidade dos espaços de convívio continua a potenciar, na escola sede, a prevalência de comportamentos incorretos, situação que se viu agravada, em anos anteriores, pela abertura de turmas de cursos vocacionais que integram alunos provenientes de escolas exteriores ao agrupamento. Deste modo, até 2012/2013

registou-se uma tendência para a diminuição do número de ocorrências disciplinares, que foi contrariada no ano letivo seguinte, tendo 2014/2015 o maior registo dos últimos dez anos; esta situação é explicada, em parte, pela melhoria dos instrumentos de recolha e de registo das ocorrências disciplinares, nomeadamente, através da implementação da base de dados Dat@cris, e, também, pela aposta na prevenção, que conduziu a um registo pormenorizado de todas as ocorrências, mesmo as pouco significativas, de modo a propiciar a intervenção do Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família (GAAF) e nos dois últimos anos letivos do Gabinete de Prevenção da Indisciplina e do Abandono (GPIA) – sugere-se que nos próximos anos se mantenha o mesmo critério, de modo a validar as comparações interanuais. Na diminuição significativa do número de ocorrências observada a partir de 2016/2017, e que se acentuou em 2019/2020 e 2020/2021, salienta-se também a menor contribuição de turmas dos cursos vocacionais, devido à redução de turmas e número de alunos nesta via de ensino e das opções organizativas tomadas; saliente-se que no corrente ano letivo, a escola não teve nenhum destes cursos em funcionamento. No que se refere às medidas aplicadas, segundo a sua tipologia, verificou-se uma tendência para a diminuição significativa do número de medidas corretivas e sancionatórias aplicadas a partir de 2016/2017, situação que se manteve em 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, apesar dum ligeiro aumento do número de medidas corretivas, mas atingindo em 2020/2021 um número muito reduzido de medidas sancionatórias; também neste caso se realça, nos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016, a contribuição dos cursos vocacionais para o número de medidas corretivas e sancionatórias aplicadas – em 2015/2016, 65% das medidas registadas envolviam alunos das três turmas de cursos vocacionais (sobretudo da turma de 8º ano).

Noutro registo, a diminuição do rácio medidas sancionatórias/medidas corretivas, registada em 2014/2015 e em 2015/2016, e que se manteve até 2019/2020, embora de forma mais mitigada em 2016/2017 e 2017/2018, demonstra uma renovada aposta ao nível da prevenção e correção que deve ser mantida e aprofundada. Em 2020/2021, o reduzido número de medidas disciplinares aplicadas, concentradas praticamente em dois alunos, levou ao aumento deste rácio.

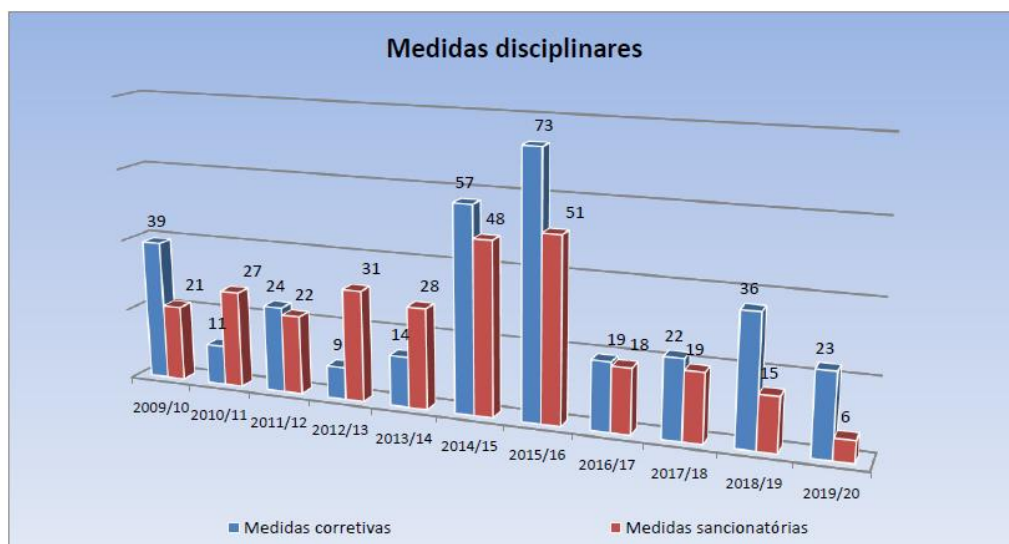


Imagem 12 – Evolução do número de Medidas Disciplinares do 2º e 3º CEB

À exceção dos casos sinalizados, os alunos, de uma forma geral, conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola. O regulamento interno é dado a conhecer aos encarregados de educação e aos alunos, no início de cada ano letivo, por intermédio dos professores titulares de turma/diretores de turma, e encontra-se disponível para consulta na plataforma moodle e na página internet do agrupamento; no início de cada ano letivo, procede-se à divulgação e discussão das regras e orientações de funcionamento que constam do regulamento interno e definidas no âmbito dos planos de turma; em 2019/2020, à semelhança do que tinha acontecido em 2018/2019, a primeira semana de aulas foi dedicada à Cidadania e Comunicação, tendo o regulamento interno sido divulgado e discutido de modo aprofundado com os alunos.

Os casos de indisciplina são encaminhados para direção, que em situações mais graves e excecionais, aplica as medidas pertinentes de entre as previstas no Regulamento Interno.

Os dados recolhidos a partir do inquérito realizado à comunidade educativa em 2017/2018, bem com os dados recolhidos a partir dos inquéritos parcelares realizados em 2019/2020, permitem concluir que o grau de satisfação em relação ao ambiente educativo do agrupamento é muito bom. Esta situação resulta, em parte, da existência de um conjunto de documentos – regulamento interno, planos de turma, regimentos dos departamentos e dos grupos de trabalho, regulamentos dos clubes, oficinas e projetos, ordens de serviço da direção – que são do conhecimento da generalidade da comunidade educativa, estando

acessíveis a todos – nomeadamente, através da página internet e da plataforma moodle do agrupamento –, cujas normas são de aceitação e cumprimento generalizado.

A disciplina, a assiduidade e a pontualidade são fomentadas no âmbito dos planos de turma, mediante a definição de orientações e procedimentos comuns, e são contempladas nos critérios de avaliação das diversas áreas curriculares. A implementação do Código de Conduta e da respetiva sinalética constituíram uma aposta fundamental para a transmissão e assunção destes valores pelos alunos; que deve ser aprofundada nos próximos anos.

No âmbito dos planos de turma são sistematicamente desenvolvidos conteúdos, atividades e projetos relacionados com as dimensões da cidadania responsável e da solidariedade, nomeadamente as que integram o PESES – Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual; o mesmo sucede em todas as atividades realizadas no âmbito de Educação Moral e Religiosa e de Cidadania de Intervenção Social, que no corrente ano letivo, integrou o currículo de todos os anos de escolaridade. Por seu lado, o Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família é uma estrutura que tem entre os seus objetivos ajudar a identificar e minorar os problemas de alunos e famílias com dificuldades socioeconómicas e o Gabinete de Prevenção da Indisciplina e do Abandono (GPIA) tem como missão a deteção precoce de possíveis casos de indisciplina e abandono escolar, apostando na prevenção. Tal como no ano anterior, todos estes projetos e estruturas foram englobados na ação A.F.E.T.Os, de forma a dinamizar atividades inclusivas e de prevenção do abandono e absentismo, envolvendo o Gabinete de Promoção da Saúde, o SPO e as famílias e outras dinâmicas de intervenção.

O inquérito realizado pelo Observatório da Qualidade em 2017/2018, bem como os inquéritos parcelares realizados em 2019/2020, permitem concluir que os alunos se encontram, em geral, satisfeitos com a escola – valorizando o ambiente educativo, as aprendizagens e alguns espaços/projetos a que têm acesso –, embora a exiguidade dos espaços de convívio constituam fator de menor satisfação.

4.2.6 Reconhecimento da Comunidade

O agrupamento procura diagnosticar as expetativas da comunidade educativa face à escola, através dos questionários elaborados pelos professores titulares de turma/diretores de turma no início de cada ano letivo e do inquérito bianual realizado pelo Observatório da Qualidade (anexo II). Os dados recolhidos a partir deste inquérito, na continuidade do

inquérito realizado no final do ano letivo 2017/2018, indiciam que o grau de satisfação relativamente ao impacto das aprendizagens e ao ambiente educativo é bom. De modo a valorizar e premiar os alunos que se destacam por demonstrarem atitudes e valores excecionais, especificamente no que se refere à solidariedade, a escola manteve a existência do quadro de valor e da turma de destaque, que, juntamente com o quadro de excelência, que premeia os alunos com excelentes resultados escolares, são reconhecidos na gala de mérito que se realiza anualmente, cerimónia aberta a toda a comunidade educativa em que se procede à divulgação dos alunos que mereceram a inclusão nos quadros e à entrega de prémios e diplomas, a qual este ano não foi possível realizar devido às condicionantes relacionadas com a COVID-19. O agrupamento continua a participar em vários projetos, que potenciam as parcerias estabelecidas: projeto Erasmus+, Projeto Ciência Viva, Eco-Escolas, Serras do Porto e Projeto INCLUD-ED. Este último ano letivo salienta-se pela repercussão a continuação do projeto de intercâmbio comunitário Projeto Ciência Viva, a participação no projeto Eco-Escolas e o aprofundamento do Projeto INCLUD-ED, com o início da transformação do Agrupamento em Comunidade de Aprendizagem. A nível interno realça-se a dinamização de atividades diversificadas, nomeadamente, no âmbito do Gabinete de Atendimento ao Aluno e à Família, nomeadamente a través da plataforma HelpCris, com o objetivo de ajudar a identificar e minorar os problemas de alunos e famílias com dificuldades socioeconómicas, prevenir comportamentos de risco, mediar conflitos e regular comportamentos desviantes, do Projeto de Promoção para a Saúde e Educação Sexual e da biblioteca/centro de recursos educativos do agrupamento. O S. Martinho e as Semanas Temáticas, este ano letivo realizados em moldes diversos em virtude da situação pandémica, são os momentos em que o intercâmbio entre a comunidade educativa é mais visível. Realce-se que a constituição da Associação de Pais da escola-sede, juntando-se às que já existiam nos dois centros escolares, possibilitou uma participação acrescida dos pais na vida do agrupamento, sendo disso exemplo a dinamização de atividades no âmbito das semanas temáticas, em colaboração com professores de diversas disciplinas que as integraram na sua atividade letiva. Em 2020/2021, não se realizou o Dia Aberto à Comunidade, atendendo às circunstâncias extraordinárias ditadas pela pandemia de COVID-19. A divulgação externa dos trabalhos dos alunos continuou a ser assegurada, pelo jornal O Papagaio online e através da plataforma moodle, da página eletrónica e do facebook do agrupamento; internamente, pelo Cristelo Infochannel, e pela realização regular de exposições físicas e virtuais, acessíveis a toda a comunidade educativa. No contexto das iniciativas promovidas pelo agrupamento de forma

a contribuir para a realização das expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade local, salientam-se no que concerne à oferta educativa/formativa, o alargamento ao ensino secundário a partir do ano letivo de 2020/2021, com a oferta de cursos científico-humanísticos, salientando-se por falta de procura a descontinuação dos cursos de Educação e Formação de Adultos, em regime diurno. No que refere ao desenvolvimento de relações de intercâmbio com a comunidade local, o agrupamento manteve parcerias e protocolos com várias entidades locais, nomeadamente, com a Câmara Municipal de Paredes, com as Juntas de Freguesia de Cristelo, Sobrosa e Duas Igrejas, com a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Paredes/Rebordosa, os serviços de segurança social (equipa RSI) e a CPCJ, a Cruz Vermelha e associações empresariais e empresas locais.

4.2.7 Recursos do Agrupamento

► Recursos Humanos

O Agrupamento conta com 110 elementos pertencentes ao corpo docente. Destes, 11 exercem funções no pré-escolar, 25 no 1º ciclo, 68 no 2º e 3º ciclo (destes 2 docentes exercem funções de professor bibliotecário) e 6 no grupo de educação especial. O pessoal não docente distribui-se por duas categorias: assistentes técnicos (7) e assistentes operacionais (48). Para além do pessoal docente e não docente, o agrupamento conta também com dois Psicólogos e uma Técnica de Multimédia e uma Assistente Social contratadas ao abrigo da candidatura ao Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar, relativamente ao Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário.

► Recursos Físicos e Materiais

A escola sede funciona num só edifício de dois pisos composto por 22 salas, 1 Auditório com 108 lugares, biblioteca e 2 contentores destinados a atividades letivas. Entre estas salas constam: 3 laboratórios de Ciências Naturais, 1 laboratório de Físico/Química, 5 salas de Educação Visual e/ou Tecnológica, 2 salas de Educação Musical, cozinha pedagógica e 1 sala de TIC. Dispõe ainda por um pavilhão gimnodesportivo e 2 campos de jogos exteriores para a prática das aulas de Educação Física e uma Ecovia com 3 aparelhos de circuito de manutenção. Existem, ainda, algumas instalações de apoio, nomeadamente: gabinete GAAP, gabinete PESES, clubes, bar/bufete, cantina, papelaria, reprografia, serviços

de administração escolar, sala de professores, salas de diretores de turma, sala de convívio de funcionários, 3 gabinetes de apoio a alunos da educação especial, gabinete médico.

No Ensino Básico e Pré-escolar, foram encerradas as escolas isoladas em consequência da abertura de 2 Centros Escolares, no início do ano letivo de 2012/13, nomeadamente as Escolas Básicas de Sobrosa e Duas Igrejas. A Escola Básica de Duas Igrejas tem 14 salas de aula, e a Escola Básica de Sobrosa 15 salas de aula, ambas têm salas de expressões, apoio educativo, biblioteca, sala de professores e 1 pavilhão multiusos. Algumas salas foram transformadas em salas temáticas tais como da: Matemática, Ciências e Expressões Dramática. Na escola de Sobrosa na sala das ciências funciona o Clube de Ciência Viva do agrupamento.



Escola EBS de Cristelo



Escola Básica de Sobrosa



Escola Básica de Duas Igrejas

► **Parceiros e tipo de Parcerias**

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Esta é, indubitavelmente, o nosso parceiro mais privilegiado. Nos últimos anos, a parceria com a CMP tem vindo a intensificar-se, não apenas no domínio da logística (inclui gestão de espaços e alguns recursos humanos dos Jardins e 1º ciclo), mas também nas relações pedagógicas. Contribuiu claramente para isso a implementação das Atividades de Enriquecimento do Currículo (AEC), não tendo sido esse o único fator de aproximação. As sinergias que, tanto a direção do agrupamento como a CMP, têm promovido para colocar a escola e a educação no centro do debate político, têm-se constituído em verdadeiras pequenas vitórias, que tanto orgulham ambas as partes. Esta excelência de relação pode ser ainda incrementada quer com a transferência de competências, ao abrigo do Decreto-Lei nº 144/2008, quer com o novo enquadramento de autonomia, preconizado pelo Decreto-Lei nº 75/2008, já para não falar da aposta do município: *“Paredes aposta nos 12 anos de escolaridade”* e da recente construção dos novos Centros Escolares a cargo da autarquia.

JUNTA DE FREGUESIA DE CRISTELO

A colaboração proposta será desenvolvida de acordo com as possibilidades de cada instituição e visando a dinamização das Jornadas Anuais da Saúde, direcionadas à comunidade educativa, apostando na realização de exposições, convívios direcionados à valorização do papel da Escola, através do contacto a antigos alunos, hoje inseridos na vida profissional, bem como a participação em projetos de divulgação de saídas profissionais junto dos jovens. Pretende-se também a cooperação em cursos profissionalizantes, nomeadamente na manutenção de jardins e espaços verdes existentes;

► **Outros Parceiros**

Associações de Pais e Encarregados de Educação

Existem 2 Associações de Pais no 1º ciclo e Associação de Pais da Escola Sede.

Todas estas associações têm contribuído energicamente para uma Escola de qualidade, estando sempre ao dispor dos órgãos de gestão, intervindo em todos os instrumentos de referência do Agrupamento: Regulamento Interno; Plano anual de Atividades; Projeto Orçamento.

Associação Código Musical

Visa promover a aproximação entre o meio/comunidade e a realidade educativa, em particular as dinâmicas deste Agrupamento, desenvolvendo mecanismos de cooperação que tornem possível, e promovam, a participação conjunta em atividades de carácter promotor de hábitos de vida saudáveis e de intervenção social.

É privilegiada a colaboração na área da interpretação musical, nomeadamente canto e dança e a colaboração a longo prazo no campo da intervenção social.

Associação Geração Colorida

Visa promover a aproximação entre o meio/comunidade e a realidade educativa, em particular as dinâmicas deste Agrupamento, desenvolvendo mecanismos de cooperação que tornem possível, e promovam, a participação conjunta em atividades de carácter promotor de hábitos de vida saudáveis e de intervenção social.

É privilegiada a colaboração na área da interpretação musical, nomeadamente canto e dança e a colaboração a longo prazo no campo da intervenção social.

Instituto do Emprego e Formação Profissional - Porto

Sempre atentos às necessidades, mormente dos nossos alunos, protocolamos 2 Cursos de Aprendizagem – nível secundário na área de Logística e Instalações Elétricas e 1 curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) na área de Jardinagem e Espaços Verdes - nível secundário.

Cruz Vermelha de Vilela

Sempre atentos às necessidades, mormente dos nossos alunos com Necessidades Educativas Especiais e à sua particular necessidade de transporte.

Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário – Gandra

Protocolo assinado, em articulação com a autarquia, no âmbito da saúde oral.

Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras

Protocolo assinado, no âmbito de formação e investigação em projetos relacionados com educação especial e psicomotricidade.

Zé Estofador – Fábrica de estofos

Protocolo assinado no sentido de garantir o Estágio Pedagógico para os nossos alunos com Necessidades Especiais.

Coche Centro Auto Paredes

Protocolo assinado no sentido de garantir o Estágio Pedagógico para os nossos alunos com Necessidades Especiais.

CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto

Protocolo assinado no âmbito do projeto Clube de Ciência Viva na Escola e que visa o interesse mútuo em promover a colaboração técnico-científica de esforços entre as duas instituições; com benefícios para a comunidade.

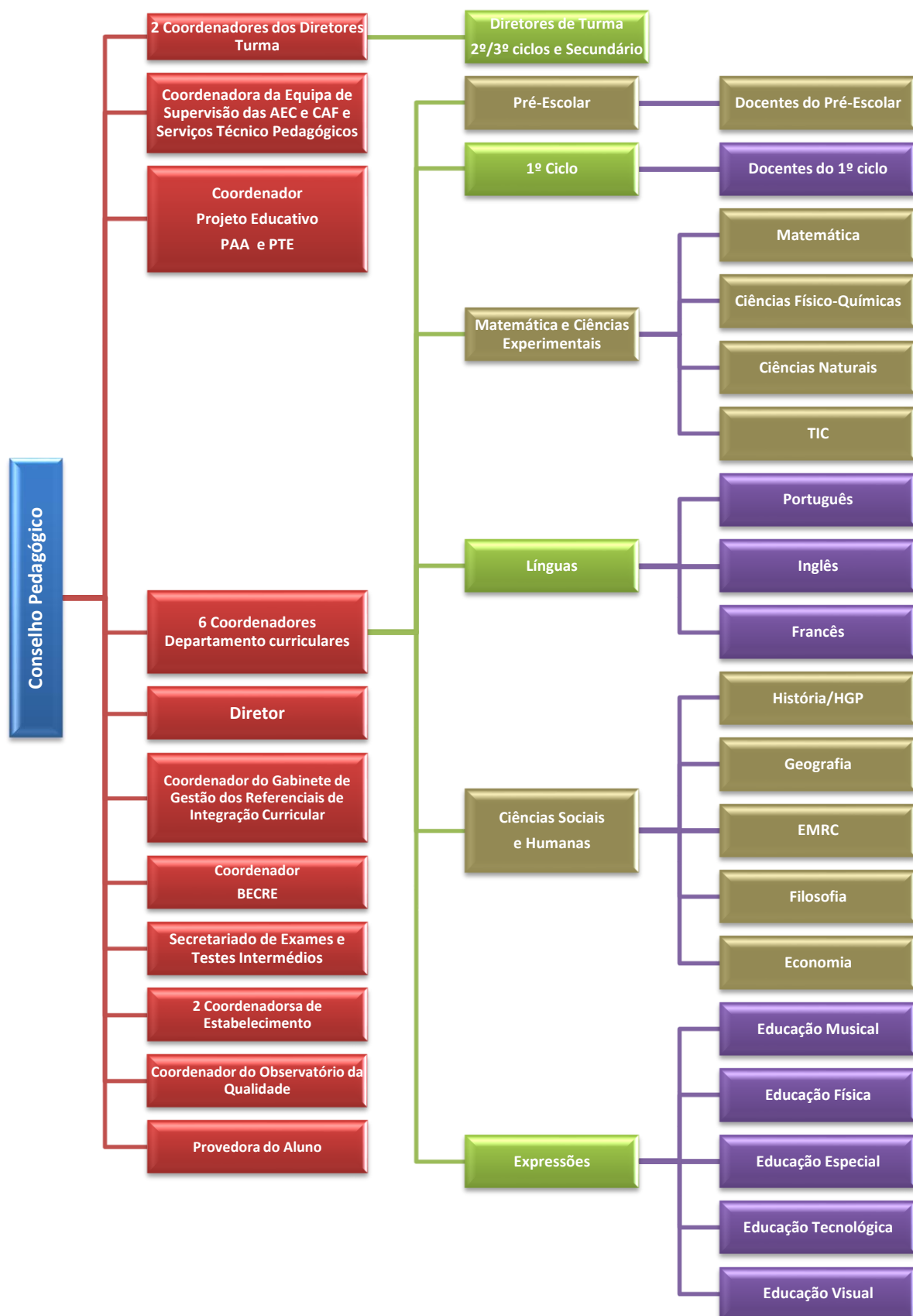
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa

Protocolo assinado no âmbito do projeto Clube de Ciência Viva na Escola em que se pretende que ambas as instituições possam colaborar em projetos no âmbito de atividades pedagógicas; nomeadamente na participação mútua em seminários, workshops e iniciativas públicas.

Conselho Executivo da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto

Protocolo assinado no âmbito do projeto Clube Das Escolas Do Parque Das Serras Do Porto. Que tem por objetivo valorizar o conhecimento do património natural, cultural, paisagístico, ambiental e social do Parque das Serras do Porto e promover práticas pedagógicas de cidadania ativa com as comunidades educativas locais.

4.3 Estrutura Organizacional e Funcional



Organograma 1 - Estrutura Organizacional e Funcional

5. OS PROBLEMAS DO NOSSO AGRUPAMENTO

O nosso agrupamento localiza-se, tal como o nome indica, em Cristelo, uma pequena freguesia do concelho de Paredes. Para além dos alunos de Cristelo, também os alunos de duas freguesias vizinhas, Duas Igrejas e Sobrosa, frequentam o agrupamento. A população encontra-se inserida num meio rural onde o contexto económico e social tem, à semelhança do resto do país, atravessado sérios problemas, com um grande número de famílias economicamente vulneráveis, com um agregado familiar dependente, muitas vezes, do rendimento social de inserção. Outra hora existiu muitas famílias com pequenas oficinas de produção e acabamento de mobiliário, em caves, r/chão ou anexos das casas de habitação; no entanto a situação que o País vem atravessando de alguns anos para cá inverteu esta tendência, verificando-se o encerramento de muitas destas pequenas empresas.

O contacto com instituições de apoio e intervenção social permite-nos verificar que a educação e o saber não são a grande prioridade nem a principal opção para as famílias. Os jovens preferem, desde muito cedo, obter o rendimento necessário para garantir a satisfação das necessidades básicas, recorrendo, para tal, à oferta de emprego disponível ou à imigração, no entanto, também esta realidade se têm alterado pela drástica diminuição de oferta de emprego que se verifica nos tempos mais recentes.

O abandono escolar deixou de ser um problema no nosso agrupamento em função do enfoque colocado, privilegiando, ao longo dos últimos anos, estratégias de combate direcionadas à resolução deste grave problema. Também o absentismo dos alunos tem vindo a decrescer, no entanto, muitas destas famílias continuam a considerar que a vinda à Escola é “uma perda de tempo” e de “gastos acrescidos”, constituindo esta visão de pais e encarregados de educação uma preocupação significativa nas prioridades educativas.

Relativamente às características socioeconómicas e culturais, os alunos são provenientes de um meio familiar carenciado, visto que durante o ano letivo de 2018/20, cerca de 70% dos alunos do agrupamento (pré-escolar ao 3º ciclo) beneficiou de Apoio Social Escolar (ASE), nomeadamente escalão A e B; a estes ainda acresce cerca de 50 alunos que beneficiaram de suplemento alimentar e 24 almoço fornecido pela escola. Já em 2013/14, no 1º ciclo cerca de 76,0% beneficiaram de ASE, enquanto que no 2º e 3º ciclo, a percentagem atingiu os 81,4%, estes números tiveram ligeira melhoria em 2014/15.

Os pais e encarregados de educação são, maioritariamente, trabalhadores do setor secundário e as mães domésticas. O seu nível de escolaridade limita-se ao 1º ciclo, sendo o

2º ciclo o nível de ensino que se encontra, a nível percentual, em segundo lugar. Existe um número significativo de alunos com computador em casa, embora o número de ligações à internet tenha diminuído muito no último ano.

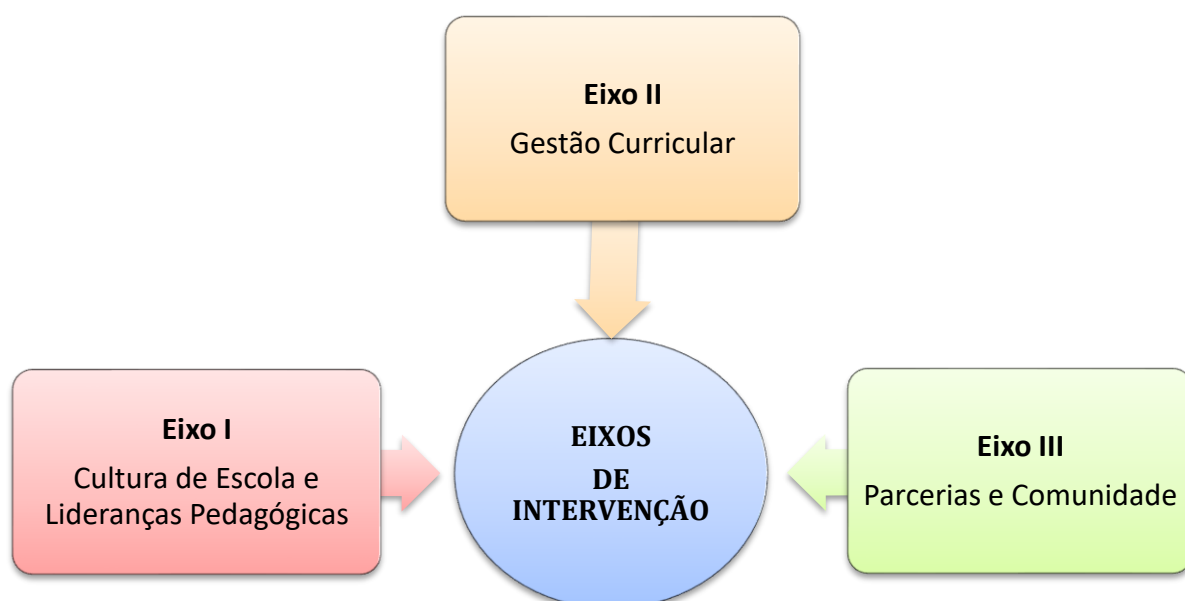
A população residente nas freguesias de influência do Agrupamento, manteve-se relativamente estável conforme os censos de 2011, o que contrasta com os censos de 1991, em que se verificou um grande aumento de população, o que também indicia um abrandamento económico que se reflete na redução da oferta de trabalho, provocando um aumento do desemprego e da dependência dos subsídios do Estado.

Atentando aos principais eixos de intervenção deste Projeto Educativo TEIP, explanados no diagrama da página seguinte, optou-se por distribuir os problemas diagnosticados por esses eixos, de forma a facilitar a sistematização da ação.

PARTE II - A ESCOLA QUE QUEREMOS

Queremos uma Escola promotora de valores éticos e morais, potenciada como espaço de cultura, aberta à comunidade em geral e formadora de indivíduos. Praticando a democracia, causadora de maior equidade social e cultural colaborando e ajudando os encarregados de educação no processo educativo, promovendo parcerias entre entidades diferentes. Estas apostas tendem a promover o sucesso educativo, esbatendo as desigualdades sociais e criando uma cultura de avaliação de forma a alcançar a melhoria contínua. É nossa missão estar atento à mudança e às necessidades específicas da comunidade educativa, para tal, definimos um conjunto de metas, objetivos e estratégias que pensamos ser as mais indicadas para o desenvolvimento pessoal e social de todos os intervenientes no processo educativo.

O nosso Projeto Educativo “TEIP – Trabalho, Engenho, Inclusão e Progresso”, pretende ser cada vez mais a representação da identidade e autonomia da Escola, unificador de toda a Comunidade Educativa, realçando no Plano de Melhoria Plurianual (PPM) para o próximo triénio, as principais atividades em função da identificação efetuada das principais necessidades ao nível académico, social e organizacional. O Projeto Educativo TEIP do Agrupamento é um documento orientador da política interna deste Agrupamento, cujas linhas orientadoras assentam em três eixos de ação fundamentais:



O Plano Plurianual de Melhoria (PPM) resulta dos relatórios do Observatório de Qualidade (OQ), do relatório de autoavaliação e dos diferentes relatórios semestrais do Programa TEIP, baseando-se assim, em evidências e dados provenientes da própria organização escolar, operacionalizando o Projeto Educativo do Agrupamento. O PPM incorpora, ainda, ações de melhoria identificadas noutras ferramentas de autoavaliação (ex.: autoavaliação da Biblioteca Escolar), bem como do último Relatório da Avaliação Externa da IGEC e as Linhas Orientadoras para a elaboração do plano plurianual de melhoria (2018/19 – 2020/21).

Neste enquadramento, o PPM, enquadra-se no contexto atual do Decreto-Lei n.º 55/2018, e do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Esta visão de uma autonomia alargada, por um lado e o respeito pela diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, por outro, está bem patente no Projeto-piloto de Inovação Pedagógica, que este Agrupamento abraça desde 2016/2017 e que constitui parte integrante do PPM. Com base nesses princípios de autonomia e inclusão, o PI norteia-se por uma opção estratégica que assenta no reforço da autonomia das escolas com os seguintes objetivos: a) eliminar tendencialmente a retenção; b) prevenir o insucesso escolar reforçando a autonomia das escolas; c) prevenir o abandono escolar; d) promover o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Estes princípios estão bem patentes no Projeto Educativo do Agrupamento e no seu PPM.

Neste novo contexto, na elaboração do Plano Plurianual de Melhoria (PPM), previsto no Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro, as ações a desenvolver têm em consideração os seguintes eixos de intervenção, no período compreendido entre os anos letivos 2018/19 a 2020/21:

Eixo I – Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas;

Eixo II - Gestão Curricular;

Eixo III - Parcerias e Comunidade.

Os objetivos prioritários do PPM são os consagrados no Programa TEIP:

- Garantir a inclusão de todos os alunos;
- Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem;
- Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade;
- Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada;
- Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos.

O PPM é determinado pelas ações de melhoria aprovadas em Conselho Pedagógico, depois de propostas pela comunidade educativa, designadamente em painéis e workshops, que são já uma imagem de marca deste Agrupamento. Estas propostas conduzem diretamente ao plano de ações para melhorar o desempenho da organização escolar.

Nesta prospeção, é crucial o papel do perito externo, sobretudo no apoio tecnológico e científico, contribuindo para um efetivo diagnóstico dos principais problemas e uma reflexão em torno dos caminhos a seguir, permitindo criar plataformas de monitorização e avaliação dos processos, com a inclusão da aprendizagem e sucesso de todos os alunos.

Também é importante referir, neste preâmbulo, a forte aposta que o Agrupamento tem efetuado nos últimos anos no Programa Erasmus+, ação-chave 2. Neste momento prepara-se a candidatura à ação-chave 1, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Europeu já em fase final, fortemente articulado com este PPM. Esta aposta configura-se como uma enorme oportunidade em partilhar práticas pedagógicas nas diferentes áreas de intervenção que o PPM preconiza.

Ainda, no que respeita à articulação e ao estreitamento de parcerias, não é de descurar o enorme contributo das várias Escolas, tanto a nível das redes TEIP, como, e fundamentalmente nos últimos anos, a rede de Escolas P-PIP. Também tem contribuído para o reforço das parcerias a enorme abertura da Escola aos Projetos das CIM (Comunidades Intermunicipais), não só da autarquia de Paredes, como doutras, como é exemplo a autarquia de Matosinhos.

Assim, a partir dos resultados obtidos são delineadas, priorizadas e divulgadas ações de melhoria, havendo responsáveis para a coordenação de cada uma delas, que, de acordo com a cronologia estabelecida, vão sendo implementadas e produzindo efeitos. Para cada uma das ações de melhoria são propostas metas, de acordo com os indicadores globais propostos. É natural que os resultados esperados pela operacionalização das ações de melhoria (metas específicas) concorram para a concretização de metas gerais. A responsabilidade de monitorização está totalmente a cargo do OQ.

De facto, o PPM é um dos principais objetos da autoavaliação e as ações que constam deste plano representam atividades fundamentais para o bom desempenho das pessoas e da própria organização escolar. Estas ações, no seu conjunto, representam aquilo que poderá determinar a identificação e o empenho das pessoas nos objetivos de melhoria do serviço,

mostrando à organização escolar que o esforço que lhes foi solicitado ao longo de todo este processo tem, de facto, resultados concretos.

Para tal e porque convivemos com o contexto da inovação pedagógica, não podemos ignorar a necessidade emergente em acomodar as medidas propostas com os meios técnicos respetivos. É nesta realidade que se inclui neste PPM os recursos associados ao STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), com reforço do Laboratório de Aprendizagem, kits de robótica e de ciências laboratoriais.

As práticas pedagógicas estão alinhadas com a organização estratégica para o agrupamento, designadamente os Resultados Escolares; a Prestação do Serviço Educativo; Liderança e Gestão. Esta organização já visava como objetivos principais o combate ao abandono e a qualidade de sucesso para todos os alunos. Assim, as principais características relativas às práticas pedagógicas e organizacionais do Agrupamento no ciclo que agora se encerra estavam agrupadas da seguinte forma:

a) Resultados

- i. Melhoria dos resultados escolares, com incidência a Português e Matemática no 1º ciclo.
- ii. Concretização de ações conducentes a um maior envolvimento dos alunos nas dinâmicas internas do Agrupamento e na construção dos instrumentos de gestão pedagógica.
- iii. Um maior investimento no ensino experimental das ciências, a iniciar no 1º ciclo.
- iv. Melhoria dos resultados escolares, com incidência a Português, Matemática e Inglês no 2º e 3º ciclo.

b) Prestação do Serviço Educativo

- i. O acompanhamento e articulação da monitorização e supervisão da prática letiva em sala de aula, enquanto processo de melhoria da qualidade do ensino e de desenvolvimento profissional.
- ii. Uma articulação coesa e objetiva entre o processo de ensino aprendizagem e o processo de avaliação dos alunos.

c) Liderança e Gestão

- i. O reforço dos mecanismos internos de formação dos trabalhadores que promova o seu desenvolvimento profissional.
- ii. Maior envolvimento da comunidade educativa na vida da Escola.

(Para mais informações, consultar o Plano Plurianual de Melhoria (PPM) e Projeto de Inovação Pedagógico (PIP) **Anexo E**)

Deste modo a operacionalização do Projeto Educativo TEIP, materializa-se, não só pelo PPM, mas também através das atividades curriculares – no âmbito dos Planos de Turma – das atividades extracurriculares no âmbito do Plano Anual de Atividades, propostas pelas várias estruturas educativas, enquadradas e distribuídas pelos 4 eixos de intervenção do Plano de Melhoria a implementar durante este ano letivo.

Neste sentido, o conceito de que a educação e a formação se fazem ao longo da vida está no cerne das nossas preocupações, tendo em conta que este conceito só pode ser entendido como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões, da sua capacidade de discernir e agir e fazer opções em liberdade.

Assim, para melhor entendimento da operacionalização do Projeto Educativo TEIP, e dos critérios que subjazem à construção de toda a oferta formativa, incluindo a formação de turmas, importa consultar o Plano de Estudos e Desenvolvimento Curricular.

(Para mais informações, consultar o Plano Desenvolvimento Curricular **Anexo H**)

Este Projeto Educativo e todos os planos de melhoria que, entretanto, foram elaborados e operacionalizados tinham subjacentes alguns objetivos e estratégias que aquando da elaboração deste documento tinham toda a pertinência, e que hoje mantém toda a sua validade, não tanto numa perspetiva de **alcançar**, mas de **consolidar**.

	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS	METAS
Curto Prazo	Cumprir a função socializadora da escola	✓ Estimular a cooperação das Associações e Autarquias em parceria com a Escola; ✓ Proporcionar um convívio saudável, de modo a criar um clima de confiança e harmonia.	✓ Realização atividades conducentes ao desenvolvimento de atitudes e valores que promovam o saber-estar e a interação em grupo.	✓ Garantir o funcionamento da rádio escola. ✓ Atualizar o sistema interno de televisão
	Fomentar nos Alunos a Educação para a Cidadania	✓ Reconhecer a importância social das normas de comportamento, respeitando os interesses dos outros com base em critérios de reciprocidade, promovendo a cidadania; ✓ Valorizar o respeito pelo ambiente e pelo património cultural; ✓ Favorecer o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.	✓ Incentivo os alunos para uma participação nas escolhas dos seus órgãos representativos; ✓ Promoção de comportamentos corretos de cidadania nos alunos; ✓ Envolvimento direto dos alunos e comunidade em geral no respeito pela higiene e salubridade pública; ✓ Valorização do Quadro de Valor; ✓ Realização de exercícios de proteção civil; ✓ Dinamização de palestras relativas à saúde, ambiente, entre outras.	✓ Garantir a participação a realização das Assembleias de Delegados; ✓ Dinamizar anualmente a Associação de Estudantes; ✓ Promover, anualmente, uma Turma Destaque ✓ Aumentar o nº de alunos em Quadro de Valor;
	Promover o desenvolvimento de competências na área das Tecnologias de Informação	✓ Proporcionar aos Alunos a utilização e aprendizagem das Novas Tecnologias; ✓ Adquirir conhecimentos que lhes permitam a aplicação das TIC a novas situações.	✓ Aumento do número de salas com equipamento informático; ✓ Promoção de ações de formação em novas tecnologias; ✓ Dinamização da rádio escola.	✓ Equipar todas as salas com computador; projetor e /ou quadro interativo; ✓ Garantir a atualização da página da internet e moodle do agrupamento;

Diminuir os níveis de insucesso escolar, com relevo e incidência nas disciplinas nucleares	✓ Combater o insucesso escolar quer a nível institucional, através da diminuição das taxas de reprovação, quer a nível pedagógico através de uma melhor preparação para a vida, desenvolvendo o gosto pela aprendizagem e pela participação na vida escolar.	✓ Definição de planos de intervenção intermédios, com o acompanhamento e intervenção da consultora; ✓ Aposta na articulação; ✓ Aposta em hábitos de leitura e investigação; ✓ Incentivar a frequência da Biblioteca Escolar; ✓ Definição de um Plano de Formação de Pessoal Docente e não Docente em função das necessidades específicas.	✓ Diminuir a taxa de insucesso; ✓ Aumentar a taxa de sucesso nas disciplinas nucleares; ✓ Elaborar documentos de articulação horizontal e vertical;
Contribuir para que os alunos adquiram valores de cidadania	✓ Combater a indisciplina, a agressividade, a violência; ✓ Prevenir as situações de indisciplina; ✓ Promover a segurança na escola.	✓ Promoção de debate e reflexão em torno das regras definidas no Regulamento Interno; ✓ Aplicação de forma rápida e eficaz as medidas sancionatórias definidas no Regulamento Interno. ✓ Reforço do gabinete de apoio ao aluno e família.	✓ Reduzir os casos de indisciplina e mau comportamento.
Contribuir para que os alunos, cumprindo a escolaridade obrigatória, adquiram as ferramentas fundamentais para uma integração na vida ativa	✓ Adquirir conhecimentos teórico-práticos que tornem os alunos aptos a exercer tarefas relacionadas com o mundo envolvente e/ou um possível prosseguimento de estudos.	✓ Sensibilização para a importância do sucesso pessoal, profissional e social; ✓ Estabelecimento de protocolos com agentes externos e/ ou parceiros do agrupamento; ✓ Promoção do acesso à Escola Virtual na sala de estudo; Gabinete de Apoio ao Aluno e Biblioteca; ✓ Valorização do Quadro de Excelência.	✓ Melhorar a qualidade do sucesso escolar, aumentando o número de alunos incluídos no Quadro de Excelência; ✓ Garantir a todos os alunos com CEI o acesso a um estágio de preparação para a vida ativa, no âmbito do seu PIT;

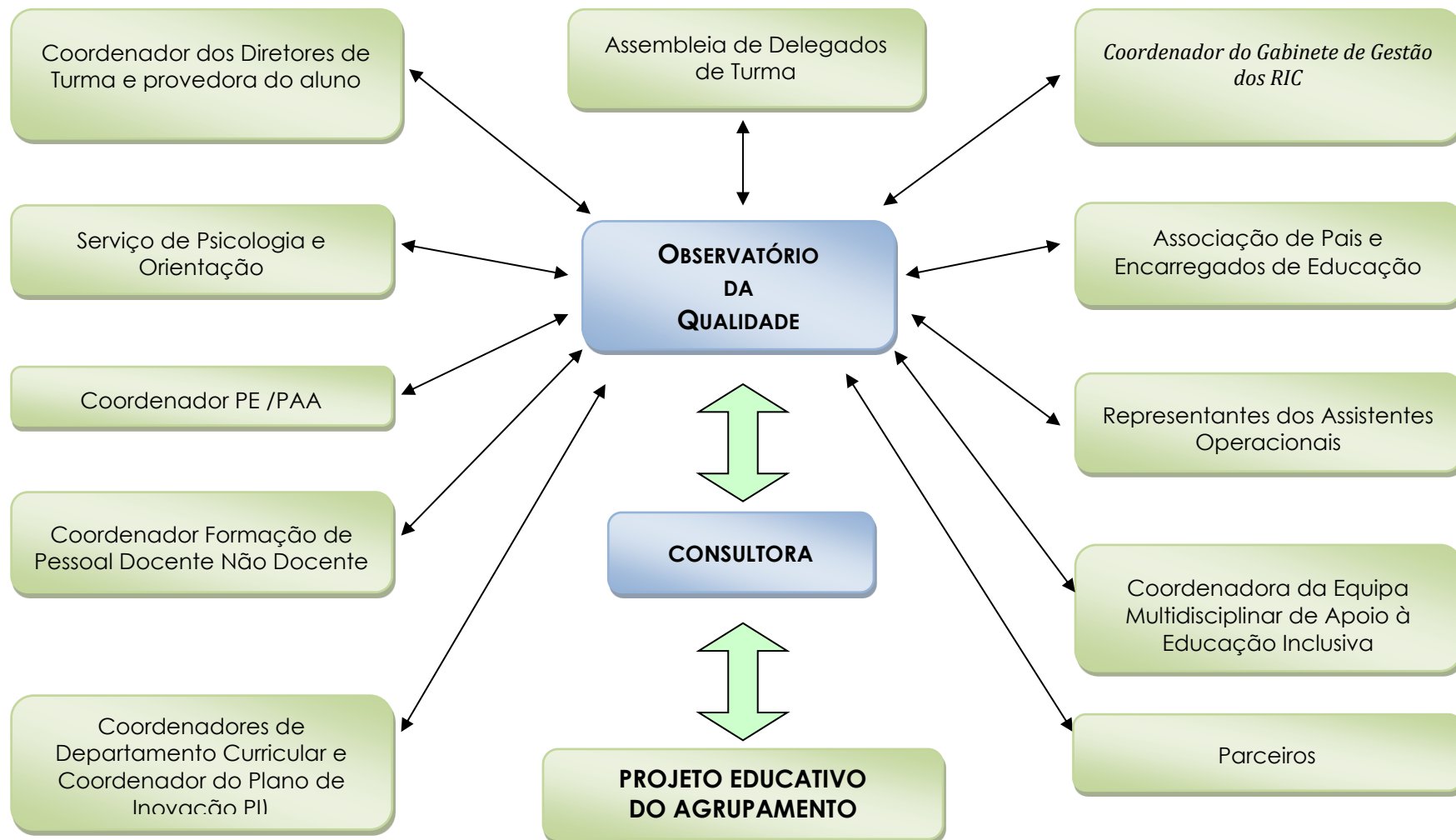
Aumentar a participação dos Encarregados de Educação nas atividades desenvolvidas	✓ Intervir de forma mais eficaz nas possíveis situações de abandono escolar; ✓ Diminuir a taxa de abandono escolar. ✓ Aumentar a participação dos diferentes membros da comunidade educativa na vida escolar.	✓ Diversificação da oferta formativa; ✓ Sinalização de todas as situações passíveis de intervenção; ✓ Promoção da orientação vocacional e profissional dos alunos; ✓ Dinamização de atividades culturais, desportivas e lúdicas para a comunidade educativa; ✓ Responsabilização dos Pais e Enc de Educação pelo acompanhamento dos seus educandos;	✓ Atingir a meta de 0% de abandono escolar. ✓ Aumentar em 50% a participação dos Encarregados de Educação nas atividades
Renovar as instalações e equipamentos	✓ Melhorar os espaços físicos da escola; ✓ Adquirir novos equipamentos e recursos educativos; ✓ Substituir os equipamentos danificados ou em mau estado de utilização.	✓ Requalificação das salas de aula, da biblioteca, da sala dos professores, dos serviços administrativos e da Direção; ✓ Renovação da imagem exterior da escola (edifício, portões e jardim); ✓ Criação de espaços próprios para o funcionamento dos gabinetes do psicólogo e outros projetos; ✓ Manutenção de equipamentos informáticos; ✓ Reforço dos equipamentos desportivos; ✓ Renovação das instalações sanitárias de alunos e professores ✓ Renovação de caixilharia de alumínio e isolamento térmico das salas; ✓ Substituição da iluminação tradicional por iluminação de baixo consumo.	✓ Equipar a biblioteca, garantindo que todo o material está devidamente identificado e organizado, de acordo com o Bibliobase e controlo de código de barras; ✓ Garantir a higiene permanente das casas de banho, garantido condições básicas de higiene. ✓ Construção de um Auditório ✓ Renovação das casas de banho dos alunos

Quadro 2 - Metas, Objetivos e Estratégias do Agrupamento

**EQUIPA DE COORDENAÇÃO PROJETO EDUCATIVA/ PROJETO DE INOVAÇÃO
PEDAGÓGICO/ PROJETO TEIP/PLANO DE MELHORIA**

Nome	Grupo de docência	Função ou cargo
Mário Rocha	520	<i>Diretor</i>
Natália Leão	230	<i>Coordenadora do Projeto TEIP Coordenadora do Plano Anual de Atividades</i>
Luís Dantas	420	<i>Coordenador do Observatório da Qualidade</i>
Armando Pereira	260	<i>Coordenador do Gabinete de Gestão dos RIC (GGRIC)</i>
Manuel Ribeiro	210	<i>Coordenador de Departamento de Línguas e Coordenador do Projeto Inovação (PI)</i>
Ariana Cosme	<i>CONSULTORA</i>	

ARTICULAÇÃO: EQUIPA DE RESPONSÁVEIS DAS AÇÕES /COORDENAÇÃO DO PE



6. DIVULGAÇÃO E CONCLUSÃO

A divulgação do projeto far-se-á sempre de acordo com as reflexões elaboradas pelas equipas de coordenação das atividades do Plano de Intervenção.

Estas reflexões, como já se referiu serão alargadas a todas as estruturas intermédias, onde se deverão propor estratégias de alteração, apontando novos caminhos. O Observatório deverá zelar por garantir que toda a comunidade conheça os resultados das atividades desenvolvidas e os seus planos de melhoria.

Para além dos meios formais já existentes, a divulgação do projeto concretizar-se-á das seguintes formas:

- ▶ No jornal “O papagaio”;
- ▶ Na plataforma da escola;
- ▶ Na página da escola;
- ▶ Em folhetos informativos.

Um Projeto Educativo é uma realidade dinâmica, pelo que deverá ser enriquecido com a criação de instrumentos que permitam chegar ao contexto do processo ensino/aprendizagem. Será imprescindível um corpo docente estável no sentido de uma maior eficácia na sua concretização.

Na reestruturação do Projeto Educativo, é crucial:

- ▶ Criar o gosto de vir à Escola;
- ▶ Cativar os pais para a Escola;
- ▶ Desenvolver estratégias alternativas para o funcionamento da aula;
- ▶ Inovar as atividades socioculturais intra e extra turma;
- ▶ Levar a escola ao meio envolvente;
- ▶ Inculcar valores de cidadania.

Um projeto desta natureza só tem sentido, se for avaliado e se atender à cultura da escola, à sua organização, à sua estruturação para se construir o quotidiano.

7. ANEXOS

ANEXO A

Atualizado em 20 de agosto de 2021

Informações Gerais do Agrupamento



EB 2,3 de Cristelo – Código 344096

Morada:

Rua Dr. Adriano Magalhães, nº201 – 4580-352
Cristelo

Contactos: 255 783 280/ Fax: 255 783 732

Email: aeacris@gmail.com

URL: www.agcristelo.edu.pt/



Escola Básica de Sobrosa – Código 1310008

Morada:

Rua Alameda 6 de Abril nº 173– 4580-605 Cristelo

Contactos: 255 776 507

Email: centroescolardesobrosa@gmail.com

Capacidade prevista da Escola: regime normal – 15

Distância entre a Escola e a Sede: 3 Km



Escola Básica de Duas Igrejas – Código 1310011

Morada:

Av. Da Telha – 4580-395 Cristelo

Contactos: 255 866 916

Email: centroescolardeduasigrejas@gmail.com

Capacidade prevista da Escola: regime normal – 13

Distância entre a Escola e a Sede: 1,5 Km

ANEXO B

Atualizado em 20 de agosto de 2021

	EB 2/3 de Cristelo	EB de Sobrosa	EB de Duas Igrejas
Educação Pré-Escolar	---	96	70
1º Ciclo	---	153	119
2º Ciclo	157	---	---
3º Ciclo	241	---	---
Secundário	104	---	---
Total	502	249	189

ANEXO C

Atualizado em 20 de agosto de 2021

População Escolar

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Sobrosa	Nº de Alunos	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	Total
		2	25	34	35	0	96
	Turmas						4

Duas Igrejas	Nº de Alunos	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	Total
		0	20	26	24	0	70
	Turmas						3

ENSINO BÁSICO

1º Ciclo Sobrosa	Nº de Alunos	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
		43	39	36	35	153
	Turmas	2	2	2	2	8

1º Ciclo Duas Igrejas	Nº de Alunos	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
		40	23	28	28	119
	Turmas	2	1	2	2	7

2º Ciclo	Nº de Alunos	5º Ano	6º Ano	Total
		78	79	
	Turmas	5	5	10

3º Ciclo	Nº de Alunos	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10ºAno	11ºAno	Total
		60	103	78	65	39	345
	Turmas	3	5	4	2+1	2	17

ANEXO D

Atualizado em 20 de agosto de 2021

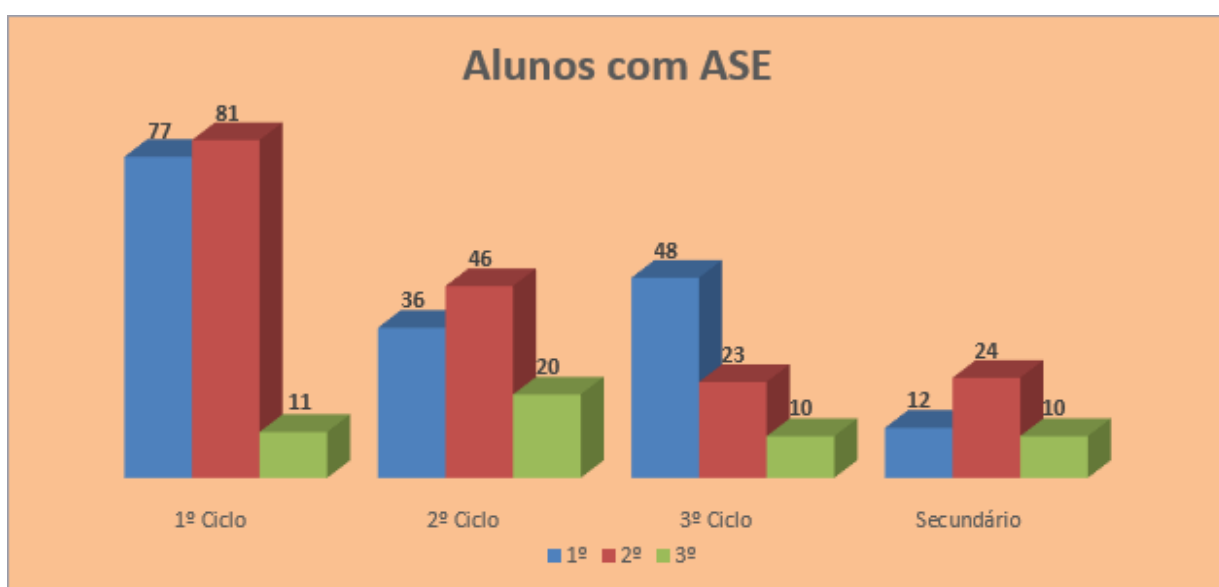
Meio Socioeconômico

IDADE MÉDIA DOS ALUNOS POR ANO DE ESCOLARIDADE

	Ensino Básico	
1º Ciclo	1º Ano	6 Anos
	2º Ano	7 Anos
	3º Ano	8 Anos
	4º Ano	9 Anos
2º Ciclo	5º Ano	10 Anos
	6º Ano	11 Anos
3º Ciclo	7º Ano	12 Anos
	8º Ano	13 Anos
	9º Ano	14 Anos
Secundário	10º Ano	15 Anos
	11º Ano	16 Anos

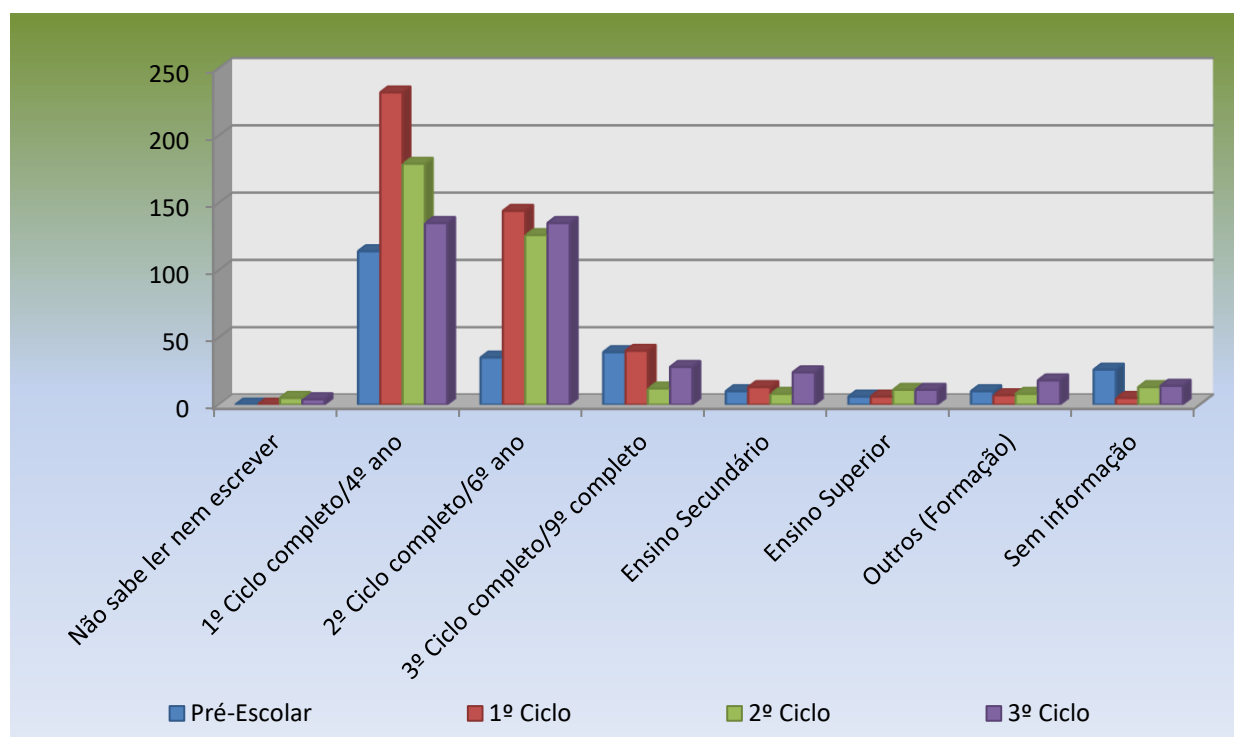
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

	Ensino Básico			Secundário
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
ASE 1º escalão	77	36	48	12
ASE 2º escalão	81	46	23	24
ASE 3º escalão	11	20	10	10
Totais	169	102	81	46



ESCOLARIDADE DOS PAIS

Habilitações Académicas - Pai



Situação Profissional dos Pais

Situação Profissional	1º. CEB		2º. CEB		3º. CEB		Pré-escolar		Totais	
	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI
Trabalhador por conta de outrem	189	189	97	97	158	158	89	89	533	533
Trabalhador por conta própria como empregador	3	3	2	2	5	5	2	2	12	12
Trabalhador por conta própria como isolado	6	6	9	9	11	11	4	4	30	30
Desempregado	65	65	31	31	39	39	21	21	156	156
Doméstico	46	46	26	26	67	67	17	17	156	156
Estudante	1	1							1	1
Reformado					3	3			3	3
Situação Desconhecida	6	6	1	1	5	5	2	2	14	14
Outra	2	2			3	3	1	1	6	6
Sem Informação	6	6	2	2	2	2	55	55	65	65
Total Geral	324	324	168	168	293	293	191	191	976	976

Profissões	1º. CEB		2º. CEB		3º. CEB		Pré-escolar		Total	
	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE	PAI	MAE
Administrador de sistemas			1	1					1	1
Advogados e solicitadores	1	1							1	1
Agente de seguros							1	1	1	1
Agente imobiliário e gestor de propriedades					1	1			1	1
Agentes da PSP, Polícia Marítima, Polícia Municipal, sargentos e guardas da GNR	2	2	2	2					3	3
Agentes funerários e embalsamadores	1	1							1	1
Agricultor e criador de animais de produção combinada, de subsistência					1	1			1	1
Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado					1	1			1	1
Agricultor e trabalhador qualificado de culturas agrícolas mistas	2	2	2	2			1	1	5	5
Agricultor e trabalhador qualificado de culturas de árvores e arbustos							1	1	1	1
Ajudante de cozinha	8	8	6	6	5	5			19	19
Alfaiates, costureiros, peleiros e chapeleiros	65	65	21	21	11	11	17	17	114	114
Analista em gestão e organização			2	2					2	2
Armador e montador de cabos metálicos					1	1	1	1	2	2
Arquiteto de edifícios	1	1							1	1
Assistente de estação de serviço ao condutor	1	1							1	1
Assistente de médicos	1	1					1	1	2	2
Assistente de venda de alimentos ao balcão	5	5					3	3	8	8
Auxiliar de cuidados de crianças	8	8	5	5	1	1	2	2	16	16
Auxiliar de saúde							2	2	2	2
Bombeiro	1	1	1	1					2	2
Cabeleireiro e barbeiro	2	2	2	2	3	3			7	7
Caixa bancário e similar							1	1	1	1
Canalizador e montador de tubagens	2	2			1	1			3	3
Cantoneiros de limpeza, empregados de lavabos e similares					2	2			2	2
Carpinteiros e similares	23	23	15	15	19	19	14	14	71	71
Carteiro e similares							1	1	1	1
Comerciante de loja (estabelecimento)	6	6	3	3	4	4	1	1	14	14
Condutor de veículos acionados à mão ou ao pé	1	1							1	1
Conserveiro de frutas, legumes e similares					1	1			1	1
Construtor de casas rudimentares	2	2					2	2	4	4
Contabilista, auditor, revisor oficial de contas e similares	1	1			1	1	2	2	4	4
Cozinheiro	1	1	2	2	5	5			8	8
Dactilógrafo e operador de processamento de texto					1	1			1	1
Decorador	2	2							2	2
Desenhadores e técnicos afins	1	1			1	1	1	1	3	3
Designer, gráfico ou de comunicação e multimédia			1	1			1	1	2	2
Diretor das indústrias de construção e de engenharia civil			2	2	1	1			3	3
Diretor das indústrias transformadoras	1	1	3	3	2	2	2	2	8	8

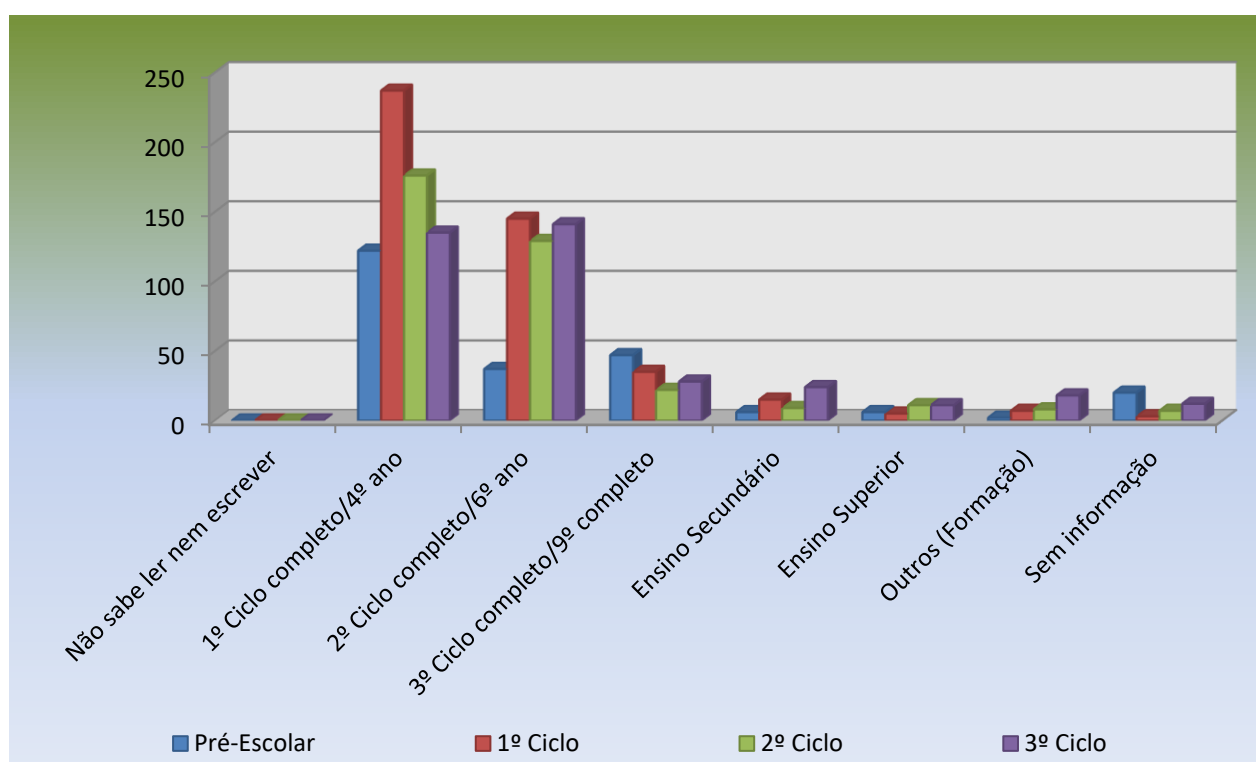
Diretor dos serviços de apoio social	1	1					1	1	2	2
Diretor e gerente de outros serviços, n.e.	7	7	2	2	3	3	2	2	14	14
Diretor e gerente de restauração (restaurantes e similares)	2	2			2	2			4	4
Diretor geral e gestor executivo, de empresas							2	2	2	2
Diretores de compras, transportes, armazenagem, distribuição e relacionados							1	1	1	1
Diretores de vendas e marketing	1	1							1	1
Diretores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso	8	8	4	4	3	3	4	4	19	19
Economista	1	1			1	1			2	2
Educador de infância					1	1	1	1	2	2
Eletricista de construções e similares	1	1	2	2	5	5	0	0	8	8
Eletromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos elétricos	2	2	1	1	2	2	1	1	6	6
Embalador manual da indústria transformadora	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4
Empregado de bar	1	1							1	1
Empregado de escritório em geral	10	10	4	4	10	10	3	3	27	27
Empregado de mesa	1	1	1	1	2	2			4	4
Empregados de aprovisionamento e armazém	5	5	2	2	5	5	3	3	15	15
Encarregado da construção							1	1	1	1
Encarregado da indústria transformadora	2	2							2	2
Encarregado de limpeza e de trabalhos domésticos em escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	1	1					1	1	2	2
Encarregado de loja (estabelecimento)					1	1	2	2	3	3
Enfermeiros e enfermeiros especialistas (exceto em saúde materna e obstétrica)	1	1	2	2	1	1	2	2	6	6
Engenheiro do ambiente					1	1			1	1
Engenheiro eletrónico							1	1	1	1
Engenheiro químico	1	1					1	1	2	2
Engenheiros civis							1	1	1	1
Escrivão e similares	1	1			1	1			2	2
Especialista de redes informáticas	1	1							1	1
Especialista em formação e desenvolvimento de recursos humanos	1	1	1	1					2	2
Especialista em higiene e saúde, ambiental e laboral	2	2					5	5	7	7
Estafetas, bagageiros e distribuidores	5	5	1	1	1	1	5	5	12	12
Esteticistas e trabalhadores similares	1	1	1	1	3	3	1	1	6	6
Estofadores e similares	6	6	1	1	2	2	3	3	12	12
Estucador	1	1							1	1
Farmacêutico	1	1							1	1
Forjadores, ferreiros, operadores de prensas de forjar, estampadores e similares			1	1	1	1			2	2
Guarda dos serviços prisionais	1	1	1	1					2	2
Instalador e reparador de linhas elétricas			1	1					1	1
Limpadores de fachadas e de outras estruturas de edifícios							1	1	1	1
Maquinista de locomotivas					2	2			2	2
Marceneiros e similares	101	101	58	58	133	133	40	40	332	332
Mecânico e reparador de equipamentos eletrónicos							1	1	1	1

Mecânico e reparador de veículos automóveis	4	4	4	4	3	3	4	4	15	15
Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais			2	2	1	1			3	3
Motorista de veículos pesados de mercadorias	10	10	3	3	10	10	2	2	25	25
Motoristas de autocarros e guarda-freios de elétricos					1	1			1	1
Motoristas de automóveis ligeiros, táxis e carrinhas	2	2	2	2	4	4	1	1	9	9
Oficiais do Exército (NE)	1	1							1	1
Operador de central telefónica	1	1			1	1			2	2
Operador de contabilidade e escrituração comercial	2	2	1	1	1	1			4	4
Operador de gruas, guindastes e similares	1	1	1	1					2	2
Operador de instalações para o trabalho da madeira e cortiça					1	1			1	1
Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis					2	2			2	2
Operador de máquinas de costura	6	6			1	1	1	1	8	8
Operador de máquinas de escavação, terraplenagem e similares			2	2					2	2
Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares	4	4			1	1			5	5
Operador de máquinas e de equipamentos para trabalhar madeira e cortiça			2	2	2	2	1	1	5	5
Operador de registo de dados					1	1			1	1
Operadores de caixa e venda de bilhetes	1	1	2	2	6	6	1	1	10	10
Operadores de instalações de transformação de metais							1	1	1	1
Operadores de instalações e máquinas do fabrico de produtos químicos	1	1							1	1
Operadores de máquinas para trabalhar cimento, pedra e outros minerais	1	1							1	1
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo, n.e.	1	1	2	2	5	5	4	4	12	12
Outro pessoal de recepção e de informação a clientes	2	2	1	1					3	3
Outro pessoal dos serviços de protecção e segurança	2	2							4	4
Outro trabalhador de limpeza manual	1	1					1	1	2	2
Outros analistas e programadores, de software e aplicações			1	1					1	1
Outros artistas e intérpretes criativos das artes do espectáculo							1	1	1	1
Outros operadores de instalações fixas e de máquinas, n.e.	1	1			3	3			4	4
Outros operadores de máquinas para o fabrico de produtos têxteis, de pele com pêlo e couro							1	1	1	1
Outros profissionais de nível intermédio da saúde, n.e.	1	1							1	1
Outros técnicos de nível intermédio das actividades culturais e artísticas	1	1							1	1
Outros trabalhadores da montagem					1	1	1	1	2	2
Outros trabalhadores dos cuidados pessoais e similares nos serviços de saúde	3	3	1	1			2	2	6	6
Outros trabalhadores não qualificados da indústria transformadora					1	1			1	1
Outros trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	27	27	9	9	31	31	11	11	78	78
Outros trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, artesãos e similares			1	1					1	1
Outros trabalhadores relacionados com vendas, n.e.	5	5	1	1	1	1	2	2	9	9
Padeiros, pasteleiros e confeitários	2	2	2	2	3	3	2	2	9	9
Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários	3	3	1	1	1	1	1	1	6	6
Pessoal de informação administrativa	2	2			1	1	2	2	5	5
Pintores à pistola e envernizadores	1	1							1	1
Pintores à pistola e envernizadores					1	1			1	1

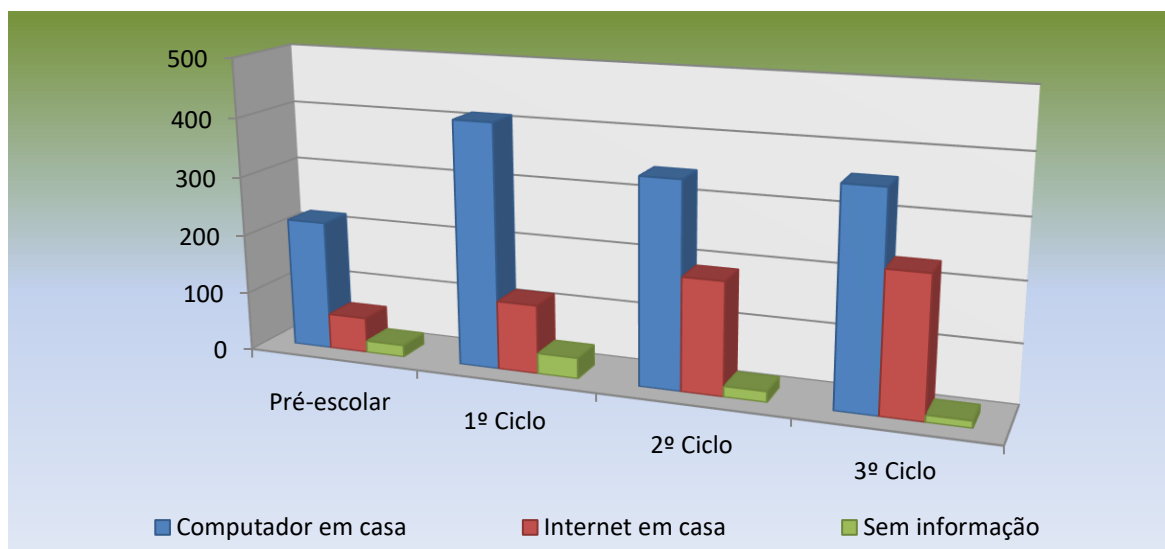
Pintores de construções e trabalhadores similares	2	2	1	1			2	2	5	5
Porteiro de edifícios					1	1			1	1
Preparador de refeições rápidas	2	2	1	1	1	1			4	4
Preparador e montador de estruturas metálicas	1	1							1	1
Preparadores de carne, peixe e similares	3	3			3	3			6	6
Prestador de serviços na rua	1	1							1	1
Produtores e trabalhadores qualificados na produção animal de carne e de leite					1	1			1	1
Professor do ensino básico (1º ciclo)	1	1			1	1			2	2
Professor do ensino especial			1	1					1	1
Professor dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário	3	3	1	1	2	2			6	6
Profissão Desconhecida	17	17	8	8	18	18	9	9	52	52
Psicólogo	1	1					1	1	2	2
Rectificador de rodas, polidor e afiador de metais			1	1			1	1	2	2
Repositor de produtos em prateleiras	1	1					1	1	2	2
Representante comercial	4	4	3	3	1	1	1	1	9	9
Riscador de moldes e cortadores, de tecido, couro e similares							1	1	1	1
Sapateiros e similares	2	2			1	1			3	3
Secretário administrativo e executivo	2	2					1	1	3	3
Secretário da área da medicina							1	1	1	1
Secretário da área jurídica	1	1							1	1
Segurança (vigilante privado), porteiros e similares	3	3	1	1					4	4
Sem informação	100	100	59	59	108	108	38	38	344	344
Serígrafo e outros operadores de impressão	1	1							1	1
Serralheiro de moldes, cunhos, cortantes e similares	3	3	3	3	3	3	1	1	10	10
Soldadores e trabalhadores de corte a oxi-gás					1	1			1	1
Sopradores, cortadores, polidores e acabadores, de vidro	2	2	1	1	1	1	3	3	7	7
Técnico de electricidade	1	1							1	1
Técnico de próteses médicas e dentárias			1	1					1	1
Técnico de registos médicos e de informação sobre saúde	1	1							1	1
Técnico de secretariado	2	2			1	1			3	3
Técnico de telecomunicações	1	1							1	1
Técnico em redes e sistemas de computadores							1	1	1	1
Técnico operador das tecnologias de informação e comunicação (TIC)	1	1					1	1	2	2
Técnicos administrativos de contabilidade	2	2					3	3	5	5
Técnicos e assistentes farmacêuticos	2	2			1	1			3	3
Terapeuta e assistente dentário			1	1					1	1
Trabalhador de limpeza em casas particulares	2	2	4	4	6	6	2	2	14	14
Trabalhador de limpeza em escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	2	2			1	1			3	3
Trabalhador não qualificado da agricultura (exclui horticultura e floricultura)	3	3	1	1	4	4	0	0	8	8
Trabalhador não qualificado da agricultura e produção animal combinadas							1	1	1	1
Trabalhador não qualificado da construção de edifícios	18	18	12	12	3	3	5	5	38	38

Trabalhador não qualificado da floricultura e horticultura					1	1	1	1	2	2
Trabalhador não qualificado de engenharia civil	7	7	4	4	4	4			15	15
Trabalhadores da pedra, canteiros e similares	1	1	1	1	2	2			4	4
Trabalhadores de chapas metálicas					1	1			1	1
Trabalhadores de costura, bordados e similares	49	49	46	46	99	99	20	20	214	214
Trabalhadores de costura, bordados e similares							1	1	1	1
Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça	1	1	1	1					2	2
Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares	3	3							3	3
Trabalhadores não qualificados, da pesca e aquicultura					1	1			1	1
Vendedor ambulante de produtos alimentares	4	4	3	3	4	4	1	1	12	12
Vendedor ao domicílio	1	1					2	2	3	3
Vendedor em loja (estabelecimento)	11	11	4	4	2	2	8	8	25	25
Vendedor em quiosque e em mercados	1	1							1	1
Vidraceiro			2	2	1	1			3	3
Totais	336	336	185	185	310	310	145	145	976	976

Habilitações Académicas – Mãe



ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



ANEXO E

Atualizado em 20 de agosto de 2021

Recursos do Agrupamento

RECURSOS HUMANOS - PESSOAL DOCENTE

Vínculo laboral	2020/21
Nomeação	---
Contrato individual de trabalho sem termo	82
Contrato individual de trabalho com termo	10
Requisição	0
Outras situações (comissões de serviço/ mobilidade estatutária)	4
Técnicos especializados	4
TOTAL	102

Pessoal Docente	Psicólogo+ Técnico especializado	Pré-escolar	EB1	EB 2,3/S	Educação Especial	Total
	4	6	26	56	3	95

RECURSOS HUMANOS - PESSOAL NÃO DOCENTE

Ano Letivo	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Total
2021/2022	11	37	48

RECURSOS FÍSICOS

	Salas de aula	Cantina	Biblioteca	Espaços de apoio	Pavilhão	Sala TIC	Auditório
EB 2,3 de Cristelo	24	1	1	4	1	1	1
EB de Sobrosa	15	1	1	2	1	1	---
EB de Duas Igrejas	14	1	1	2	1	1	---

ANEXO F

Atualizado em 20 de agosto de 2021

Plano Plurianual de Melhoria

PPM

Plano Plurianual de
Melhoria
2018 - 2022



janeiro de 2018

PLANO PLURIANUAL DE MELHORIA 2018/2022

1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE MELHORIA

Como já foi referido, o Plano Plurianual de Melhoria (PPM) resulta de um diagnóstico, tendo em conta o trabalho realizado no âmbito dos processos de monitorização, avaliação interna, autoavaliação e avaliação externa e os respetivos relatórios produzidos, quer pelo Observatório da Qualidade (OQ), quer pela IGEC.

Na análise SWOT seguinte identificam-se os problemas a eleger na definição das áreas de intervenção prioritárias a considerar no PPM, decorrentes de tais relatórios, onde se destaca o último relatório do OQ de julho de 2018.

FATORES POSITIVOS		FATORES NEGATIVOS	
PONTOS FORTES		PONTOS FRACOS	
FATORES ENDÓGENOS	Ação pedagógica orientada para a melhoria dos resultados dos alunos e o combate ao abandono escolar e à exclusão social;	Persistência de elevadas taxas de insucesso a Matemática no 3º ciclo;	
	Forte identificação da comunidade educativa com o Agrupamento, potenciada pela atividade desenvolvida pelas Associações de Pais;	Alguma focalização nos fatores externos do (in)sucesso, em detrimento dos fatores internos;	
	Participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, nomeadamente no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular (RIC);	Alguma falta de consistência na articulação da Monitorização com a Supervisão Pedagógica;	
	Mobilização dos parceiros educativos para a concretização de projetos e atividades comuns, com impacto no desenvolvimento social do concelho;	Insuficiências no compromisso Família-Escola, apesar das dinâmicas recentemente desenvolvidas pelas Associações de Pais.	
	Supervisão e acompanhamento da prática letiva em sala de aula, com intencionalidade e carácter instrumental;		
	Liderança e visão estratégica de ação educativa, em coerência com os documentos estruturantes;		
	Práticas de monitorização e autoavaliação, consolidadas e generalizadas, com vista à adequação das respostas educativas e à sustentabilidade;		
	Investimento na realização de atividades experimentais e de estímulo à utilização do método científico, com carácter transversal na formação integral das crianças e dos alunos, no contexto de projetos extracurriculares;		
	Participação em microrrede de escolas, no âmbito do Programa TEIP e do PPIP;		
	Participação no projeto INCLUD-ED, sobretudo pela constituição de Grupos Interativos por parte dos Encarregados de Educação.		
FATORES EXÓGENOS	Intensificação da autonomia pedagógica, no âmbito do Programa TEIP e do P-PIP, nomeadamente com a extensão dos planos plurianuais;	Instabilidade normativa (alterações extemporâneas aos normativos legais em vigor – ou por saída tardia ou por alteração a posteriori da legislação);	
	Continuidade do alargamento da oferta educativa, decorrente da reestruturação em curso, nomeadamente com a aposta na educação e formação de adultos e com a manifestação do interesse em oferecer ensino secundário regular;	Instabilidade das equipas de docentes (motivada por mudanças de professores ou pela extinção do processo de contratação a nível de escola);	
	Protocolos com instituições do ensino superior, designadamente o INESCTEC, no âmbito do Programa TEIP;	Insuficiência de formação orientada para as dinâmicas de articulação das aprendizagens implementadas;	
	Implementação do Plano Estratégico Educativo Municipal;		
	Protocolos no âmbito do PIICIE – Paredes Educa (autarquia de Paredes); A Ler Vamos (autarquia de Matosinhos)		
	Protocolos no âmbito das Ciências e Tecnologia: Rede de Clubes Ciência Viva na Escola; Fundação Ilídio Pinho; Programa Eco-Escolas.		
	Programa Erasmus+, ação-chave 1 e 2		
OPORTUNIDADES		AMEAÇAS	

Como é natural, alguns destes problemas, sobretudo os que se referem à avaliação externa, já foram alvo de intervenção no PPM anterior.

1.2. PLANO PLURIANUAL DE MELHORIA

Neste capítulo explicita-se a estrutura do PPM a apresentar, com referência aos capítulos que a mesma estrutura abrange.

O relatório de autoavaliação (elaborado pelo OQ), em sequência dos diferentes relatórios produzidos (incluindo os da IGEC), tem como objetivo apoiar a direção na implementação de um conjunto de ações que permitam melhorar o desempenho organizacional, através da definição de um Plano Plurianual de Melhoria, contribuindo assim para uma maior qualidade, eficiência e eficácia da organização escolar.

Os aspetos a melhorar são analisados pela Equipa TEIP e de seguida são priorizados como ações de melhoria. O PPM deve ser integrado no planeamento estratégico da organização escolar (Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades), sendo fundamental a sua divulgação e efetiva implementação.

Vejamos a estrutura da ação estratégica do PPM:

Capítulo	Descrição
Enquadramento estratégico das áreas de melhoria	Descrição sumária dos documentos estratégicos utilizados.
Identificação das áreas de melhoria priorizadas e sua incidência	Descrição das áreas/problema de intervenção prioritária, com os objetivos gerais a atingir.
Enquadramento estratégico das ações de melhoria	Descrição sumária dos documentos estratégicos utilizados.
Identificação das ações de melhoria e sua incidência	Listagem das ações de melhoria relevantes.
Ação estratégica Matriz de priorização das ações de melhoria	Critérios de priorização e tabela de priorização das ações de melhoria.
Fichas das ações de melhoria	Fichas de planeamento de cada ação de melhoria.
Visão global do PPM - CRONOGRAMA	Quadro geral que permite visualizar o cronograma das atividades das ações de melhoria.
Monitorização e avaliação	Fichas de planeamento de cada ação de melhoria.

1.3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DAS ÁREAS DE MELHORIA

Os critérios de priorização das áreas de melhoria utilizados tiveram em conta a visão, a missão e a estratégia geral do agrupamento.

A Equipe TEIP, ao priorizar as ações a desenvolver, partiu da análise dos diferentes aspectos a melhorar tendo em consideração: Atas das várias Estruturas de Orientação Educativa; Projeto Educativo; Projeto de Intervenção do Diretor; Plano de Inovação; Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento; Relatório de Avaliação das Bibliotecas Escolares; Relatório do Observatório da Qualidade e Contrato Programa TEIP.

PROJETO EDUCATIVO (PE)
No Projeto Educativo foram tidos em conta: O Lema «O FUTURO COMEÇA AQUI»; Missão: Promover o sucesso educativo, esbater as diferenças sociais e criar uma cultura de avaliação de forma a alcançar a melhoria contínua, visando a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e feliz. Visão: Queremos ser uma Escola Coesa; Responsável; Crítica; Inovadora; Aberta ao Mundo, tornando-se uma “Escola de referência a nível regional”. Valores: Excelência; participação; transparência; criatividade. Aspectos a melhorar – Objetivos estratégicos: • Melhorar o processo Ensino Aprendizagem e desempenho dos alunos. • Combater o abandono e exclusão escolar e social. • Fortalecer e dinamizar a gestão escolar em parceria com os pais, através de mecanismos de prestação de contas cada vez mais eficientes e eficazes.
PLANO DE INTERVENÇÃO DO DIRETOR (PE)
No Projeto de Intervenção foram tidos em conta os objetivos • Melhorar a articulação da Monitorização com a SuperVisão Pedagógica • Aumentar a participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes. • Apostar no sucesso educativo e na prevenção do abandono, absentismo e indisciplina. • Valorizar a cultura escolar e melhorar o clima educativo.
PLANO DE INOVAÇÃO (PI)
O PI, reforçando a autonomia do programa TEIP, trouxe consigo a oportunidade de atingir objetivos mais ambiciosos, tais como: • Combater a taxa de abandono. • Sinalizar atempadamente alunos para um eventual percurso profissional, respeitando o projeto de vida individual. • Contribuir para a eliminação das taxas de retenção. • Criar sustentabilidade nesta medida de promoção do sucesso escolar. • Aumentar a qualidade de sucesso geral de TODOS os alunos. • Aumentar a qualidade de sucesso a ciências experimentais e sociais. • Criar dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA / ACOMPANHAMENTO (IGEC)

Do Relatório Final de Acompanhamento do Agrupamento por parte da IGEC, de 2014, destaca-se que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A focalização nos fatores internos do (in)sucesso para generalizar medidas de promoção do sucesso escolar, particularmente no 1.º ciclo;
- O reforço da participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, dando-lhes a oportunidade de se corresponsabilizar nas decisões que lhes dizem respeito e no desenvolvimento de uma cidadania responsável e democrática;
- O aprofundamento da componente experimental, estimulando o gosto por atividades experimentais e pelo método científico, com caráter transversal na formação integral das crianças e dos alunos.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA (BE)

No Relatório de Autoavaliação, salienta-se que o trabalho articulado entre as línguas e a BE melhorou significativamente no ano letivo 2014/2015, considerando-se por isso necessário manter o nível alcançado e, eventualmente, alargar a outros grupos disciplinares.

RELATÓRIO DO OBSERVATÓRIO DE QUALIDADE (AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO)

(Inquérito de satisfação)

Do Relatório de Observatório da Qualidade (Autoavaliação do Agrupamento), resultado dos questionários e das grelhas de autoavaliação, salientam-se como grandes oportunidades de melhoria:

1. Melhoria dos resultados escolares;
2. Melhoria dos resultados sociais;
3. Envolvimento dos pais/EE no acompanhamento dos trabalhos dos educandos e na Escola;
4. Oferta de formação para pessoal docente e não docente;
5. Indisciplina dos alunos.

CONTRATO PROGRAMA TEIP (CP)

Do Contrato de Programa TEIP, salientam-se objetivos prioritários a atingir:

1. Diminuir a distância dos resultados obtidos nas provas finais de ciclo para os níveis nacionais, tanto na taxa de sucesso, como na média nacional.
2. Aumentar a taxa global do sucesso escolar interno.
3. Aumentar a qualidade de sucesso – aumentar o número de alunos com positiva a todas as disciplinas.
4. Manter a taxa de abandono escolar próxima do valor zero por cento.
5. Diminuir o número de ocorrências disciplinares, por aluno.

1.4. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MELHORIA E SUA INCIDÊNCIA

Neste capítulo identificam-se as áreas de melhoria articuladas com os novos eixos de intervenção do ciclo 2018 – 2022 e os domínios enunciados nas Linhas Orientadoras para a elaboração do PPM.

As áreas de melhoria organizam-se nesta tabela, enunciando, para cada área, os indicadores globais propostos pelo Agrupamento.

Eixos	Domínios	Ações de melhoria		Indicadores globais
Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas	A- Medidas organizacionais	1	Organização Flexível do Currículo (Organização flexível de grupos de alunos) TurmaMais - 2º ano TurmaMais PORT /MAT / ING Desdobramento/Oficinas	Grau de participação dos vários agentes da comunidade educativa
		2	Trabalho colaborativo: Coadjuvações Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC) Supervisão Pedagógica e Colaborativa	Grau de diversidade das medidas organizacionais que visam a promoção do trabalho colaborativo
		3	Semanas Temáticas – organização do calendário escolar	
Gestão Curricular	B- Sucesso na avaliação interna/externa		- Taxa de insucesso escolar (1) - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas - Taxa de alunos que tiveram positiva nas provas finais - Classificação média nas provas finais - Taxa de percursos diretos de sucesso entre os alunos da escola, em todas as ofertas educativas - Taxa de alunos que melhoraram ou mantiveram a média final das suas classificações, relativamente ao ano anterior	
	C- Interrupção precoce do percurso escolar	4	A.F.E.T.Os. (Atividades de Formação Educativa e Tutorias Ocasionais) GPiE; GPiA; Tutorias	- Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (2) - Taxa de ocorrências disciplinares em contextos de sala de aula, face ao número total de ocorrências - Média de faltas injustificadas por aluno (3)

Eixos	Domínios	Ações de melhoria		Indicadores globais
Gestão Curricular	D- Práticas pedagógicas	5	Letras que falam	Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas
		6	Cientistas de Palmo e ½	
		7	Referenciais de Integração Curricular (RIC) CCA + GGRIC Trabalho multidisciplinar e interdisciplinar Avaliação de acordo com a diferenciação pedagógica	
		8	Artes e Educação Física (EDF) no 1º ciclo Fomentar a articulação vertical e horizontal de excelência;	
Parcerias e Comunidade	E- Parcerias	9	HORIZONTES 4'ALL Micro redes; Universidades; Autarquias; Programa Erasmus +, chave 1 e 2	- Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa relativamente ao clima de escola. - Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO - Grau de satisfação do impacto das parcerias na promoção das aprendizagens dos alunos
	F- Envolvimento da Comunidade	10	COMUNIDADES APRENDENTES - INCLUD-ED e - Cidadania de Intervenção Social (CIS) - Conselhos de Comunidade de Aprendizagem (CCA) - Intervalos tutorados por alunos	

Na tabela que se segue elencam-se os aspetos a melhorar com a indicação da fonte de informação (relatório de autoavaliação, relatório de avaliação intermédia de PI e outros documentos identificados no capítulo anterior), associando cada aspeto a melhorar a um domínio abrangente e relevante.

Ordenação dos aspetos a melhorar, de acordo com as ações de melhoria:

Fonte	Aspetos a melhorar	Ações de melhoria	Domínios	Eixos
OQ	Continuação da melhoria na comunicação/ circulação da informação.	Boletins Informativos; apps; redes sociais	Medidas organizacionais	Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas
OQ	Intensificação da oferta de formação para pessoal docente e não docente.	Capacitação	Medidas organizacionais	
PI	Maior intencionalidade pedagógica no trabalho interpares	Coadjuvações	Medidas organizacionais	
PI	Reforço da participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, para o desenvolvimento de uma cidadania responsável e democrática.	Conselhos de Comunidade de Aprendizagem (CCA)	Medidas organizacionais	
PI	Alargamento a outras disciplinas	Desdobramento/ Oficinas	Medidas organizacionais	
PI	Implementação da avaliação formativa - necessidade de capacitação.	Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC)	Medidas organizacionais	
PI	Aumentar a prática de inovação pedagógica nestas semanas	Semanas Temáticas	Medidas organizacionais	
PI	Estimulação de debates a fim de ser criada uma política consensual de supervisão pedagógica.	Supervisão Pedagógica e Colaborativa	Medidas organizacionais	
PE	Estabilização da medida ao longo do ano letivo, evitando grandes flutuações de alunos	TurmasMais	Medidas organizacionais	
PE	Melhorar a articulação entre os diversos Gabinetes de Prevenção; Tutorias; Diretores de Turma; Famílias e entidades externas - promover a cultura de prevenção.	A.F.E.T.Os.	Interrupção precoce do percurso escolar	Gestão Curricular
PI	Dificuldade em garantir mais horas das diferentes áreas aos alunos, por falta de suficiente número de docentes.	Artes e Educação Física (EDF) no 1º ciclo	Práticas pedagógicas	
PI	Apropriação pela metodologia e organização da medida por parte de novos docentes	Cientistas de Palma e ½	Práticas pedagógicas	

Fonte	Aspetos a melhorar	Ações de melhoria	Domínios	Eixos
PE	Aumentar a literacia de comunicação oral e abordagem à leitura nas crianças do pré-escolar	Letras que falam	Práticas pedagógicas	Gestão Curricular
PI	Aumento de construção de cenários de aprendizagem (resolução de problemas de forma criativa), de forma massiva. Diminuição do nº de disciplinas envolvidas simultaneamente em cada RIC. Aumento do tempo de cada turno do RIC para desenvolvimento de cenários de aprendizagem.	Referenciais de Integração Curricular (RIC)	Práticas pedagógicas	
OQ	Maior envolvimento e partilha de práticas pedagógicas - formação em ação.	Constituição de micro redes	Eficácia das parcerias	Parcerias e Comunidade
PE	Presença do perito nas dinâmicas pedagógicas	Universidades – perito externo	Eficácia das parcerias	
OQ	Incrementar os projetos/ações de aplicação na sociedade local	Cidadania de Intervenção Social (CIS)	Envolvimento da comunidade	
PI	Melhorar a articulação com as diversas disciplinas do currículo	Cidadania de Intervenção Social (CIS)	Envolvimento da comunidade	
PI	Maior envolvimento e participação da comunidade educativa, sobretudo EE	INCLUD-ED	Envolvimento da comunidade	

1.5. AÇÃO ESTRATÉGICA - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MELHORIA

A priorização das ações de melhoria baseia-se na aplicação da matriz da CAF e de GUT (Gravidade; Urgência; Tendência). Assim, a forma de priorizar as ações de melhoria consiste em combinar quatro critérios: urgência, capacidade, tendência e satisfação. Deste modo, as ações de melhoria são priorizadas de acordo com a urgência da ação de melhoria, a capacidade de mobilizar os recursos necessários e a dependência (ou não) de fatores externos à organização escolar, a tendência da ação de melhoria piorar, ou seja é o potencial de crescimento do problema, a avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema e a contribuição da ação na melhoria da satisfação da comunidade educativa.

Utilizou-se o quadro seguinte para pontuar as ações de melhoria, de acordo com os critérios estabelecidos.

Pontuação	Urgência	Capacidade	Tendência	Satisfação
1	Sem urgência (não tem pressa, pode esperar)	Requer um número significativo de recursos que a organização escolar não possui e/ou depende de fatores externos à organização escolar	Sem tendência a piorar (não vai piorar ou pode até melhorar)	Improvável impacto na satisfação da comunidade educativa
3	Urgente (o mais cedo possível)	Requer um número razoável de recursos e/ou não depende totalmente de fatores externos à organização escolar	Se nada for feito, vai piorar a médio prazo	Impacto médio na satisfação da comunidade educativa
5	Extremamente urgente (é necessária uma ação imediata)	Requer recursos que a organização escolar possui e não depende de fatores externos à organização escolar	Se não for resolvido, o agravamento é imediato	Impacto direto na satisfação da comunidade educativa

Depois de pontuar as ações de melhoria, ordenaram-se por pontuação final:

Ação de melhoria	Urgência	Capacidade	Tendência	Satisfação	Pontuação	Prioridade
AM3- Semanas Temáticas – organização do calendário escolar	5	5	5	3	18	1
AM7- Referenciais de Integração Curricular (RIC)	5	5	5	3	18	2
AM1 - Organização Flexível do Currículo (Organização flexível de grupos de alunos)	5	5	5	3	18	3
AM9- HORIZONTES 4'ALL	5	5	3	3	16	4
AM10- COMUNIDADE APRENDENTE	3	3	5	5	16	5
AM2- Trabalho Colaborativo	3	3	5	5	16	6
AM4 - A.F.E.T.Os. (Atividades de Formação Educativa e Tutorias Ocasionais)	1	5	5	5	16	7
AM5- Letras que Falam	5	1	3	5	14	8
AM8- Artes e Educação Física (EDF) no 1º ciclo	3	1	3	5	12	9
AM6 - Cientistas de Palmo e 1/2	3	1	3	5	12	10

1.6. AÇÕES DE MELHORIA - DESCRIÇÃO DA FICHA DA AÇÃO DE MELHORIA

Nº	Campo		Descrição
1	Designação da Ação de Melhoria		Título da ação de melhoria
2	Eixo de intervenção		Agregação dos aspetos a intervencionar, abrangentes e relevantes - eixos do Programa TEIP
3	Domínio		Agregação das ações por intencionalidade, dentro de cada eixo
4	Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta		Juntaram-se todos os aspetos a melhorar comuns numa área – tem como referencial os domínios da avaliação externa. O que se pretende efetivamente obter com a aplicação da ação de melhoria
5	Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria		Objetivos do Projeto Educativo que consubstanciam as ações
6	Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria		Objetivos do PPM que consubstanciam as ações
7	Objetivo(s) específicos da ação de melhoria		Qual a finalidade da ação?
8	Descrição da ação de melhoria		Descrição da forma como a ação de melhoria será implementada, indicando as atividades a realizar neste âmbito
9	Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver		Planeamento; Comunicação e articulação; Aspetos relevantes a melhorar
10	Público-alvo		A quem se destina a ação?
11	Indicadores a monitorizar		Ferramenta de gestão que permite realizar a medição e o consequente nível de desempenho e sucesso das ações
12	Resultado(s) esperado (meta) a alcançar		O que se espera alcançar com a ação? Quais os resultados imediatos? Devem ser fixadas metas mensuráveis para avaliar se os resultados foram atingidos
13	Parcerias		Identificação clara dos parceiros da comunidade local que serão envolvidos na ação, quando se aplique
14	Participantes Recursos humanos envolvidos	Coordenador da ação (assento CP)	Pessoa responsável pela ação
		Subcoordenador	Pessoa que substitui o coordenador responsável pela ação
		Participantes (equipa operacional)	As pessoas que vão implementar a ação de melhoria
15	Cronograma		Datas em que a implementação da ação de melhoria se deve iniciar e deve estar totalmente concluída

1.6.1. FICHAS DA AÇÃO DE MELHORIA

Ação de Melhoria 1

1. Designação

AM1- Organização flexível de grupos de alunos

TurmaMais - 2º ano
TurmaMais | PORT / MAT / ING
Desdobramento/Oficinas

2. Eixo de intervenção

Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas

3. Domínio

Medidas organizacionais

4. Áreas/Problemas que a ação pretende dar resposta

Alargamento do desdobramento a outras disciplinas
Poucas condições organizacionais para o desenvolvimento de trabalho prático / experimental
Estabilização da medida TurmasMais ao longo do ano letivo, evitando grandes flutuações de alunos

5. Objetivos gerais de PE que enquadram a ação

Incrementar a autonomia do Agrupamento, através do currículo

6. Objetivos gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação

Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem

7. Objetivos específicos da ação

Organizar o currículo de forma flexível, para garantir a pedagogia diferenciada, com o sucesso para todos os alunos de uma forma plena, no espírito do Perfil dos Alunos (democratizar o sucesso educativo) – GRUPOS/TURMAS FLEXÍVEIS;
Antecipar problemas de aprendizagem, dando a TODOS os alunos a oportunidade aprender;
Estimular a comunicação oral;
Estimular a resolução de problemas;
Contribuir para a aproximação à retenção zero;
Continuar a aumentar o pleno sucesso.

8. Descrição

Esta é uma medida de continuidade. É meramente organizacional, mas estratégica, redesenhando a formação dos grupos turmas, pelo que atinge diferentes anos de escolaridade. Prevê a organização das disciplinas de Português; Matemática; Inglês e Matemática nos grupos/turmas de forma flexível, quer através do recurso às TurmasMais (2º, 5º e 7º ano), quer através de desdobramento de Português/Inglês e Matemática/Francês (8º ano), tendo em conta os recursos disponíveis.

9. Estratégias, metodologia e atividade(s) a desenvolver no âmbito da ação

1- Planeamento

- Diagnóstico das principais situações problema, tendo em conta: Proficiência na leitura dos alunos no final de 1º ano; Resultados de Provas de Aferição; Resultados do ano anterior de aplicação da medida; escolha e preparação das equipas pedagógicas em desdobramento ou em TurmasMais.
- Seleção das TurmasMais;
- Seleção dos desdobramentos, com explanação dos momentos de resolução de problemas e de oralidade.

2-

Comunicação

e

articulação

- Manutenção dos interlocutores para a comunicação e articulação, com assento no conselho pedagógico.
- Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano, com momentos de articulação entre os docentes.
- Articulação com o Observatório da Qualidade e o Diretor.
- Duas reuniões anuais com Encarregados de Educação, das quais uma será sempre no início do ano letivo.

3- Articulação com AM2 – Trabalho colaborativo – sobretudo com intervenção de coadjuvações, tutorias e supervisão colaborativa, onde se mostrar necessário.

10. Público-alvo

2º ano; 5º ano; 7º ano, 8º ano

11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

- Taxas de progressão nos diferentes anos não terminais de ciclo;
- Grau de satisfação dos alunos, encarregados de educação e dos docentes relativamente a estas metodologias organizacionais;
- Taxa de participação dos alunos em atividades com interações orais e de resolução de problemas.
- Taxa de alunos com sucesso pleno nos anos não terminais de ciclo.

Meios de verificação e execução da medida: relatórios mensais do OQ, através da aplicação Dat@Cris (plataforma de monitorização).

12. Resultados esperados (Metas) a alcançar com a ação

- 1- Aproximar das taxas de retenção zero nos anos não terminais de ciclo;
- 2- Atingir um grau de satisfação nestas metodologias superior a 80% nos diversos agentes educativos;
- 3- Providenciar a todos os alunos atividades de desenvolvimento da oralidade e resolução de problemas.
- 4- Melhorar em 5 p.p. as taxas de sucesso pleno nos anos visados pela medida, relativamente ao último triénio até ao final do PPM, como a seguir se indica:

Ano letivo	Ano			
	2º	5º	7º	8º
Ponto de partida (média dos últimos 3 anos) (Fonte: Relatório de OQ 2018, p. 2)	87,1	86,2	55,9	52,6
2017/2018	91,6	89,8	60	49,1
2018/2019	>92	>91	>61	>52
2019/2020	>93	>92	>62	>55
2020/2021	>=95	>=93	>=65	>=60

13. Parcerias

Universidade (perito externo) e microredes, no que respeita à partilha e monitorização da medida

14. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Coordenadores de departamento do 1º ciclo, de MCE, de Línguas	Coordenadores dos grupo disciplinares respetivos	→ Docentes: recursos internos mobilizados e comunidade do INCLUD-ED

15. Cronograma

Fases		Data
Planeamento	Diagnóstico	Final/início de cada ano lectivo ano letivo
	Seleção de TurmasMais	Início de cada ano letivo ano letivo
	Seleção de desdobramentos	Início de cada ano letivo ano letivo
Comunicação e articulação	Reuniões ao longo do ano	Reuniões semanais marcadas nos horários
	Articulação com o Observatório da Qualidade (OQ) e o Diretor.	1 vez por mês
	Duas reuniões anuais com Encarregados de Educação, das quais uma será sempre no início do ano letivo.	Início de ano letivo
Articulação com AM2 – Trabalho colaborativo		Ao longo do ano letivo – reforço de coadjuvações, sempre que o OQ assim o determinar Ao longo do ano letivo – pelo menos duas sessões de supervisão colaborativa por semestre

Ação de Melhoria 2

1. Designação
AM2- Trabalho Colaborativo
2. Eixo de intervenção
Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas
3. Domínio
Medidas organizacionais
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Pouca robustez na articulação entre a monitorização e a supervisão pedagógica na sala de aula – [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018, p. 40]; Persistência de problemas na elaboração de instrumentos de avaliação – testes intermédios e provas de escola –e sua articulação com os resultados das Provas de Aferição [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018, p. 40]; Pouco envolvimento da comunidade na avaliação dos alunos; Desvalorização do impacto da autoavaliação e heteroavaliação na avaliação dos alunos
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
Melhorar a qualidade do sucesso Dar sustentabilidade à supervisão colaborativa
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas conducentes com o Perfil dos Alunos; Contribuir para a construção de instrumentos de avaliação formativa mais consistentes; Garantir uma avaliação de acordo com o processo ensino aprendizagem; Aumentar o impacto da supervisão pedagógica na melhoria da prática pedagógica; Envolver a comunidade e os alunos na avaliação.
8. Descrição da medida
Esta ação agrupa: Coadjuvações; Supervisão Pedagógica e Colaborativa; Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC) – Gabinete que gere toda a dinâmica dos RIC, no âmbito do P-PIP – inclui alunos; pessoal não docente; docentes e alunos; Conselhos de Comunidade de Aprendizagem (CCA) – gabinete que se constitui para avaliar os alunos na sua frequência dos RIC – inclui alunos (através da auto e heteroavaliação); Docentes; Parceiros da comunidade (desde EE; técnicos; autarquia; pessoal não docente; perito externo; ...) que tenham sido envolvidos no processo educativo. Com esta ação pretende-se fortalecer e intensificar o trabalho colaborativo, tanto ao nível da interação dos vários agentes educativos na avaliação, como, ao nível do processo educativo, na sala de aula, partilhando metodologias e práticas pedagógicas. Tem, ainda, como missão dar maior consistência e intencionalidade às coadjuvações; articular os relatórios do OQ com a supervisão colaborativa, tornando-a mais suportada no diagnóstico e mais consequente, melhorando a ação S.A.V.E. do PPM anterior, pois foca a intervenção na colaboração e na partilha.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
1- Planeamento 1º A participação ATIVA dos professores, alunos, EE e outros agentes da comunidade educativa na reflexão da definição de objetivos, processos e resultados. 2º Auscultação dos elementos do GGRIC para a organização dos RIC. 2- Metodologias e Atividades a desenvolver a) Seleção de casos práticos de atuação na sala de aula ao nível das coadjuvações e supervisão colaborativa, tendo em conta os relatórios do OQ (autoavaliação). b) Marcar nos horários os momentos de coadjuvações e supervisão colaborativa. c) Construção instrumentos de avaliação formativa a serem apropriados pelo CCA. d) Concretização do Plano de Ação – Atuação nos casos práticos dos desvios detetados. e) Avaliação da ação. f) No seguimento da avaliação poder-se-á desenvolver de formação/capacitação dos docentes e outros intervenientes.

10. Público-alvo		
Docentes de todos os grupos.		
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida		
I.1. N° de docentes em coadjuvação e supervisão colaborativa I.2. N° de momentos de avaliação formativa com intervenção da comunidade educativa, incluindo alunos. I.3. N° encontros do GGRIC por ano; I.3. Grau de satisfação da comunidade face às atividades pedagógicas desenvolvidas		
12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar		
Garantir todas as coadjuvações necessárias, desde que existam recursos. Satisfação de mais de 70 % da comunidade com os processos de avaliação em coerência com o ensino aprendizagem; Satisfação de mais de 80 % da comunidade com as atividades pedagógica desenvolvidas; Garantir pelo menos 3 encontros do GGRIC por ano.		
13. Parcerias		
Escolas da rede do Centro de Formação; Autarquia de Paredes; Universidades		
14. Participantes		
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Profª Nazaré João (formadora interna)	Coordenador do OQ	Coordenadores de departamento + Representantes de disciplina envolvidas
15. Cronograma		
Data de início		Data de conclusão
set-18		ago-22

Ação de Melhoria 3

1. Designação
AM3 –Semanas Temáticas
2. Eixo de intervenção
Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas
3. Domínio
Medidas organizacionais
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
– Alguma falta de integração curricular; – Necessidade de apropriação das competências chave dos Perfil dos Alunos, das medidas multinível da Educação Inclusiva; – Parca articulação curricular em ambiente de aprendizagem; – Necessidade de capacitação entre pares de práticas pedagógicas relacionadas com a Criatividade e com a Resolução de Problemas; – Incipientes práticas de avaliação formativa; – Necessidade de aposta na pedagogia diferenciada e em currículos individuais, de acordo com o Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PI). Referir fontes: ex.:<i>[Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018]</i>
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
– Melhorar a qualidade do sucesso – Comprometer a comunidade educativa com a Autonomia e Flexibilidade Curricular – Envolver a comunidade educativa nas práticas pedagógicas
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada;
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
– Aumentar a integração curricular de uma forma explícita e organizacional; – Dar intencionalidade à articulação curricular; – Dar mais espaço e tempo aos alunos e docentes para o desenvolvimento do currículo no contexto do Perfil dos Alunos, da Educação para a Cidadania e da Educação Inclusiva; – Criar momentos nos horários de docentes e alunos em comum para potenciar a avaliação formativa; – Dar uma diferente leitura do currículo orientada pelo Perfil dos Alunos, pelo Referenciais de Integração Curricular e pelo Referencial de Educação para a Cidadania
8. Descrição da medida
As Semanas Temáticas (ST) são uma medida organizacional do calendário escolar com forte preocupação pedagógica e grande participação de toda a comunidade educativa. As ST organizam-se de acordo com os 4 RIC (planificados na AM7) e com o calendário escolar – poderão existir 3 ou 4 ST, consoante a duração dos períodos do ano letivo. Nessas ST todos os alunos têm o horário igual e o seu currículo é elaborado de acordo com as competências chave do Perfil dos Alunos, RIC e Referencial de Educação para a Cidadania e não pelas disciplinas regulares do currículo. Ainda nestas ST, os alunos são desafiados a participar em várias atividades em que os mesmos deverão demonstrar as aprendizagens adquiridas, com explícita aplicação do pensamento crítico e criativo, expressão oral e a resolução de problemas, através de cenários de aprendizagens desenvolvidos e as ações de êxito do INCLUD-ED. Finamente nestas ST marca-se a finalização de cada RIC, a sua avaliação e o início de outro, com escolha por parte dos alunos.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver

1- Planeamento

1º - Atribuição de tarefas aos diferentes responsáveis, em Trabalho Colaborativo.

2º - Leitura dos relatórios do Observatório da Qualidade sobre esta medida no ano anterior – auscultada a comunidade educativa;

3º - Análise do calendário escolar;

4º - Organização das ST nos horários do calendário escolar e sua aprovação em sede de PAA, com envolvimento da comunidade educativa, designadamente Associações de Pais.

5º - Criação de uma ferramenta robusta e centralizadora de informação sobre a avaliação formativa (já criada) para feedback aos alunos e pais.

2- Metodologias e Atividades a desenvolver

a) Planificação das disciplinas e dos RIC para as Semanas Temáticas;

b) Elaboração dos horários de docente e alunos para as ST, de acordo com a planificação prévia das diferentes disciplinas;

c) Divulgação dos horários junto da comunidade educativa;

d) Explicação em pormenor dos horários aos alunos;

e) Marcação dos momentos de avaliação formativa dos RIC;

f) Escolha do novo RIC por parte dos alunos,

g) Envolvimento do perito externo,

h) Avaliação da ST

10. Público-alvo

Do pré-escolar ao 3º ciclo

11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

— Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas durante as ST;

— Taxa de incidência das atividades inovadoras⁽¹⁾ face ao total de atividades pedagógicas desenvolvidas.

⁽¹⁾ Tertúlias; Grupos interativos; Criatividade; Resolução de problemas; trabalho inter pares; Cidadania de Intervenção Social; apresentações em público; Atividades com uso das tecnologias (Google earth, GPS; Kahoot; Mentimeter; Padlet...), face ao total de atividades pedagógicas desenvolvidas.

12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

Atingir um grau de satisfação da comunidade educativa igual ou superior a 75%;

Atingir uma taxa de incidência das atividades inovadoras igual ou superior a 70%.

13. Parcerias

Perito externo

Entidades externas, consoante as atividades a desenvolver

Associações de Pais

Autarquia

Empresas de transportes

14. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Prof. Luís Dantas	Profª. Cátia Santos	Subcoordenadores dos RIC DT Assistentes operacionais

15. Cronograma

Nº da Semana Temática	Período
1ª Semana Temática	de 12 a 16 de novembro 2018
2ª Semana Temática	de 28 de janeiro a 1 de fevereiro 2019
3ª Semana Temática	de 1 a 5 de abril 2019
4ª Semana Temática	de 11 a 14 de junho 2019 (só para os 5.º, 6.º, 7.º, e 8.º anos)

Nos anos letivos seguintes, a calendarização obedece aos mesmos princípios.

1. Designação
AM4 - A.F.E.T.Os. (Atividades de Formação Educativa e Tutorias Ocasioneis)
2. Eixo de intervenção
Gestão Curricular
3. Domínio
Interrupção precoce do percurso escolar
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Persistência de algum distanciamento das famílias face à Escola (sobretudo 2º e 3º ciclo) - (Fonte: Ambiente socio educativo desfavorecido (Fonte:). Regras de conduta de sala de aula por vezes desajustadas – (Fontes: atas de CT, relatório de SuperVisão colaborativa) Pouca intervenção social por parte dos alunos, no exercício da cidadania
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
– Atingir o sucesso educativo para todos os alunos; – Aproximar do zero a taxa de abandono; – Envolver os alunos nas decisões estruturantes do Agrupamento
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; – Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
– Aumentar a participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, valorizando o papel de liderança da Associação de Estudantes – Dar Voz aos Alunos; – Apostar na comunicação oral e espírito crítico dos alunos, o desenvolvimento da consciência moral do aluno, enquanto âmbito estruturante de uma personalidade funcional a nível comunitário – Capacitar a comunidade em geral, os diretores de turma e professores em particular para a abordagem dos temas: e educação para a sexualidade; – Orientação vocacional na construção do projeto de vida, incluindo também os pais e encarregados de educação; – Criação de um tempo letivo nas turmas de 9ºano para trabalhar o projeto “Orienta-te”; – Dotar os alunos de competências no âmbito do bem-estar e saúde, em termos alimentares, de consumos, da prática de exercício físico, da sexualidade e da sua relação com o ambiente e a sociedade;
8. Descrição da ação de melhoria
Atividades inclusivas e de prevenção do abandono e absentismo e de educação para a saúde, envolvendo o Gabinete de Promoção da Saúde e o SPO, desenvolvendo trabalho com turmas sinalizadas, com o objetivo de trabalhar os comportamentos assertivos e tomadas de decisão informada e consciente dos alunos, com a dinamização concreta do Centro de Apoio à Aprendizagem A EMAEI, as Famílias (Escola de Pais e Associações de Pais), Tertúlias de alunos e outras dinâmicas de intervenção e, se necessário, com tutorias durante um certo período de tempo, incrementado o valor da Escola. Esta medida articula-se diretamente com o projeto INCLUD-ED das Comunidades Aprendentes (AM10).
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
1- Planeamento – planificação de ações de intervenção da Equipa PESES, JPS (Jovens Promotores de Saúde); GPIA (Gabinete de Prevenção da Indisciplina e Abandono), com temáticas de tertúlias para alunos, no âmbito da Estratégia do Agrupamento de Educação para a Cidadania. Organização do cronograma das atividades. Organização do Centro de Apoio à Aprendizagem, nos termos do DL nº 54/2018 e do Regulamento Interno. 2- Comunicação e articulação 1º. Criação de dois interlocutores para a comunicação e articulação, com assento no conselho pedagógico – criação do Provedor do Aluno 2º. Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano, com momentos de planificação e avaliação da medida entre os implicados. 3º. Articulação com o Observatório da Qualidade e o Diretor. 3- Manual de Conduta Continuação do desenvolvimento do código de conduta; 4- Painéis de discussão ao longo do ano, com a participação de TODA a comunidade educativa. 5- Escola de Pais/Encontros com Associações de Pais – Agendamento de sessões.
10. Público-alvo

Alunos fora da idade modal e alunos com problemas de integração (alunos com >1 ocorrência disciplinar e alunos com outros problemas de integração/inclusão; comportamentos de risco, problemas alimentares, vítimas de bullying, ...)

11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

- 1- Nº de sessões de tertúlias organizada para alunos.
- 2- Nº de sessões com Associação de Estudantes/Delegados de Turma (incluindo 1º ciclo).
- 3- Nº de sessões anuais da Escola de Pais/Associações de Pais
- 4- Grau de satisfação da comunidade com esta medida.

Meios de verificação e execução da medida: relatórios mensais do OQ, através da aplicação Dat@Cris (plataforma de monitorização).

12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

- 1- Desenvolver pelo menos 2 sessões de tertúlias organizada para alunos.
- 2- Realizar 3 sessões com Associação de Estudantes/Delegados de Turma (incluindo 1º ciclo).
- 3- Realizar um mínimo de 4 sessões anuais da Escola de Pais/Associações de Pais;
- 4- Garantir o cumprimento dos objetivos previstos nos Projetos de Educação para a Saúde e Educação Sexual das turmas e da respetiva carga horária mínima (6h- 1º e 2º ciclos e 12h – 3º ciclo).
- 5- Realizar um mínimo de 1 sessão de educação para a saúde dirigida aos Pais, aos Docentes e aos Assistentes Operacionais.

13. Parcerias

Associações de Pais, autarquia; FEPAP

14. Responsáveis pela execução da medida

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Coordenadora dos DT e Psicólogo	Coordenadora do GPS	→DT →Parceiros - autarquia, juntas de freguesia, associações de pais, ISMAI, Unidades de Saúde; CPCJR, Outras instituições do Ensino Superior

15. Cronograma

Data de início	Data de conclusão
set-18	ago-22

Ação de Melhoria 5

1. Designação
AM5- Letras que Falam
2. Eixo de intervenção
Gestão Curricular
3. Domínio
Práticas pedagógicas
4. Áreas/Problemas que a ação pretende dar resposta
Dificuldades no Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita das crianças com 5/6 anos (L1 - 12% com dificuldades; L6 – 23% com dificuldades; L7- 12% com dificuldades) - Fonte: Relatório final do OQ - 2018
Algum atraso na aprendizagem das primeiras leituras e escrita – Fonte: Relatório do OQ 2018
5. Objetivos gerais de PE que enquadram a ação
Concentrar a ação nos fatores preditores de sucesso
6. Objetivos gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação
Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem
7. Objetivos específicos da ação
Aumentar a capacidade da expressão oral Aumentar o grau de literacia na leitura e escrita
8. Descrição
Esta medida visa a articulação das Expressões (Dramática e Música) com as primeiras abordagens à leitura e escrita, com forte enfoque no desenvolvimento da oralidade. Visa duas fases de intervenção: Final do Pré-escolar; início do 1º ano.
9. Estratégias, metodologia e atividade(s) a desenvolver no âmbito da ação
1- Planeamento – escolha e preparação dos pares pedagógicos. 2- Comunicação e articulação: 1º. Criação de dois interlocutores para a comunicação e articulação, com assento no conselho pedagógico. 2º. Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano, com momentos de articulação entre os docentes. 3º. Articulação com o Observatório da Qualidade e o Diretor. 4º. Duas reuniões anuais com Encarregados de Educação, das quais uma será sempre no início do ano letivo – diminuição da resistência à aplicação da ação - Escola de Pais. 3- Teatros de fantoches; leitura dramatizada; Reconto; Letras com música, ... 4- Coadjuvações - com participação de docentes do 1º ciclo na área de Português 5- TUTORIAS com 1 docente do 1º ciclo para os alunos que transitam para o 2º ano com dificuldades. 6- Articulação com a medida A.F.E.T.O. (Atividades de Formação Educativa e Tutoria Ocasional)
10. Público-alvo
Crianças de 5/6 anos
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida
I.1. Taxa de crianças com 5/6 anos com as competências no Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita adquiridas. I.2. Taxa de sucesso de alunos do 1º ano na oral e na escrita, em cada avaliação formativa. I.3. Taxa de sucesso interna a Português 1º ano, por período, comparada com períodos homólogos.
Meios de verificação e execução da medida: relatórios mensais do OQ, através da aplicação Dat@Cris (plataforma de monitorização).
12. Resultados esperados (Metas) a alcançar com a ação
1. Plena proficiência na Linguagem Oral nas crianças com 5/6 anos - 95% de crianças com a competência L1 adquirida em 2020/2021. 2. Atingir as taxas de sucesso nas disciplinas de Português como a seguir se indicam:
Ano letivo
1º ano

	Port.
Ponto de partida – média dos último 3 anos (Fonte: Relatório de OQ 2018, p. 2)	92,5
2017/2018	93,3
2018/2019	>94
2019/2020	>=95
2020/2021	>=95

13. Parcerias

Autarquia de Paredes – Projeto Paredes Educa

Autarquia de Matosinhos – Projeto “Juntos Vamos Ler”

14. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Coordenadora do Pré-Escolar + Coordenador de Línguas + Coordenador 1º ciclo	1 Docente do grupo 250 envolvido diretamente na ação	→Docentes – 1 docente do grupo 250 →Parceiros - autarquia, juntas de freguesia e associações de pais.

15. Cronograma

Atividades	Data de início	Data de conclusão
1- Planeamento	início de cada ano letivo	ago-22
2- Comunicação e articulação	início e ao longo de cada ano letivo	
3- Teatros de fantoches; leitura dramatizada;	set-18	
4- Introdução do "método das 28 palavras"	início de cada ano letivo	
5- Coadjuvações	set-18	

Ação de Melhoria 6

1. Designação
AM6 - Cientistas de Palmo e 1/2
2. Eixo de intervenção
Gestão Curricular
3. Domínio
Práticas Pedagógicas
4. Áreas/Problemas que a ação pretende dar resposta
Insuficiente aprofundamento da componente experimental, estimulando o gosto por atividades experimentais e pelo método científico, com caráter transversal na formação integral das crianças e dos alunos - Fonte: Relatório da Avaliação Externa de Escolas 2014 (p. 11). Dificuldades ao nível do cálculo, raciocínio e capacidade de abstração, que se reflete de forma muito significativa nos resultados finais.
5. Objetivos gerais de PE que enquadram a ação
– Desenvolver o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Incrementar o Ensino Experimental e a Resolução de Problemas; – Aprofundar a aposta na Flexibilidade Curricular – Envolver a Comunidade Educativa na prática regular de atividades laboratoriais, experimentais e/ou de campo; – Colaborar com entidades externas parceiras na participação e ou divulgação de projetos de ciência
6. Objetivos gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação
– Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada
7. Objetivos específicos da ação
– Consolidar o ensino experimental das ciências, através da resolução de problemas; – Garantir que todos os alunos tenham acesso às aprendizagens do método científico; – Fomentar a pedagogia interpares e a articulação vertical; – Contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo;
8. Descrição
Criação de modalidades e instrumentos, com caráter transversal, que permitam o aprofundamento da componente experimental, estimulando o gosto por atividades experimentais e pelo método científico: atividade “Cientistas de Palmo e 1/2” (1º ciclo) em articulação com clube de ciências (2º e 3º ciclos) e os Referenciais de Integração Curricular (RIC), na perspetiva da flexibilidade curricular.
9. Estratégias, metodologia e atividade(s) a desenvolver no âmbito da ação
1- Planeamento – escolha e planificação das experiências com o professor titular de turma. 2- Organização do horário das atividades laboratoriais. 3- Comunicação e articulação: 4- 1º. Criação de dois interlocutores para a comunicação e articulação, com assento no conselho pedagógico. 2º. Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano, com momentos de planificação e avaliação da medida entre os docentes, incluindo docentes titulares de turma. 5- 3º. Articulação com o Observatório da Qualidade e o Diretor. 6- Atividades de articulação com Clube de Ciências do 2º e 3º ciclo - possibilidade de participação destes alunos na medida. 7- Articulação com a Biblioteca e Português na construção da narrativa do Livro "Contos e Retalhos dos Cientista de Palmo e Meio". 8- Colaboração em diferentes projetos/concursos na área das ciências e ambiente, a saber: ECO Escola; Prémio Fundação Ilídio Pinho Ciência na Escola, Detetives do clima (ESERO); Clubes Ciência Viva na Escola.
10. Público-alvo
Todos os alunos do agrupamento
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida
I.1 Continuação do Livro “Cientistas de Palmo e Meio”. I.2. Número de atividades experimentais publicadas no site/Moodle por mês. Meios de verificação e execução da medida: relatórios mensais do OQ, através da aplicação Dat@Cris (plataforma de monitorização).

12. Resultados esperados (Metas) a alcançar com a ação		
Publicar no site 2 atividades experimentais do “Cientistas de Palmo e Meio” por mês Edição anual do Livro "Contos e Retalhos dos Cientista de Palmo e 1/2"		
13. Parcerias		
Projeto Ciência Viva – Rede de Escolas “Ciência Viva”, Loja AKI: Penafiel, Autarquia de Paredes, Ambisousa, ERP PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO GESTORA DE RESÍDUOS, EcoMovimento Lda, pequenas empresas locais....		
14. Participantes		
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Coordenador de departamento de MCE	1 Docentes do grupo 520 envolvido diretamente na ação	→Docentes dos grupos envolvidos e docentes titulares
14. Cronograma		
Data de início		Data de conclusão
set-18		ago-2022

Ação de Melhoria 7

1. Designação
AM7 – Referenciais de Integração Curricular (RIC) (envolve CCA + GGRIC; Trabalho multidisciplinar e interdisciplinar; Cenários de Aprendizagem; Avaliação de acordo com a diferenciação pedagógica)
2. Eixo de intervenção
Gestão Curricular
3. Domínio
Práticas Pedagógicas
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Predomínio de aprendizagens pouco significativas e pouco sustentadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Pouca integração curricular entre as várias disciplinas; Articulação horizontal entre as disciplinas ainda pouco significativa; Pouco envolvimento da comunidade e parceiros no processo de avaliação dos alunos; Referir fontes: Relatórios do Observatório da Qualidade.
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
Promover o sucesso dos alunos; Desenvolver as competências transversais, consignadas do Perfil dos Alunos e no Referencial de Cidadania; Promover a integração e a flexibilidade curricular;
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
Contribuir para a melhoria dos processos de ensino; Valorizar e promover o espírito crítico, a oralidade, a autocrítica, o empreendedorismo e a responsabilidade; Contribuir para aprendizagens mais abrangentes; Promover a Resolução de Problemas de Forma Criativa - CPS, trabalhando essencialmente com Cenários de Aprendizagem; Potenciar o trabalho colaborativo, Promover a gestão flexível do currículo; Promover a avaliação formativa; Promover a criação de dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno. Contribuir para a diferenciação pedagógica; Promover o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. Aplicar técnicas de inovação tecnológica, sobretudo no âmbito do STEAM
8. Descrição da medida
Esta ação agrupa: Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC) – Gabinete que gere toda a dinâmica dos RIC, no âmbito do P-PIP – inclui alunos; pessoal não docente; docentes e alunos; Conselhos de Comunidade de Aprendizagem (CCA) – gabinete que se constitui para avaliar os alunos na sua frequência dos RIC – inclui alunos (através da auto e heteroavaliação); Docentes; Parceiros da comunidade (desde EE; técnicos; autarquia; pessoal não docente; perito externo; ...) que tenham sido envolvidos no processo educativo. Semana Temática - Formalização e sistematização da avaliação formativa e de todos os processos inovadores utilizados nos Referenciais de Integração Curricular – momento privilegiados de interação com a comunidade e de feedback às famílias. Criação de 4 Referenciais de Integração Curricular: Eco-cozinha Pedagógica, Nós e a Europa, Entr'Artes e Jogos Olímpicos de 2040. Tal como a nomenclatura infere pretende-se promover a integração curricular, a diferenciação pedagógica, fortalecer e intensificar o trabalho colaborativo, tanto ao nível da interação dos vários agentes educativos na avaliação, como, ao nível do processo educativo, na sala de aula, inovando nas metodologias e práticas pedagógicas.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
3- Planeamento: O ano letivo é dividido em 4 turnos em que cada turno tem 8 semanas, o final de cada turno culmina numa Semana Temática, havendo assim, 4 Semanas Temáticas;

Em cada ano de escolaridade são constituídos 4 grupos de alunos, sendo estes constituídos por alunos de todas as turmas desse ano. Todos os alunos frequentam todos os RIC's mas em períodos de tempo (turnos) diferentes; Os alunos selecionam em cada turno o RIC em que querem participar. Assim, selecionam o currículo que pretendem desenvolver, resultando numa gestão individual do mesmo. 4- Metodologias e Atividades a desenvolver: Promover a Resolução de Problemas de Forma Criativa - CPS, trabalhando essencialmente com Cenários de Aprendizagem; Promover atividades mais práticas; 5- Articulação com: AM2 – Trabalho Colaborativo, AM3 – Semanas Temáticas e AM9 – Comunidades Aprendentes.			
10. Público-alvo			
Todos os alunos e todos os grupos disciplinares.			
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida			
Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas Taxa de sucesso nas várias disciplinas; Grau de melhoria nas competências chave do Perfil dos Alunos.			
12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar			
Aproximar das taxas de retenção zero; Atingir um grau de satisfação nestas metodologias superior a 80% nos diversos agentes educativos; Atingir um valor >60% de alunos com competências desenvolvidas⁽¹⁾ no domínio da oralidade, do pensamento crítico e criativo e da resolução de problemas. ⁽¹⁾- considera-se que as competências estão desenvolvidas desde que os alunos estejam no patamar igual ou superior a “adquirido” (nível igual ou superior a 3).			
13. Parcerias			
Câmara Municipal de Paredes; Centro de Saúde de Cristelo; Empresas locais; Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas do Agrupamento de Cristelo; Bombeiros Voluntários de Paredes			
14. Participantes			
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)	
Prof. Armando Pereira	Prof. Jorge Pinto	Célia Barbosa Hélia Gomes Joaquim Teles Justina Fernandes	Fernando Teixeira Cristina Cardoso Paula Marques Avelino Sá
15. Cronograma			
Data de início		Data de conclusão	
set. 2018		ago. 2022	

Ação de Melhoria 8

1. Designação
AM8 – Artes e Educação Física (EDF) no 1º ciclo
2. Eixo de intervenção
Gestão Curricular
3. Domínio
Práticas Pedagógicas
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Dificuldades no domínio das Expressões Artísticas e Físico-Motoras - Diferenças significativas no desempenho por domínio cognitivo (conhecer/reproduzir; aplicar/interpretar e raciocinar/criar); Grande distância para os valores nacionais, face aos resultados das Provas de Aferição Fonte: Relatório de Escolas das Provas de Aferição 2018 – 2º ano (REPA)
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
- Promover o sucesso educativo dos alunos; - Desenvolver a capacidade criativa de todos os alunos
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
- Garantir a inclusão de todos os alunos; - Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; - Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
- Aumentar a colaboração entre pares; - Fomentar a articulação vertical e horizontal de excelência, partilhando métodos e estratégias de ensino/ aprendizagem; - Incrementar o ensino das áreas das expressões no 1ºciclo, através de metodologias e estratégias inovadoras que desenvolvam quer as Aprendizagens Essenciais de cada uma das respetivas áreas, quer o Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória. - Promover nos alunos o desenvolvimento da curiosidade, da capacidade de reflexão e análise crítica e o poder de argumentação; - Desenvolver a capacidade de comunicação oral; - Estimular a criatividade, o desenvolvimento da sensibilidade estética e a resolução de problemas; - Aumentar a literacia artística, tecnológica e desportiva, promovendo a articulação de saberes; - Promover a autonomia dos alunos; - Estimular a colaboração entre pares e o respeito pelo outro; - Estimular a responsabilidade, a integridade, a excelência, exigência, a cidadania e a participação; - Dinamizar a prática da atividade física e a criação de hábitos de vida ativa e saudável.
8. Descrição da medida
Criação de momentos/aulas de exploração das áreas de expressões Artísticas (expressão e educação musical, expressão e educação dramática e expressão e educação plástica), incluídos no número de horas das expressões atribuídos ao 1ºciclo), em que o professor Titular de Turma conta com a colaboração de um docente do 2º e 3º ciclo especializado nas respetivas áreas. Organização das atividades/aulas por turnos de períodos idênticos, de forma a proporcionar aos alunos, no final do ano letivo, o contacto com todas as quatro áreas acima identificadas. No sentido de promover maior articulação entre pares, para a frequência destas aulas, são criados grupos distintos do grupo turma. São formados dois níveis de grupos. Um dos níveis é constituído por alunos do 1º e 2º anos e o outro por alunos do 3º e 4ºanos. Todos os alunos (do 1º ao 4ºano) dos dois Centros Escolares, usufruem desta ação, uma vez por semana, durante um período de hora e meia.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
1-Planeamento - Distribuição dos alunos pelos turnos (áreas das expressões); - Elaboração das planificações das atividades; - Calendarização das reuniões de balanço e avaliação da medida. 2-Comunicação a) Criação de dois interlocutores (coordenador e subcoordenador da ação) para a comunicação e articulação, sendo que um deles terá assento no conselho pedagógico. b) Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano, com momentos de planificação e avaliação da medida entre os docentes coadjuvantes e coadjuvantes e Titulares de Turma, orientados pelo subcoordenador da ação. c) Realização periódica de relatórios balanço.

3) Articulação

- a) Articulação entre docentes do 1º ciclo e docentes do 2º/3º ciclos;
- b) Articulação entre docentes de diferentes áreas disciplinares;
- b) Articulação com o Observatório da Qualidade e o Diretor.

4- Metodologias e Atividades a desenvolver

- Aulas semanais de exploração das diferentes áreas artísticas;
- Atividades de articulação entre áreas (Ex: Expressões Físico-Motoras e Expressão e Educação Plástica);
- Reuniões de preparação e articulação das atividades;
- Reuniões de balanço e avaliação da medida.

5- Aspectos relevantes a melhorar

- Aumentar a duração dos turnos, reduzindo o número de mudanças de turnos (apenas 4 turnos para cada grupo de alunos e frequência das diferentes áreas de expressões apenas durante um turno ao longo do ano).
- Frequência dos turnos por grupo turma.

10. Público-alvo

Alunos do 1º ciclo (do 1º ao 4º ano)

11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

- I.1. Resultados das Provas de Aferição o 1º ciclo;
- I.2. Relatórios do Observatório da Qualidade;
- I.3. Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas (Relatório de Autoavaliação de Escola)

12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

- Aproximar as taxas de sucesso das Provas de Aferição do 1º ciclo da média nacional, nas áreas de expressões, até ao final do triénio, como a seguir se indicam:

	Conhecer/Reproduzir		Aplicar/Interpretar		Raciocinar/Criar	
	Expressões Artísticas	Expressões Físico-Motoras	Expressões Artísticas	Expressões Físico-Motoras	Expressões Artísticas	Expressões Físico-Motoras
2017 / 2018*	- 11,9% (76,9%)	- 5,9% (82,8%)	- 15,8% (73,3%)	- 1,9% (73,4%)	- 30,1% (83,3%)	- 4,5% (54,5%)
2018 / 2019	Melhorar 5p.p.	Melhorar 3 p.p.	Melhorar 7 p.p.	Melhorar 1 p.p.	Melhorar 10 p.p.	Melhorar 2 p.p.
2019 / 2020	Melhorar 5p.p.	Melhorar 3 p.p.	Melhorar 7 p.p.	Melhorar 1 p.p.	Melhorar 10 p.p.	Melhorar 2 p.p.
2020 / 2021	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional
2021 / 2022	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional	Acima da média nacional

*Valores de distância à média nacional e (média nacional)

- Satisfação de mais de 80% da comunidade com a medida

13. Parcerias

Autarquia

14. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)	
Coordenador do Departamento de Expressões	Francisco Machado	Titulares de Turma: Todos os docentes do 1º ciclo do agrupamento	Coadjuvantes: Docentes de Educação Visual e Tecnológica, Educação Física e Educação Musical

15. Cronograma

Data de início	Data de conclusão
Set. 2018	Ago.2022

Ação de Melhoria 9
1. Designação
AM9 – HORIZONTES 4'ALL
2. Eixo de intervenção
Parcerias e Comunidade
3. Domínio
Parcerias
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
1. Insuficiência de formação orientada para as dinâmicas de implementação de pedagogias inovadoras; 2. Pouca consciência do impacto das interações com os parceiros nas opções educativas do agrupamento; 3. Concertação de estratégias educativas inter pares (regionais, nacionais e internacionais) com forte impacto no sucesso educativo e na implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade (PASEO); Referir fontes: ex: [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018]
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
1. Melhorar o processo ensino-aprendizagem e desempenho dos alunos. 2. Incrementar a autonomia do Agrupamento, através da concretização de projetos de parceria impactantes. 3. Valorizar a cultura escolar e melhorar o clima educativo (Escola Coesa; Responsável; Crítica; Inovadora; Aberta ao Mundo). 4. Criar dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno, com recurso a CPS e a outras metodologias. 5. Reforçar os mecanismos de formação dos docentes que promovam o desenvolvimento e autonomia profissionais.
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
1. Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; 2. Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade (PASEO); 3. Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; 4. Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
1. Criar ferramentas didáticas e pedagógicas com vista à melhoria do desempenho e do sucesso educativos de todos. 2. Estimular a partilha (regional, nacional e internacional) de experiências e dinâmicas de trabalho promotoras do PASEO. 3. Desenvolver competências profissionais no âmbito das Salas de Aula de Futuro (SAF). 4. Contribuir para a diversificação e o enriquecimento das abordagens pedagógicas em sala de aula, numa perspetiva de plena inclusão educativa. 5. Incrementar a eficácia e a visibilidade das parcerias perante a comunidade educativa e escolar. 6. Reforçar a consciência cívica europeia, com base na solidariedade e no respeito pelas diferenças culturais.
8. Descrição da medida
Esta medida visa reforçar alguns dos (já) pontos fortes deste agrupamento (cf. p. 7), redirecionando uns para vetores de maior impacto e visibilidade nas dinâmicas de promoção do sucesso educativo, e alargando o âmbito de outros, caso do Programa Erasmus+, para a ação-chave 1. Neste caso, está prevista a mobilidade de uma equipa alargada de docentes, de várias áreas e competências, no intuito de desenvolver e aprofundar formação profissional em domínios educativos de maior pertinência para a concretização do PASEO, a saber: as SAF e as metodologias de inovação pedagógica. Perspetiva-se, de igual modo, a continuidade e reforço de várias parcerias implementadas (INESC-TEC, Universidade do Porto, Autarquias de Paredes e Matosinhos, rede de escolas TEIP e P-PIP), com vista a sedimentar estratégias que resultem num maior alcance para o enriquecimento das abordagens às áreas de competências do PASEB.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
7. Planeamento a) Apresentação sumária do PPM 2018-2021 aos parceiros; b) Identificação das necessidades do agrupamento, nos vários eixos de intervenção; c) Enquadramento e articulação dos pontos fracos com as competências de intervenção de cada parceiro; d) Definição das áreas e dos objetivos específicos de cada ação dos parceiros, com cronograma de intervenção; e) Preparar as candidaturas ao Erasmus + 8. Metodologias e Atividades a desenvolver • Encontros/Reuniões tri/semestrais para monitorização do desenvolvimento/faseamento das parcerias; • <i>Workshops</i> temáticos para articular, partilhar, aproximar experiências educativas adquiridas; • Construção de um <i>Blog</i> para difusão das parcerias e acompanhamento, pela comunidade, das atividades a desenvolver/em desenvolvimento; • Construção de um “Mural de partilha”, na escola-sede, para divulgar e apelar à participação de todos;
10. Público-alvo
Docentes e discentes dos três ciclos do agrupamento
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

♦ Grau de satisfação do impacto das parcerias na promoção das aprendizagens dos alunos ♦ Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa relativamente ao clima de escola. ♦ Taxa de participação e envolvimento dos parceiros na resolução das necessidades do agrupamento.		
12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar		
♦ Concretização de 80% dos objetivos propostos pela intervenção de cada parceria. ♦ Implementação e desenvolvimento de 80% dos objetivos do PDEuropeu, para as ações 1 e 2 do Prog. Erasmus+. ♦ Promover a circulação, a disseminação e o aperfeiçoamento de práticas educativas inovadoras e de sucesso educativo. ♦ Dotar os agentes educativos de ferramentas de atuação integradoras que potenciem a cidadania ativa e interventiva, de incidência local e (inter)nacional.		
13. Parcerias		
– Microrrede de escolas, no âmbito do Programa TEIP (regional) e do PPIP (nacional) – Escolas Europeias integradas na rede de formação Erasmus+ - ações-chaves 1 e 2 – INESC-TEC, Universidade do Porto – Autarquia de Paredes – Projeto “Paredes Educa” – Autarquia de Matosinhos – Projeto “Juntos Vamos Ler” – Rede de Clubes Ciência Viva na Escola; Fundação Ilídio Pinho; Programa EcoEscolas		
14. Participantes		
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Prof. Manuel Ribeiro	Prof. Sandra Pinto	Docentes; Pessoal não Docente, Alunos e entidades externa envolvidas
15. Cronograma		
Data de início	Data de conclusão	
setembro de 2018	agosto de 2022	

Ação de Melhoria 10

1. Designação
AM10 – Comunidades Aprendentes
2. Eixo de intervenção
Parcerias e Comunidade
3. Domínio
Envolvimento da Comunidade
4. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Insuficiente envolvimento da comunidade na aprendizagem do aluno; Pouco comprometimento da comunidade na avaliação os alunos; Algum défice de atenção dos alunos nas atividades pedagógicas. Referir fontes: ex: [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018, p. 37]
5. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a ação de melhoria
– Melhorar a qualidade sucesso; – Desenvolver o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; – Trabalho colaborativo, abrangendo todos os ciclos.
6. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; – Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos. – Promover o sucesso dos alunos.
7. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
– Promover a avaliação formativa. – Promover a participação educativa da comunidade. – Trabalhar em cenários de aprendizagem. – Desenvolver as Ações de êxito do INCLUD-ED: Tertúlias Dialógicas; Grupos Interativos; Bibliotecas Tutoradas – Valorizar e promover o espírito crítico, a oralidade e a responsabilidade. – Contribuir para aprendizagens mais abrangentes. – Promover a criação de dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno. – Contribuir para a diferenciação pedagógica. – Promover o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar.
8. Descrição da medida
Esta medida tem como grande preocupação o envolvimento da comunidade educativa, como verdadeiras Comunidades de Aprendizagem, onde todos contribuam para a aprendizagem do Aluno em todas as dimensões. Pretende-se que as famílias e restante comunidade se envolvam na Escola, não só em momentos de festa ou eventos, mas também, e sobretudo, na sequencialidade das aprendizagens. A comunidade é trazida para os ambientes de aprendizagem, constituindo, ainda Conselho de Comunidades de Aprendizagem, onde a avaliação formativa (com feedback sobre o que o aluno já aprendeu e o que falta aprender) é privilegiada. Articula com outra AM, tais como: o Trabalho Colaborativo, as Semanas Temáticas e os RIC.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
1- Planeamento Para implementar as comunidades aprendentes deve ter-se em atenção as fases do projeto INCLUD-ED. Organização quinzenal dos Grupos interativos (a presença do adulto em cada grupo tem como função focar os alunos nas tarefas a realizar) e Tertúlias Dialógicas Literárias (o funcionamento baseia-se nos sete princípios da aprendizagem dialógica e desenvolvem-se a partir das melhores criações da humanidade, em diferentes campos: desde a literatura até à arte ou à música. Através das Tertúlias Dialógicas potencia-se uma abordagem direta, sem distinção de idade, género, cultura ou capacidade, à cultura clássica universal e ao conhecimento científico acumulado pela humanidade ao longo do tempo. Com esta atividade, pretende-se desenvolver a leitura, pensamento crítico, oralidade e interpretação.
2- Metodologias e Atividades a desenvolver Trabalhar as aulas RIC, essencialmente, com Cenários de Aprendizagem; promover atividades mais práticas e interdisciplinares.

10. Público-alvo		
A implementação das comunidades aprendentes é orientada principalmente para o primeiro e segundo ciclos, mas pode também abranger o 3º ciclo.		
11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida		
Grau de satisfação dos alunos e da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas, Taxa de sucesso dos vários indicadores de sucesso.		
12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar		
Desenvolver em todos os alunos capacidades na oralidade e resolução de problemas, acima do valor atual, com melhoria em cada ano letivo; Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas.		
13. Parcerias		
Câmara Municipal de Paredes; Junta de Freguesia de Duas Igrejas e Sobrosa, Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas do Agrupamento de Cristelo; Assistentes Técnicos e Operacionais.		
14. Participantes		
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Prof. Manuel Lourenço	Prof. Joaquim Teles	Docentes envolvidos Encarregada dos Assistentes Operacionais; Outros técnicos
15. Cronograma		
Data de início		Data de conclusão
Set/2018		Ago/2022

1.7. SUCESSO NA AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Domínio		Indicador			Valores de partida (média 2015/16 a 2017/18)	Classificação alcançada / a alcançar em ...			
						2017/18	2018/19 (valores indicativos)*	2019/20 (valores indicativos)*	2020/21 2021/22 (metas a atingir)*
1	Sucesso escolar na avaliação externa Tendo em conta os indicadores globais	A - Distância da taxa de sucesso para o valor nacional	3º ciclo	Prova 1 - Port.	-12,28 p.p.	-0,17 p.p.	-10 p. p. no máximo	-7 p. p. no máximo	- 5 p. p. no máximo
				Prova 2 - Mat.	-5,8 p.p.	+ 0,04 p.p.	- 5 p. p. no máximo	- 5 p. p. no máximo	Aproximar do nacional
		B - Distância da classificação média para o valor nacional	3º ciclo	Prova 1 - Port.	-0,22	-0,12	-0,12 no máximo	-0,10 no máximo	-0,08 no máximo
				Prova 2- Mat.	-0,15	+0,02	-0,08 no máximo	-0,05	-0,05
2	Sucesso escolar na avaliação interna	A - Taxa de insucesso escolar	1º ciclo	1,94%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
			2º ciclo	0,65%	0,00%	0,5% no máximo	0,5% no máximo	0,5% no máximo	
			3º ciclo	5,11%	0,63%	2,00% no máximo	2,00% no máximo	2,00% no máximo	
		B - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	1º ciclo	91,76%	93,07%	93%	94%	95%	
			2º ciclo	79,87%	81,52%	80%	81%	82%	
			3º ciclo	54,86%	55,66%	55%	56%	57%	
		C- Taxa de alunos que melhoraram ou mantiveram a média final das suas classificações, relativamente ao ano anterior (dentro do mesmo ciclo)	1º ciclo	64,08%	58,8%	>65%	>68%	>70%	
			2º ciclo	54,22%	51,6%	>55%	>57%	>60%	
			3º ciclo	48,86%	46,1%	>50%	>52%	>56%	
		D- Taxa de percursos diretos de sucesso entre os alunos da escola, em todas as ofertas educativas	1º ciclo	84%	90%	>90%	>=93%	>=95%	
			2º ciclo	96%	99%	>=95%	>=95%	>=95%	
			3º ciclo	89%	93%	>=9%	>=95%	>=95%	
3	Interrupção precoce do percurso escolar	Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE)	2º ciclo	0,00%	0,00%	0,80%	0,80%	0,80%	
			3º ciclo	0,75%	0,25%	0,80%	0,80%	0,80%	
4	Indisciplina	Nº de alunos reincidentes em ocorrências disciplinares registadas, em sala de aula, face ao número total de alunos envolvidos em ocorrências, em cada ciclo.	2º ciclo	17,28%	0%	0%	0%	0%	
			3º ciclo	37,27%	53,58%	<25%	<20%	<15%	
		Média de faltas injustificadas por aluno	2º ciclo	1,75	1,99	Reduzir em 50%	Máximo média de 1 falta injustificada	Máximo média de 1 falta injustificada	
			3º ciclo	7,37	8,74	Reduzir em 50%	Máximo média de 2 falta injustificada	Máximo média de 1 falta injustificada	
* Os valores indicativos para 2018/19 e 2019/20 e as metas a atingir em 2020/21, foram calculados com base na premissa de que, em cada ano de vigência do PPM, se cumprirão as metas mínimas; os valores serão atualizados anualmente, de acordo com os resultados obtidos.									

1.8. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO - OBSERVATÓRIO DA QUALIDADE

Responsáveis pela coordenação e gestão do plano de monitorização e avaliação	
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador
Coordenador do OQ	1 Docente pertencente à equipa do OQ
Indicadores a monitorizar	
Grau de participação dos vários agentes da comunidade educativa Grau de diversidade das medidas organizacionais que visam a promoção do trabalho colaborativo Taxa de insucesso escolar Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas Taxa de alunos que tiveram positiva nas provas finais Classificação média nas provas finais Taxa de percursos diretos de sucesso entre os alunos da escola, em todas as ofertas educativas Taxa de alunos que melhoraram ou mantiveram a média final das suas classificações, relativamente ao ano anterior Taxa de interrupção precoce do percurso escolar Taxa de ocorrências disciplinares em contextos de sala de aula, face ao número total de ocorrências Média de faltas injustificadas por aluno Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa relativamente ao clima de escola. Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO Grau de satisfação do impacto das parcerias na promoção das aprendizagens dos alunos	
Metodologias e instrumentos a utilizar na recolha e tratamento de dados	
→Planeamento 1.º Participação ATIVA dos professores envolvidos na reflexão e definição de objetivos, processos e resultados. 2.º Reestruturação do ciclo de melhoria, com base no referencial já criado. 3.º Garantir a constituição da equipa do Observatório da Qualidade, cujo coordenador terá assento no Conselho Pedagógico. 4.º Criação de um roteiro de trabalho ao longo do ano, que inclua a participação dos alunos. 5.º Inclusão de estratégias de articulação entre a monitorização e a supervisão.	
→Instrumentos de recolha 1.º Dispositivo de monitorização – Dat@Cris. 2.º Debates/painéis de discussão de metodologias e resultados, com a intervenção de docentes, não docentes e alunos – recolha qualitativa de informação. 3.º Realização de entrevistas/focus group 4.º Questionários de satisfação. 5.º Inquéritos bianuais de autoavaliação.	
→Comunicação e articulação 1.º Criação de dois interlocutores para a comunicação e articulação, um com assento no conselho pedagógico – coordenador do Observatório da Qualidade – e outro docente – subcoordenador do Observatório da Qualidade. 2.º. Elaboração de pelo menos um relatório a apresentar em cada Conselho Pedagógico, versando as diversas áreas monitorizadas. 3.º Estabelecimento de uma agenda de reuniões ao longo do ano entre o Observatório da Qualidade e outras estruturas em que estejam incluídos docentes, não docentes e alunos. 4.º. Nestas reuniões, em momentos próprios, estará presente o Diretor. Promove-se o debate, a partilha, resolvem-se problemas imediatos e previnem-se outras situações.	
→Aspetos relevante a melhorar De acordo com o referido no planeamento, é crucial que esta ação privilegie a articulação entre a monitorização e a supervisão. Com efeito, monitorizar, no sentido de reestruturar o plano de melhoria, reorientando recursos, APENAS terá consistência se a monitorização se basear em resultados fidedignos e se refletir em alterações às práticas.	
Equipa operacional - elementos da equipa do Observatório da Qualidade (equipa de autoavaliação) responsáveis pela recolha e tratamento de dados e pela sua divulgação	
Resultados	2 docentes
Prestação de serviço educativo	4 docentes
Liderança e Gestão	2 docentes

Calendarização da monitorização e avaliação	
Calendarização	Objetivos
Mensal	Aferir o cumprimento das metas das diferentes ações.
Final de Período	Aferir o desvio face às metas gerais.
Novembro	1º Painel de discussão do PPM.
Fevereiro	2º Painel de discussão do PPM.
Maio	Questionários de satisfação/Inquérito bianual de autoavaliação
Junho/Julho	3º Painel de discussão (balanço intermédio do PPM).

Produtos da monitorização / avaliação		
	Produtos / metodologias / formatos de apresentação	Calendarização
Estratégias de divulgação	Relatório mensais a apresentar em cada CP	Na primeira 4ª feira de cada mês
	Inserção dos relatórios na Plataforma Moodle	Mensalmente
	Compilação das conclusões essenciais, a serem atendidas por cada um dos intervenientes/interlocutores	Reuniões com os responsáveis pelas estruturas de acordo com necessidade.
	Relatório final de autoavaliação	Julho
Reflexão sobre os resultados	Análise dos relatórios pelos Departamentos ou outras estruturas	Na semana seguinte a cada CP
	Painéis de monitorização ao longo do ano letivo	Novembro; fevereiro; junho
Impactos esperados da reflexão	Alertas para a prevenção de situações de risco relacionada com indisciplina, o absentismo e o insucesso	
	Criação de relatórios automatizados na Dat@Cris, disponíveis para a comunidade escolar	
	Informação articulada e cruzada dos alunos, nas suas diversas dimensões (contexto familiar, percurso educativo)	
	Criação de indicadores de coorte por aluno e disciplina	
	Melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e dos processos de avaliação	

1.9. PLANO DE CAPACITAÇÃO

Ano letivo	Temáticas / Ações	Domínio				Grupo-Alvo	Tipologias					
		A- Medidas organizacionais C- Interrupção precoce do percurso escolar D- Práticas pedagógicas F- Envolvimento da Comunidade				Professores Técnicos Assistentes operacionais Assistentes administrativos	TIPO 1 – Avaliação e estratégias diversificadas de ensino / aprendizagem – Perfil dos Alunos TIPO 2 - Flexibilidade curricular/Inovação Pedagógica TIPO 3 – Educação Inclusiva TIPO 4 - Regulação do ambiente de sala de aula; TIPO 5 - Articulação e supervisão pedagógica; TIPO 6 - Monitorização e Avaliação;					
		(de preferência, seleciona-se apenas um domínio)										
		A	C	D	F		T 1	T 2	T 3	T 4	T 5	T 6
2019/2020	A monitorização e a superVisão colaborativa			X		Professores coordenadores				X	X	X
2018/2019	Lideranças Inovadoras – intervenção bottom-up			X		Lideranças intermédias		X			X	
2018/2019	Educação Inclusiva – aborgadagem multinível			X		Professores e Técnicos	X	X	X	X		
2018/2019	A Integração curricular como potenciadora da avaliação formativa	X				Professores		X			X	X
2019/2020	Cenários de Aprendizagem – Resolução de problemas de forma criativa			X		Professores	X	X	X	X		X
2018/2019	INCLUD-ED: desafios de uma Comunidade Aprendente				X	Comunidade Educativa	X	X	X	X	X	
2019/2020	Aprendizagens Essenciais – articulação com o Perfil dos Alunos			X		Professores	X	X				X
2019/2020	STEM - Metodologias Criativas e Inovadoras	X				Professores	X	X				
2020/2021 e 2021/2022	Gestão de conflitos		X			Professores Técnicos Assistentes operacionais	X	X	X			
Número de ações por Domínio e por Tipologia		2	1	5	1		6	8	4	4	4	4

1.10. CRONOGRAMA

	Cronograma temporal das atividades (assinalar com "X")																																										
	2018 / 2019														2019/2020														2020/ 2021 e 2021/2022														
Ação de melhoria	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	Estado									
AM1 - Organização flexível de grupos de alunos	Organização de grupos		Implementação e monitorização das medidas												Organização de grupos		Implementação e monitorização das medidas												Organização de grupos		Implementação e monitorização das medidas												AM em desenvol.
Monitorização e avaliação																																											
AM2- Trabalho Colaborativo	Distribuição de tarefas		Encontros periódicos												Distribuição de tarefas		Encontros periódicos												Distribuição de tarefas		Encontros periódicos												AM em desenvol.
Monitorização e avaliação																																											
AM3- Semanas Temáticas – organização do calendário escolar	Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														AM em desenvol.
Monitorização e avaliação																																											
AM4 - A.F.E.T.Os. (Atividades de Formação Educativa e Tutorias Ocasionais)	Diagnóstico da Indiscip.		Modalidade de apoio									Balanço			Polit. Ed.		Problemas sociais								Balanço			Polit. Ed.		Problemas sociais								Balanço			AM em desenvol.		
Monitorização e avaliação																																											
AM5- Letras que Falam	Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														Escolas DI e SO - 5/6 anos e 1º ano de escolaridade; Expressões - 1,5h por turma/grupo														AM em desenvol.
Monitorização e avaliação																																											

	Cronograma temporal das atividades (assinalar com "X")																																		
	2018 / 2019												2019/2020										2020/ 2021 e 2021/2022										Estado		
Ação de melhoria	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7		
AM6 - Cientistas de Palmo e 1/2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	AM em desenvol.	
Monitorização e avaliação																																			
AM7- Referenciais de Integração Curricular (RIC)	Organização	Desenvolv-	Avaliação	Desenvolv-	Avaliação	Avaliação	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Avaliação	Organização	Desenvolv-	Avaliação	Desenvolv-	Avaliação	Avaliação	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Avaliação	Organização	Desenvolv-	Avaliação	Desenvolv-	Avaliação	Avaliação	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Desenvolv-	Avaliação	AM em desenvol.	
Monitorização e avaliação																																			
AM8- Artes e Educação Física (EDF) no 1º ciclo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	AM em desenvol.	
Monitorização e avaliação																																			
AM9- HORIZONTES 4'ALL			1º encontro			1º encontro				1º encontro				1º encontro			1º encontro			1º encontro						1º encontro			1º encontro			1º encontro			AM em desenvol.
Monitorização e avaliação																																			
AM10- COMUNIDADE APRENDENTE	Formação		Desenvolv-			Desenvolv-				Desenvolv-		Formação		Desenvolv-			Desenvolv-			Desenvolv-			Formação		Desenvolv-			Desenvolv-			Desenvolv-			AM em desenvol.	
Monitorização e avaliação																																			

LEGENDA:

Monitorização



Avaliação



ANEXO G

Atualizado em 20 de agosto de 2021

2021

Agrupamento Escolas
Cristelo



[PLANO DE INOVAÇÃO]

Plano Integral com adenda – 2021-2022

Agrupamento de Escolas de Cristelo – Plano de Inovação – com adenda 2021/2022

1

Plano de Inovação 2019/2022

A experiência no projeto piloto de inovação pedagógica, entre 2016 e 2019, levou à apresentação do plano de inovação (PI), enquadrado no âmbito da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho. Nesse documento, aprovado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação em 09/08/2019, defende-se que as organizações escolares devem revelar práticas consistentes e sistemáticas de recolha de informação do seu desempenho e é manifesta a importância atribuída à autoavaliação como forma de autorregulação e promoção da melhoria contínua.

Nesta conformidade surge agora a necessidade de proceder a uma adenda a esse plano, que mantém a opção estratégica assente no reforço da autonomia da escola com os seguintes objetivos: a) eliminar tendencialmente a retenção; b) prevenir o insucesso escolar reforçando a autonomia das escolas; c) prevenir o abandono escolar; d) promover o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.

É neste contexto e com a experiência e aprendizagens vividas que, seguidamente, se apresentará a adenda ao plano de inovação, com a sua redação na íntegra, mantendo os compromissos assumidos, e apostando em respostas curriculares e pedagógicas específicas com vista ao sucesso e à inclusão de todos os alunos, do pré-escolar ao, agora, 11º ano em 2021/2022.

Para melhor entendimento desta adenda e uma vez que se apresenta aqui um documento global que integra, como se referiu, as necessárias adaptações às realidades atuais, explana-se, de forma sistemática, as razões desta adenda:

- 1- Integração da oferta formativa de ensino secundário – já com 11º ano em 2021/2022;
- 2- Integração da oferta formativa de curso profissional – 1 turma de curso profissional em 2021/2022;
- 3- Necessidade de recuperação de aprendizagens, face à situação de pandemia;
- 4- Reformulação dos Referenciais de Integração Curricular no 1º ciclo (RIC);
- 5- Integração do projeto piloto Manuais Digitais – aumento da aposta nas disciplinas de Tecnologias de Informação e Comunicação, em articulação com os RIC e Cidadania de Intervenção Social (CIS);
- 6- Aprofundar a aposta na organização de equipa educativas – organização por ano, sobretudo nos anos com manuais digitais.
- 7- Aprofundar a gestão do currículo por ciclo.

Nesta versão integral apresenta-se o Plano de inovação incorporando todas as medidas que resultam das adendas necessárias. Para melhor entendimento destas será apensado um documento “resumo das adendas”, onde se resumirá o que foi acrescentado ao Plano de Inovação aprovado.

CAPÍTULO I
Disposições gerais
Art.º 1º
Identificação da Unidade Orgânica

Nome da organização: Agrupamento de Escolas de Cristelo – Código 150770;

Localização: Rua Dr. Adriano Magalhães, nº201 – 4580-352 Cristelo;

Diretor: Mário Rocha

Equipa de Acompanhamento e Monitorização do PI:

Coordenador Manuel Ribeiro;

Restantes membros: Armando Pereira, Cátia Santos, Jorge Pinto;

Coordenador do Observatório da Qualidade: Luís Dantas.

Art.º 2º
Objeto e âmbito

O presente projeto pretende definir os termos e as condições da autonomia e flexibilidade curricular no AEC, no âmbito da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, de forma a implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, com vista ao desenvolvimento de planos de inovação, regulamentando o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Art.º 3º
População Discente

Neste capítulo escusar-nos-emos de efetuar uma contextualização do AEC que inclua a caracterização do meio, com referência aos recursos físicos, materiais e humanos, uma vez que são elementos bem descritos, quer no Projeto Educativo, quer no PPM.

Todavia, far-se-á uma contextualização da população discente genérica, como primeiro diagnóstico da situação geral dos alunos, com particular incidência em matéria de sucesso escolar e qualidade de sucesso escolar.

Alunos que pediram transferência para fora da UO (2020/21)			58
Oriundos de famílias monoparentais (número de alunos)			41
Pais com habilitações literárias superiores ao 3º ciclo do ensino básico (%) - em 2020/2021	Mães	151(11,78%)	7,67%
	Pais	50(3,9%)	
	Ambos	33 (2,57%)	
Frequentaram a educação pré-escolar (desde os 3, 4 ou 5 anos) (%)			100%
Iniciaram o 1º Ciclo do ensino básico com menos de 6 anos de idade (%) – 2020/2021			31,80%
Nº de alunos sinalizados para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (em dezembro de 2020)			26
Alvo de medidas tutelares educativas			49
Em risco de abandono escolar (número de alunos) em 2020/2021			3
Alunos que beneficiam de Ação Social Escolar 2020/2021 - Escalão A			201
Alunos que beneficiam de Ação Social Escolar 2020/2021 - Escalão B			191
Alunos que beneficiam de Ação Social Escolar 2020/2021 - Escalão C			365
Alunos sem escalão 2020/2021			247
Alunos alvo de medidas disciplinares (2020/2021)			7
	Corretivas		4
	Sancionatórias		3
Indicadores de Coorte de eficácia e eficiência (valores de 2019/2020)			

Coeficientes de conclusão do 3º ciclo do ensino básico (varia entre 0 e 1)	Sem retenções	0,96
	Até 1 retenção	0,99
	Até 2 retenções	1,00
Eficácia Interna (varia entre 0 e 1)		0,96
Taxa de desperdício global (valor ótimo 0%)		0%
Duração média dos anos de escolaridade	7º ano	1,02
	8º ano	1,09
	9º ano	1,02
% de alunos que transitou com classificação positiva a todas as disciplinas (2019/2020)		78,00%
Taxa de sucesso na avaliação externa (dados de 2019/2020)		
Prova final de ciclo de Matemática – 3º ciclo		-----
Prova final de ciclo de Português – 3º ciclo		-----

Tabela 1 – Caracterização da população discente – diagnóstico da situação de partida

Art.º 4º

Identificação dos problemas

- Persistência de elevadas taxas de insucesso a Matemática no 3º ciclo;
- Alguma focalização nos fatores externos do (in)sucesso, em detrimento dos fatores internos;
- Alguma falta de consistência na articulação da monitorização com a supervisão pedagógica;
- Falta de apropriação de uma cultura de excelência;
- Alguma insegurança no desenvolvimento de medidas de inovação pedagógica;
- Insuficiências no compromisso família-escola, apesar das dinâmicas recentemente desenvolvidas pelas Associações de Pais.
- Necessidade de criar sustentabilidade na participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes, dando-lhes a oportunidade de se corresponsabilizar nas decisões que lhes dizem respeito e no desenvolvimento de uma cidadania responsável e democrática (Fonte: Relatório de Avaliação externa das Escolas, IGEC, 2014, p.11).

Ano	2017/2018	2018/2019**	2019/2020
2ºano	100%	100%	100%
3ºano	100%	100%	100%
4ºano	100%	100%	100%
5ºano	100%	100%	100%
6ºano	97%	100%	100%
7ºano	96%	99%	97,67%
8ºano	95%	95%	91,84%
9ºano	98%	90%	98,15%
10º ano	---	---	---

* Inclui alunos retidos por insucesso, em abandono, retidos por faltas e excluídos por faltas

** No 9º ano ainda não estão considerados os resultados das provas finais de ciclo

Tabela 2 – Taxa bruta de sucesso* (Fonte: Relatório de autoavaliação 2018/2019)

Art.º 5º

Público-alvo – Identificação dos anos de escolaridade a envolver

O PI aplica-se a todos os níveis de ensino – do Pré-Escolar ao 11º ano¹.

¹ Em resultado da adenda aqui apresentada.

Art.º 6º

Objetivos a atingir

- a) Combater a taxa de abandono.
- b) Sinalizar atempadamente alunos para um eventual percurso profissional, respeitando o projeto de vida individual.
- c) Contribuir para a eliminação das taxas de retenção.
- d) Criar sustentabilidade nesta medida de promoção do sucesso escolar.
- e) Aumentar a qualidade de sucesso geral.
- f) Criar dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno.

Art.º 7º

Metas a alcançar com o PI

As metas a alcançar terão de ser, necessariamente, as mesmas que se pretendem atingir com o PPM, não fossem estes projetos complementares. Assim, para além das metas por medidas – apresentadas na adenda – as metas gerais são as já definidas no PPM, tais como:

- a) Atingir a taxa de abandono zero;
- b) Tender para a retenção zero em anos não terminais de ciclo;
- c) Aumentar em 2 p.p. a percentagem de alunos no quadro de excelência face aos últimos três anos até ao final do projeto;
- d) Aumentar em 3 p.p. a percentagem de alunos com níveis 4 e 5, face aos últimos três anos até ao final do projeto.

Art.º 8º

Indicadores de monitorização

- 1- Taxa de insucesso a cada 8 semanas;
- 2- Taxa de alunos com mais de 3 disciplinas com níveis inferiores a 3 em cada final de ano letivo;
- 3- Taxa de alunos sem qualquer nível inferior a 3;
- 4- Taxa de alunos no Quadro de Excelência (média igual ou superior a 4,5);
- 5- Taxa de abandono escolar.

Art.º 9º

Fatores críticos de sucesso

- 1- Compromisso por parte dos Encarregados de Educação;
- 2- Dispersão de formação adequada;
- 3- Protocolos com instituições do ensino superior.

Art.º 10º

Meios de verificação da execução e eficácia da medida

Os meios de verificação da execução da PI são os mesmos já usados pelo Observatório da Qualidade e pelas equipas de supervisão: relatórios mensais do OQ, através da aplicação Dat@Cris (plataforma de monitorização); plataforma dos Referenciais de Integração Curricular (brevemente substituída pela plataforma online P.A.I. – Plataforma de Avaliação Integrada) e da observação de aulas.

CAPÍTULO II

Plano de Inovação

Artigo 11.º

Princípios gerais de desenvolvimento

Este é um plano de inovação curricular, pedagógica e de avaliação, que tem por base:

a) Calendário Escolar

Oito semanas de aulas, seguidas de 1 de paragem (ver adenda), de modo a:

- a.1.) Garantir a continuação da avaliação dos RIC (ver adenda), em articulação com as Aprendizagens Essenciais e com o Perfil dos Alunos;
- a.2.) Garantir o reporte de quatro momentos de avaliação aos alunos e Encarregados de Educação, sendo a avaliação descritiva acompanhada de avaliação sumativa a partir do 2º momento (16ª semana).

Para além destas garantias, assegura-se o cumprimento do número de dias fixado no calendário escolar e a realização das provas e exames, de acordo com o calendário aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

b) Matriz curricular

Mostra-se como um exercício efetivo de autonomia e flexibilidade curricular, concretizando uma gestão superior a 25 % do total da carga horária das matrizes curriculares –base, integrando o 11º ano e curso profissional – ver adenda.

c) Criação da disciplina *Projeto de Cidadania Criativa* – do 3º ao 9º, que envolverá:

- c.1) As disciplinas de Cidadania de Intervenção Social (CIS) + Criatividade e Inovação (C&I), já anteriormente criadas + Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) = CIS/C&I/TIC;
- c.2) 1º ciclo – Afetação de 2 tempos, utilizando horas das disciplinas de Estudo do Meio, Educação Artística e Educação Física e TIC;
- c.3) 2º ciclo – Educação Tecnológica, Matemática e Português (2º ciclo), constante da matriz curricular–base + TIC.
- c.4) 3º ciclo – Afetação dos tempos de Cidadania de Desenvolvimento e TIC.

No 2º ciclo esta disciplina entrará, ainda, na organização dos Referenciais de Integração Curricular (RIC). Pretende-se continuar a desenvolver Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), com forte intervenção na comunidade e no meio, as ferramentas digitais e a criatividade, de forma articulada e integrada (ver adenda).

d) Referenciais de Integração Curricular (RIC)

Organização do currículo interturmas em cada 8 semanas. Esta gestão interturmas dos tempos/horas fixados nas matrizes curriculares-base, através de distribuição de cargas horárias ao longo de cada ano, não excede o total da carga horária semanal (ver adenda).

Os RIC são uma medida de natureza pedagógica, didática e organizacional que incide claramente em:

- d.1.) Gestão curricular contextualizada;
- d.2.) Articulação curricular assente em relações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares;
- d.3.) Metodologias integradoras do planeamento do ensino, da aprendizagem e da avaliação;
- d.4.) Dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente;
- d.5.) A avaliação dos RIC reflete-se na avaliação /classificação de todas as disciplinas e áreas que o constituem.

e) Semanas Temáticas (ST)

As ST acontecem inseridas na lecionação dos RIC e consubstanciam a sua última semana. Nas ST existe um efetivo e concreto desenvolvimento das áreas de competência do Perfil dos Alunos, onde alunos e docentes veem todo o currículo transformado naquelas áreas (ver adenda).

f) Gabinete de Gestão dos RIC (GGRIC) e Conselhos de Comunidade de Aprendizagem e Avaliação (CCAA)

Esta medida visa (ver adenda):

- f.1) Incrementar as dinâmicas de gestão curricular e pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente;
- f.2) Aprofundar a participação dos alunos na participação dos documentos estruturantes;
- f.3) Garantir a cooperação de pais ou encarregados de educação e de outros parceiros da comunidade.

g) Projetos de Integração Curricular (PIC)

Criação de quatro Projetos de Integração Curricular, um por cada período, com o mínimo de três disciplinas envolvidas (garantindo a participação de cada disciplina em, pelo menos, um projeto – ver adenda).

A avaliação dos PIC reflete-se na avaliação /Classificação de todas as disciplinas e áreas que o constituem.

CAPÍTULO III

Art.º 12º

Outras atividades que complementam as ações de melhoria

As medidas do PI descritas nos anexos da adenda que se anexa, consubstanciam as matrizes curriculares do 1º ao secundário.

Para além dessas, o PI é complementado por outras estratégias e metodologias pedagógicas que vão para além daquelas, que constituem o Plano Plurianual de Melhoria (PPM), no âmbito do Programa TEIP.

Art.º 13º

Medidas de apoio e suporte ao PI

As atividades enunciadas nos subcapítulos anteriores dão corpo à mesma. Todavia, como foi referido, esta não é uma medida isolada, convivendo e ganhando dimensão nas várias medidas inscritas no PPM do Agrupamento.

Nesta conformidade, não ignorando as já descritas, as medidas de apoio e suporte que reforçam o PI são, essencialmente:

- a) Letras que falam – articulação de docentes de outros ciclos, para desenvolver a oralidade no pré-escolar;
- b) Coadjuvação no 1º ciclo nas áreas de artes plásticas e musicais e educação física, por parte de docentes dos 2º e 3º ciclos;
- c) Cientistas Palmo e Meio – articulação entre docentes do 1º ciclo com 2º e 3º ciclo, nas áreas do ensino experimental das Ciências.
- d) Incremento de coadjuvações, na componente de trabalho de estabelecimento;
- e) Incremento de dinâmicas de teor mais prático e experimental, com clubes e outras atividades já existentes;
- f) Incremento de pedagogias direcionadas para o desenvolvimento da oralidade e escrita, designadamente com a continuação da aplicação do disposto no diploma de Organização do Ano Letivo.
- g) Desenvolvimento de atividades artísticas, desportivas e multidisciplinares fortemente viradas para o trabalho em equipa, designadamente em Clubes, no Desporto Escolar e em RIC;
- h) Continuação da abertura à comunidade através de painéis de discussão com várias temáticas;
- i) Continuação da aposta na autonomia dos alunos para organização de tertúlias;
- j) Dinamização de Tertúlias Dialógicas, Grupos Interativos e Biblioteca Tutorada, enquadrados pelo projeto INCLUD-ED em que o Agrupamento participa;
- k) Desenvolvimento de práticas de ensino que melhorem as experiências de aprendizagem e confluam para a aquisição de competências, previstas no Perfil dos Alunos e nas Aprendizagens Essenciais;
- l) Gestão do currículo por ciclo. Esta gestão consubstancia-se em duas situações concretas:
 - i. Gestão do currículo das ciências naturais – inversão das aprendizagens de 7º e 8º ano;
 - ii. Avaliação sumativa, com caráter de eventual retenção, apenas no final de cada ciclo – é dado mais tempo aos alunos para recuperar as aprendizagens e eventuais dificuldades, respeitando os ritmos de aprendizagem de cada um.

CAPÍTULO IV

Avaliação

Art.º 14º

Modalidade de avaliação

- 1- Na avaliação, as medidas assentam, sobretudo:
 - a) No enfoque na avaliação formativa contínua e na autoavaliação, norteadas pelo projeto M.A.I.A;
 - b) Sistematização de quatro momentos de reporte de avaliação qualitativa (descritiva, com a sinalização daquilo que o aluno sabe e o que falta saber) – ao final de cada 8 semanas.
 - c) Avaliação quantitativa com a avaliação descritiva no final da: 16ª; 24ª e 32ª semana (final de ano).
 - d) Na avaliação sumativa interna deve privilegiar-se a avaliação por ciclo, tendendo para o desaparecimento da retenção por ano, por forma a garantir que cada aluno usufruirá na sua plenitude das medidas a aplicar e que os tempos de aprendizagem sejam individualmente respeitados.
 - e) Garantir uma avaliação sumativa final (com classificação) em todas as disciplinas do currículo nacional.

Art.º 15º

Intervenientes na avaliação

Para além dos intervenientes referidos no ponto 1 do art.º 26º do DL nº 55/2018, de 6 de julho, propõe-se a intervenção dos parceiros envolvidos nos Referenciais de Integração Curricular (RIC).

Art.º 16º

Avaliação das e para as aprendizagens

- 1- Alunos. Os alunos deverão ser integrados no seu processo avaliativo, designadamente através de:
 - a) Mecanismos de autoavaliação nas áreas disciplinares, de acordo com os procedimentos já normalizados no Regulamento Interno;
 - b) Produção de relatórios de autoavaliação ao longo dos vários RIC.
- 2- Docentes e comunidade. A avaliação para e das aprendizagens dos alunos por docentes e parceiros que intervêm no processo educativo deve ser efetuada tendo em conta:
 - a) O aprofundamento do projeto M.A.I.A. Pretende-se que a avaliação formativa e o processo de autorregulação das aprendizagens sejam permanentemente valorizados.
 - b) Constituição de Conselhos de Comunidades de Aprendizagem e Avaliação (CCAA);
 - c) Os CCAA são constituídos por todos os docentes e parceiros que participaram na lecionação, em cada período de avaliação, as unidades temáticas, designadamente nos RIC;
 - d) Os CCAA devem:
 - d.1.) reunir antecipadamente aos conselhos de turma ou de ano de avaliação;
 - d.2.) concertar a avaliação a atribuir a cada aluno, tendo em conta a especificidade dos projetos e do aluno;

e) As avaliações atribuídas pelo CCAA têm caráter vinculativo na formalização da avaliação sumativa, dos RIC, para os termos do ponto 2 do art.º 26º do DL nº 55/2018, de 6 de julho.

Art.º 17º

Efeitos da avaliação

- 1- Grande intencionalidade na valorização da avaliação formativa e contínua;
- 2- Forte articulação e compromisso com os Encarregados de Educação e restantes parceiros – deverão ser parte determinante no processo de avaliação formativa.
- 3- A avaliação sumativa tem o enfoque na avaliação por ciclo. Os alunos terão apenas uma avaliação que determine a transição ou não no final de ciclo;
- 4- A avaliação formativa gera a possível reorientação dos alunos, face às suas características, para medidas pedagógicas que permitam um melhor desenvolvimento da sua aprendizagem.

Reitera-se que as medidas do PI não ignoram todas as outras medidas do PPM, sendo, pelo contrário, reforçadas pelas mesmas.

CAPÍTULO V

Capacitação e recursos

Art.º 18º

Necessidade de capacitação/formação

- 1- Ano letivo 2021/2022:
 - a) Metodologias ativas de aprendizagem;
 - b) Plano Digital;
 - c) Metodologias de Resolução Criativa de Problemas e Resolução Colaborativa de Problemas (CPS).
 - d) Avaliação Formativa e Autoavaliação – projeto M.A.I.A.
- 2- Restantes anos letivos – Cumprir as ações do plano de capacitação propostas no Plano Plurianual de Melhoria.

Art.º 19º

Recursos

No desenho construído de implementação do PI houve a preocupação em tornar as medidas o mais sustentáveis possível. Todavia, qualquer projeto precisa de recursos, sendo certo que deverá atentar aos princípios de proporcionalidade e de racionalidade. Assim:

- 1- 1º Ciclo – não haverá, em princípio, necessidade de aumentar o recurso ao crédito horário. A articulação com os 2º e 3º ciclos, designadamente nos RIC, far-se-á com recurso a horas de estabelecimento e, apenas em último recurso, ao crédito horário;
- 2- 2º Ciclo – sendo extinto o Apoio Estudo e utilizando as horas de Complemento à Educação Artística, haverá apenas necessidade de recorrer a 1 hora de crédito (50 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma;

- 3- 7º ano de escolaridade – 1 hora de crédito (50 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma.
- 4- 8º ano de escolaridade – 2 horas de crédito (100 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma;
- 5- 9º ano de escolaridade – 2 horas de crédito (100 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma;
- 6- 10º ano de escolaridade – 2 horas de crédito (100 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma;
- 7- 11º ano de escolaridade – 2 horas de crédito (100 minutos) por turma, sem incluir desdobramentos – cada desdobramento acrescenta 2 horas de crédito por turma;
- 8- 2h de crédito por cada ano de escolaridade integrado no projeto Manuais Digitais;
- 9- 2h de componente não letiva para cada docente integrado no projeto Manuais Digitais;
- 10- Para além destas horas, conta-se recorrer a mais horas de crédito horário, dentro da disponibilidade, por forma a recuperar aprendizagens, devido à situação de pandemia;
- 11- Para além dos recursos internos, serão usados recursos protocolados com outros parceiros: Pais/EE, empresas, universidades e instituições;
- 12- Está previsto, ainda, beneficiar de recursos das comunidades intermunicipais, que não tenham financiamento por parte do Programa TEIP, mas que possam potenciar a eficácia das medidas aqui apresentadas.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Art.º 20º

Outros aspetos relevantes a ter em conta nas atividades a desenvolver

- 1- Organização de vários debates e discussão com pessoal docente, não docente e Pais/Encarregados de Educação sobre a implementação plena do PI.
- 2- Valorização da articulação das áreas de RIC com as Assembleias de Alunos e a área disciplinar “Cidadania de Intervenção Social”, de maneira a incentivar o trabalho colaborativo e de pesquisa enquanto base de estímulo à criatividade e ao exercício ativo da cidadania.
- 3- Reorganização dos horários das turmas, sempre que tal seja exigido.
- 4- Organização de um plano de capacitação de docentes para implementação de trabalho de campo, experimental, de projeto e atividades de inovação pedagógica, exigido pela nova organização curricular e essencial nas práticas pedagógicas que se pretendem fomentar nas aprendizagens.
- 5- Valorização das equipas de coordenação e monitorização do GGRIC, com um calendário de atuação, que permita detetar, o mais precocemente possível, os desvios na aprendizagem que possam estar a ocorrer.

6- Capacitação na avaliação formativa contínua e da autoavaliação, como estratégia basilar de regulação do processo de aprendizagem e de percepção da sua evolução por todos os seus intervenientes (alunos, professores, pais/ encarregados de educação).

Art.º 21º

Fundamentação adicional

1- Em jeito de reforço a tudo o que foi descrito em relação às matrizes propostas, surgem outros aspetos pedagógicos que foram atendidos nesta proposta, que lhes conferem consistência, tais como:

- a) Coerência das matrizes com a intenção de concretizar a diminuição do número de disciplinas do currículo, ainda que, por vezes, apenas pontual ao longo do ano letivo;
- b) Dar continuidade ao currículo de 1º para 2º ciclo, acautelando a profundidade e a amplitude das aprendizagens, respeitando as Áreas de Competência do Perfil dos Alunos e as Aprendizagens Essenciais;
- c) Cumprir a necessidade de interdisciplinaridade e transversalidade do currículo e das aprendizagens, fundamentalmente através dos RIC;
- d) Garantir a inclusão, com uma verdadeira Escola para todos (DL nº 54/2018 de 6 de julho), onde cada aluno possa desenvolver projetos de acordo com o seu perfil motivacional e de capacidade;
- e) Concretizar o desiderato de cumprir a função transversal das Tecnologias de Informação e Comunicação, e da Cidadania de Intervenção Social;
- f) Associar o currículo ao Perfil dos Alunos e às Aprendizagens Essenciais para novas abordagens pedagógicas – designadamente reforçando as componentes práticas, através dos desdobramentos e trabalho experimental e de campo;
- g) Harmonizar o currículo com a avaliação interna e externa, cumprindo a sua função generalizadora.

Art.º 22º

Produção de Efeitos

- 1- O plano original foi submetido e aprovado no Conselho Geral a 18/07/2019, com o parecer prévio favorável do Conselho Pedagógico a 17/07/2019.
- 2- O plano original foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação em 09/08/2019;
- 3- A produção de efeitos fez-se de acordo com o previsto no art.º 14º da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho.

Art.º 22º

Aprovação da adenda

- 1- O presente plano, com as adendas, teve parecer prévio favorável do Conselho Pedagógico de 08/06/2021 e será submetido a aprovação do Conselho Geral a 15/07/2021.



Adenda ao plano de inovação

Portaria nº 181/2019, de 11 de junho

AGRUPAMENTO ESCOLAS CRISTELO

Índice

I.	Introdução – Avaliação 2020/2021	2
II.	Propostas para o ano letivo 2021/2022	2
1.	Eixo 1 – Ensinar e aprender	3
2.	Eixo 2 – Apoiar as Comunidades Educativas	4
3.	Eixo 3 – Conhecer e Avaliar	6
III.	Produção de efeitos	8
IV.	Aprovação da adenda	8
I.	Anexo I – Calendário Escolar	9
II.	Anexo II – Matrizes curriculares – 2021/2022	10
III.	Anexo III – Disciplina Projeto de Cidadania Digital e Criativa.....	21
IV.	Anexo IV – Referenciais de Integração Curricular (RIC).....	23
V.	Anexo V – Semanas Temáticas	25
VI.	Anexo VI - Gabinete de Gestão dos RIC (GGRIC) e Conselhos de Comunidade de Aprendizagem e Avaliação (CCAA)	27
VII.	Anexo VII – Projetos de Integração Curricular (PIC)	29

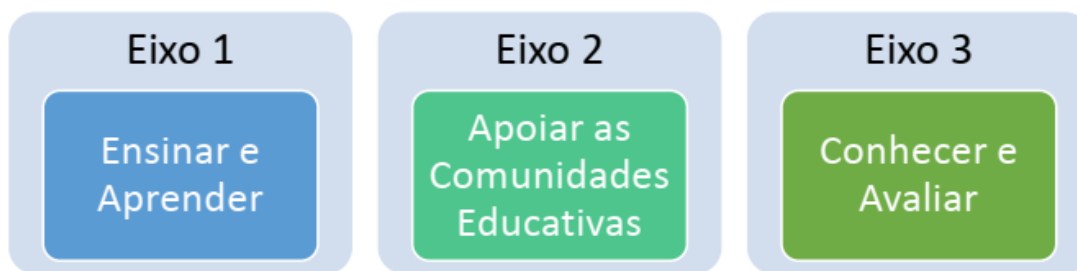
I. Introdução – Avaliação 2020/2021

O Plano de Inovação, ao abrigo da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, mereceu uma avaliação por parte da comunidade, de que convém deixar as suas conclusões em linhas gerais:

1. As avaliações intermédias do Plano de Inovação continuam a ser francamente positivas. Tal facto resulta de evidências retiradas de questionários efetuados e *focus group* a toda a comunidade educativa.
2. O impacto do E@D continuou, não obstante todos os fatores negativos, a provocar uma dinâmica nas medidas do Plano de Inovação, no que concerne ao uso do digital, que resultaram em adaptações consideráveis, onde se registou:
 - a) Grande desenvolvimento de competências digitais;
 - b) Aprofundamento da articulação interdisciplinar – onde os processos de criatividade estão presentes;
 - c) Necessidade de aprendizagem entre pares – potenciou a dinâmica de mentorias;
 - d) Visitas virtuais ao meio – incremento da procura de ambientes digitais de aprendizagem;
 - e) Aprofundamento e aposta em metodologias ativas de aprendizagem;
 - f) Capacitação dos docentes, no âmbito do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE);
 - g) Grande participação virtual de Encarregados de Educação e Alunos, com os Docentes;
 - h) Tertúlias Dialógicas virtuais e grupos interativos virtuais, no âmbito do Projeto INCLUD-ED.

II. Propostas para o ano letivo 2021/2022

Feita a avaliação deste ano letivo, sistematizam-se as principais propostas para 2021/2022 a considerar na adenda ao Plano de Inovação do Agrupamento de Escolas de Cristelo, norteadas agora pelos mesmos eixos de Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23, que, de resto, se cruzam com os eixos do nosso Projeto Educativo, embora o foco não se resuma à recuperação das aprendizagens, mas a uma intervenção alargada a todos os alunos, como é apanágio do Plano de Inovação.



1. Eixo 1 – Ensinar e aprender

Neste eixo continua-se a aprofundar os meios pedagógicos para a continuação e alargamento de um desenvolvimento curricular e pedagógico flexível, centrando-se no apoio aos alunos. As medidas que integram este eixo são as seguintes:

- 1- Continuação do mesmo calendário Escolar: 8 semanas de atividades letivas, (com 1 semana temática), intercaladas com 1 semana de interrupção;
- 2- Integração da oferta formativa de ensino secundário – já com 11º ano em 2021/2022;
- 3- Integração da oferta formativa de curso profissional – 1 turma de curso profissional em 2021/2022;
- 4- Necessidade de recuperação de aprendizagens, face à situação de pandemia;
- 5- Reformulação dos Referenciais de Integração Curricular (RIC);
- 6- Aprofundamento das medidas integradas no (PADDE);
- 7- Necessidade em dar maior destaque às disciplinas de: TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação); CIS (Cidadania de Intervenção Social) e C&I (Criatividade e Inovação), de forma integrada e articulada, para desenvolver mais contextualizadamente o triângulo: Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) – Digital Inclusivo – Criatividade, no âmbito das áreas de competência do PASEO;
- 8- Deixar cair a medida “Reorganização do número de alunos por turma”, uma vez que esta medida já está contemplada nos RIC, e continuação da Oficina da Oralidade e do Números, por forma a incrementar o ensino experimental;
- 9- Criação de uma disciplina de “Reforço de Aprendizagem”, com a moldura normativa do apoio ao estudo no 2º ciclo, devido à necessidade de recuperar algumas aprendizagens essenciais nalguns alunos;

- 10- Integração do projeto piloto Manuais Digitais – aumento da aposta nas disciplinas de Tecnologias de Informação e Comunicação, em articulação com os RIC e Cidadania de Intervenção Social (CIS);
- 11- Aprofundar a aposta na organização de equipas educativas – organização por ano, sobretudo nos anos com manuais digitais – 5º e 10º ano.

2. Eixo 2 – Apoiar as Comunidades Educativas

Continuar a aposta em ações dirigidas para a melhoria das aprendizagens, para a inclusão e para o envolvimento comunitário, destacando-se:

1. Continuar o investimento do alargamento da Escola para Todos e Com Todos, com projetos que implicam a participação da comunidade educativa como Semanas Temáticas, Comemorações de eventos (Galas de mérito; S. Martinho, entre outras), participação no INCLUD-ED;
2. Dar grande destaque às parcerias de rede, quer com Escolas e outros parceiros locais, quer com Instituições do Ensino Superior;
3. Intensificar a capacitação dos docentes e não docentes e restante comunidade educativa em projetos já iniciados como: Tutorias e Mentorias; Sarilhos do Amarelo; Mindfulness; Competências Digitais; Competências Académicas; Metodologias Pedagógicas Ativas;
4. Implementar projetos que desenvolvem aprendizagens e competências socio emocionais, desde o ensino pré-escolar tais como: A Ler Vamos e Matiga, Mindfulness to Students' Success, Sarilhos do Amarelo, Programa de Mentorias, Horizontes, entre outros;
5. À semelhança do ano anterior, nesta adenda ter-se-á em consideração a continuação da aplicação do PI a toda a comunidade educativa e a todos as crianças e alunos, devido ao interesse da comunidade educativa:
 - i. do Pré-Escolar ao 11º ano em 2021/2022
 - ii. Curso profissional

Tendo em conta que:

- a) na concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, é dada às escolas a possibilidade de procederem à identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no projeto educativo e noutros instrumentos estruturantes da escola.

b) De acordo com o n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, as opções curriculares podem concretizar-se, entre outras, nas seguintes possibilidades:

- Combinação parcial ou total de componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com recurso a domínios de autonomia curricular, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar, com possibilidade de partilha de horário entre diferentes disciplinas;
- Alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo;
- Desenvolvimento de trabalho prático ou experimental com recurso a desdobramento de turmas ou outra organização;
- Integração de projetos desenvolvidos na escola em blocos que se inscrevem no horário semanal, de forma rotativa ou outra adequada;
- Organização do funcionamento das disciplinas de um modo trimestral ou semestral, ou outra organização.

c) O Plano de Inovação do Agrupamento de Escolas de Cristelo já contempla:

- i) **Referenciais de Integração Curricular** - Combinação parcial de disciplinas, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar, com partilha de horário entre diferentes disciplinas, durante 8 semanas, alternadas em 4 períodos ao longo do ano letivo;
- ii) **4 Semanas Temáticas** – Integração de projetos desenvolvidos na escola em blocos que se inscrevem no horário semanal, com foco nas áreas de competência do Perfil dos Alunos;
- iii) **Organização do calendário Escolar** – período de 8 semanas, seguidos de 1 semana de paragem, com avaliação em cada um deles.
- iv) **Criação da Projeto de Cidadania Criativa – disciplinas TIC/CIS/C&I** – a disciplina passará a existir do 3º ao 9º ano, mediante a disponibilidade de crédito horário, com enfoque na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e o STEAM.

Nesta combinação de um exercício efetivo de autonomia curricular consagrada pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho e alargada pela Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, para o ensino secundário propõe-se, em continuidade com 2020/2021:

- a) Manter a combinação parcial das disciplinas, sem alterar a constituição das turmas, através dos Projetos de Integração Interdisciplinar (PIC);
- b) Manter a organização do calendário escolar igual aos restantes ciclos – período de 8 semanas, seguidos de 1 semana de paragem, com avaliação em cada um deles;
- c) Manter as 4 Semanas Temáticas;

Por outro lado, entende-se que os novos desafios acarretam maior responsabilidades partilhadas e a aposta em novas lideranças intermédias tem de continuar. Assim, para além das já existentes, pretende-se dar espaço para:

- a) Coordenador do projeto manuais digitais, com reunião de equipas pedagógicas;
- b) Coordenador pedagógico por ano – onde o foco será diminuir, sempre que possível, o número de docentes a lecionar o mesmo ano, a fim de facilitar a articulação.

3. Eixo 3 – Conhecer e Avaliar

Neste Agrupamento já vem sendo regra o desenvolvimento de indicadores e instrumentos destinados à monitorização do Plano e do Projeto Educativo TEIP, promovendo a divulgação de estudos de eficiência, a partilha de práticas e a reavaliação das medidas adotadas. Só assim tem sido possível aliar ao desenvolvimento de medidas, uma gestão racional de meios.

É neste contexto de estreita ligação entre o triângulo Monitorização – Aprendizagem – Avaliação, que têm sido desenvolvidas várias ferramentas que, introduzindo conceitos de indicadores de resultados, de qualidade e de eficiência, têm permitido adequar a gestão pedagógica e antecipar problemas, numa perspetiva da educação inclusiva. Como evidências dessas ferramentas temos:

- Produção de metas por turma e por aluno, que permitem ir regulando os dados de execução;
- Construção da plataforma digital Dat@Cris, que introduziu:
 - Criação do Plano de Turma digital e automatizado, permitindo uma rápida resposta das equipas pedagógicas, intervindo adequadamente em cada situação e desenhando o suporte de apoio à aprendizagem de uma forma contextualizada, com dados fidedignos e partilhados;

- Plano do aluno digital, em duas vertentes, que se complementam:
 - Percurso escolar do aluno, com medidas universais;
 - Relatório Técnico Pedagógico, com partilha de dados entre as equipas pedagógicas e EMAEI e entre estes com os respetivos Encarregados de Educação;
 - Rentabilização da comunicação entre os vários intervenientes;
 - Adoção de meios digitais, que permitem respostas rápidas e poupança de custos, sobretudo de papel.
- Continuação da promoção de workshops e painéis de partilha para a toda a comunidade educativa;
- Continuação na aposta do Provedor do Aluno, dando voz aos alunos;
- Continuação dos Gabinetes de Gestão dos RIC, integrando os vários elementos na comunidade educativa: pais, alunos, docentes e não docentes.;
- Continuação da aposta no projeto M.A.I.A., com capacitação para todos;
- Continuação de uma política de avaliação que privilegie a avaliação para as aprendizagens;
- Garantir a continuação de momentos simultâneos de avaliação classificativa com descrição das aprendizagens que o aluno já fez, dando sugestões de melhoria;
- Apostar no digital para a avaliação – com construção de novas plataformas que aumentem a eficácia e eficiência da avaliação e produza relatórios automatizados para a comunidade educativa, inspirados nos RIPA.

III. Produção de efeitos

O plano original foi submetido e aprovado no Conselho Geral a 18/07/2019, com o parecer prévio favorável do Conselho Pedagógico a 17/07/2019.

O plano original foi aprovado por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação em 09/08/2019;

A produção de efeitos fez-se de acordo com o previsto no art.º 14º da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho.

IV. Aprovação da adenda

Esta adenda ao plano de inovação teve parecer prévio favorável do Conselho Pedagógico de 08/06/2021 e será submetida a aprovação do Conselho Geral a 15/07/2021.

As páginas seguintes, em anexo, descrevem cada uma das medidas deste Plano de Inovação com mais pormenor, em diferentes aspetos, traduzidos na matriz já adquirida no plano inicial.

I. Anexo I – Calendário Escolar

Designação
Calendário Escolar
Descrição da medida
O calendário de atividades educativas e escolares constitui um elemento indispensável à organização e planificação do ano escolar por cada escola que integra o sistema educativo, de forma a possibilitar o desenvolvimento dos projetos educativos e a execução dos planos anuais de atividades, conciliando também o desenvolvimento do currículo com o interesse das crianças e dos alunos, bem como com a organização da sua vida familiar. O Agrupamento de Escolas de Cristelo, nos termos da portaria que regulamenta o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto –Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no cumprimento da sua missão última de promoção do sucesso de todas as crianças e jovens, e no âmbito do seu plano de inovação, adota nesse contexto regras próprias relativas à organização do ano escolar, consagrando a presente proposta as regras relativas ao funcionamento das atividades educativas e letivas, designadamente o início e termo das mesmas, bem como os períodos de interrupção, o qual respeita o calendário de realização das provas de aferição, das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais, bem como das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário.
Princípios a que obedece a organização do calendário escolar
1. O calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário que integram o Agrupamento de Escolas de Cristelo é o constante do quadro I, organizando-se em 4 períodos de aproximadamente 8 semanas. 2. As interrupções das atividades educativas e letivas são as constantes do quadro II. 3. Os momentos de avaliação são calendarizados no âmbito da autonomia do Agrupamento e concretizados de acordo com a legislação em vigor, não prejudicando, em qualquer caso, o calendário das atividades educativas e letivas e garantindo um número de dias letivos igual ao do calendário dos restantes estabelecimentos públicos de ensino básico e secundário; as reuniões de avaliação realizar-se-ão ao final de cada 8 semanas, sendo o 1.º momento de avaliação apenas descritivo, com um relatório individual das aprendizagens desenvolvidas por cada aluno. Nos restantes momentos (após 16 semanas; após 24 semanas e no final de ano letivo) a avaliação é sempre descritiva (nos moldes anteriores) e classificativa, onde o caráter contínuo da avaliação sumativa é preponderante. 4. Na programação das reuniões de avaliação, o diretor do Agrupamento de Escolas de Cristelo assegura a articulação entre os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico, de modo a garantir o acompanhamento pedagógico das crianças no seu percurso entre aqueles níveis de educação e de ensino. 5. Durante os períodos de interrupção das atividades educativas e após o final do ano letivo serão adotadas medidas organizativas adequadas, em estreita articulação com as famílias e as autarquias, de modo a garantir o atendimento das crianças, nomeadamente através de atividades de animação e de apoio à família.
Público-alvo
Pré-escolar ao ensino secundário.

QUADRO I

Calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino (incluindo pré-escolar) do Agrupamento de Escolas de Cristelo
(apenas possível desenhar em concreto mediante despacho governamental)

e

QUADRO II

Interrupções das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino (incluindo pré-escolar) do Agrupamento de Escolas de Cristelo

Início de atividades letivas	Período de atividades	Interrupção letiva	Interrupções de Natal, Carnaval, Páscoa
13 de setembro	8 semanas	1 semana	Ajustada a fim de garantir o número de dias total de atividades letivas

II. Anexo II – Matrizes curriculares – 2021/2022

1. Designação
Matrizes curriculares
2. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
– Grande dispersão curricular; – Alguma falta de integração curricular e parca articulação curricular em ambiente de aprendizagem; – Necessidade de apropriação das competências chave dos Perfil dos Alunos e das medidas multinível da Educação Inclusiva.
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Melhorar a qualidade do sucesso; – Comprometer a comunidade educativa com a Autonomia e Flexibilidade Curricular; – Envolver a comunidade educativa nas práticas pedagógicas.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada.
5. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
– Reduzir a dispersão curricular; – Criar disciplinas com vista ao desenvolvimento da criatividade; – Aumentar a integração curricular de uma forma explícita e organizacional; – Dar intencionalidade à articulação curricular; – Dar mais espaço e tempo aos alunos e docentes para o desenvolvimento do currículo no contexto do Perfil dos Alunos à Saída de Escolaridade Obrigatória, da Educação para a Cidadania e da Educação Inclusiva.
6. Descrição da medida
1- São propostas as matrizes curriculares dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, constantes nos quadros I, II e III, respetivamente, e as matrizes curriculares dos cursos científico-humanísticos e curso profissional do ensino secundário, constantes nos quadros IV, V, VI e VII. 2- As matrizes curriculares referidas no número anterior contemplam em relação às constantes no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, as seguintes alterações: a) A criação da área curricular Referenciais de Integração Curricular, nos 1º, 2º e 3º ciclos, e da área curricular Projetos de Integração Curricular e Projeto de Empreendedorismo, nos cursos científico-humanísticos e no curso profissional, respetivamente, do ensino secundário, possibilitando a integração curricular, através do agrupamento de disciplinas em quadros de geometria variável; b) A extinção do Apoio ao Estudo, no 1º e 2º ciclos, integrando-o nos Referenciais de Integração Curricular, sem comprometer o seu objetivo; c) A utilização das horas de Complemento à Educação Artística, no 2º ciclo, nos Referenciais de Integração Curricular, reforçando a articulação das Artes com as outras áreas curriculares; d) A alteração das cargas horárias semanais disciplinares, de modo a assegurar o cumprimento do número mínimo de horas por ciclo ou ano, previsto no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho; e) A criação da disciplina <i>Projeto de Cidadania Criativa e Digital</i> do 1º ciclo ao 2º ciclo e <i>Projeto de Cidadania Digital e Artística</i>, no 3º ciclo (incorporando as disciplinas: Criatividade e Inovação (CI) e Cidadania de Intervenção Social (CIS), que aparecem ligadas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e à Educação Artística, nesta reformulação; f) A integração das TIC e da CIS, nos 1º, 2º e 3º ciclos, no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular e da Cidadania de Intervenção Social, nos cursos científico-humanísticos de ensino secundário, no âmbito dos Projetos de Integração Curricular; g) A integração das Atividades de Enriquecimento Curricular, no 1º ciclo, no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular. 3- As matrizes curriculares referidas no número 1 consubstanciam: a) Forte aposta no trabalho experimental, de campo e de resolução de problemas, nomeadamente no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular e dos Projetos de Integração Curricular; b) A aposta no desdobramento, como estratégia organizacional facilitadora do referido em a); c) Uma estratégia organizacional de desdobramento nas disciplinas de Línguas, de Matemática e de Ciências Físico Naturais com objetivos claros: - Permitir o desenvolvimento da componente da oralidade, da leitura e da escrita nas línguas portuguesa e estrangeira; - Possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo e da capacidade de resolução de problemas; - Incrementar a implementação de atividades práticas, laboratoriais, experimentais, de campo e de projeto no ensino das ciências experimentais; - Estimular a avaliação de atividades práticas.

Quadro I

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho)

Ensino básico geral

1.º ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular.

Componentes de currículo		Carga horária semanal (horas)	
		1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos
Português.....		7	7
Matemática.....		7	7
Referenciais de Integração Curricular (a).....		16	14
Estudo do Meio		(3)	(3)
Educação Artística			
(Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música) (b)		(8)	(6)
Educação Física (b)		–	(2)
Inglês			
Atividades de Enriquecimento Curricular (c)...		(5)	(3)
Criatividade e Inovação (d).....		–	(2)
Educação Moral e Religiosa (e).....		(1)	(1)
Total		30 (31)	30 (31)

Projeto de Cidadania Criativa e Digital (f)

(a) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo V, agregando as componentes o currículo elencadas e as Atividades de Enriquecimento Curricular, e incluindo as horas de Apoio ao Estudo e de Oferta Complementar.

(b) Coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, com a carga semanal de 90 minutos, privilegiando os recursos humanos disponíveis, recorrendo a professores dos 2º e 3º ciclos.

(c) A oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, é integralmente incluída no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular.

(d) Disciplina que agrega horas de Estudo do Meio, Educação Artística e Educação Física e se desenvolve nos termos do anexo III.

(e) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

(f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo, com integração das disciplinas de Cidadania de Intervenção Social e Tecnologias de Informação e Comunicação e Criatividade e Inovação.

1º ciclo – Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base a gerir

Nos RIC (Referenciais de Integração Curricular) e na Criatividade e Inovação reside a fatia maior de gestão das matrizes curriculares base a gerir. Refira-se, ainda, que as AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) são totalmente integradas nos RIC. No entanto, as horas das AEC não são contabilizadas para o cálculo da percentagem a gerir.

No 1º ciclo são geridas 11 horas semanais, nos 1º e 2º anos e 13 horas nos 3º e 4º anos durante 30 semanas ao longo do ano, nos termos da Portaria nº 181/2019. Estas 30 semanas correspondem ao total de 34 semanas, deduzidas as 4 semanas temáticas, em que as horas de currículo são geridas integralmente. Na tabela seguinte está explanada a demonstração:

Disciplinas do currículo base e nº de horas a gerir					
	1º ano e 2º ano	Disciplinas criadas no âmbito da autonomia	3º ano e 4º ano		Disciplinas criadas no âmbito da autonomia
Disciplinas	Horas (por semana)		Disciplinas	Horas (por semana)	
Estudo do Meio	3	RIC + Projeto de Cidadania Criativa e Digital	Estudo do Meio	3	RIC
Educação Artística	8		Educação Artística	5	
Educação Física			Educação Física		
Oferta Complementar			Inglês	2	
Apoio ao Estudo			Apoio ao Estudo + Oferta Complementar + Português + Matemática	2	Projeto de Cidadania Criativa e Digital
TOTAL	11		TOTAL	12	
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 11hx30 semanas (34 semanas - 4 semanas temáticas) /750h (nº de horas em 30 semanas)		44,0%	Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 12hx30 semanas (34 semanas - 4 semanas temáticas) /750h (nº de horas em 30 semanas)		48%
Semanas Temáticas (Total do currículo completamente alterado)					
Nº de dias em cada semana				5	
Nº Semanas Temáticas no ano				4	
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir nas semanas temáticas				11,8%	
	1º e 2º ano		3º ano e 4º ano		
Total da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir		56%	60%		

Quadro II

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho)

Ensino básico geral – 2.º ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de currículo	Carga horária semanal (minutos)		
	5.º ano	6.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas:			
Línguas e Estudos Sociais	500	450	950
Português (h)	(200)	(200)	(400)
Inglês (h)	(150)	(100)	(250)
História e Geografia de Portugal	(100)	(100)	(200)
Projeto de Cidadania Criativa e Digital (a)	(50)	(50)	(100)
Matemática e Ciências	300	350	650
Matemática (h)	(200)	(200)	(400)
Ciências Naturais	(100)	(150)	(250)
Educação Artística e Tecnológica.....	200	200	400
Educação Visual e Tecnológica (c)	(100)	(100)	(200)
Educação Musical	(100)	(100)	(200)
Educação Física	100	100	200
Oficina da Leitura (d)	-	50	50
Oficina dos Números (d)	-	50	50
Referenciais de Integração Curricular (e).....			
Português	350	350	700
Inglês			
Francês			
História e Geografia de Portugal			
Matemática			
Ciências Naturais			
Artes e Tecnologias: Tecnologias, Artes Visuais, Dança, Música e Teatro			
Educação Física			
Projeto de Cidadania Criativa e Digital			
Reforço das Aprendizagens			
Educação Moral e Religiosa (f)	(50)	(50)	(100)
Total	1500 (1550)	1550 (1600)	3000 (3100)

(a) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo, com integração das disciplinas de Cidadania e Intervenção Social e Tecnologias de Informação e Comunicação e Criatividade e Inovação e ainda horas de Matemática ou Português e Educação Tecnológica.

(b) A área curricular de Complemento à Educação Artística é integralmente incluída no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular.

(c) Disciplina que agrega Educação Visual e Educação Tecnológica.

(d) Disciplinas que podem usufruir de desdobramento, com recurso a horas de crédito, de modo a promover o desenvolvimento da escrita, da oralidade, do pensamento crítico e criativo e da resolução de problemas

(e) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo V, agregando as componentes do currículo elencadas, em grupos de geometria variável, e incluindo 100 minutos de Apoio ao Estudo e 100 minutos de Complemento à Educação Artística, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Funciona de um modo bimestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. Integra, em 2021/2022 as disciplinas de Projeto de Cidadania Criativa e Digital e Reforço das Aprendizagens (esta com caráter de frequência obrigatório, apenas para os alunos indicados pelos docentes de cada ano)

(f) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

2º ciclo – Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base a gerir

No 5º ano de escolaridade é nos RIC (Referenciais de Integração Curricular), no Projeto de Cidadania Criativa e Digital e na junção das disciplinas de Educação Visual e Educação Tecnológica que reside a gestão das matrizes curriculares base a gerir. No 6º ano, para além destas, ainda são geridas mais duas disciplinas: Oficinas de Escrita e de Números. A disciplina de Criatividade e Inovação, juntamente com as TIC, passarão a ser lecionadas juntamente na disciplina Projeto de Cidadania Criativa e Digital nos dois anos de escolaridade.

São, assim, geridos 500 minutos semanais, no 5º ano e 600 minutos no 6º ano, nos termos da Portaria nº 181/2019 durante 29 semanas ao longo do ano. Estas 29 semanas correspondem ao total de 33 semanas, deduzidas as 4 semanas temáticas, em que as horas de currículo são geridas integralmente. Na tabela seguinte está explanada a demonstração:

Disciplinas do currículo base e nº de horas a gerir			
5º e 6º ano			
Disciplinas	Minutos (por semana)	Disciplinas criadas no âmbito da autonomia	Minutos (por semana)
Português	350	RIC	350
Inglês			
Francês			
HGP			
Matemática			
Ciências Naturais			
Artes e Tecnologias: Artes Visuais, Tecnologias, Dança, Música e Teatro			
Educação Física			
TIC			
Apoio Estudo			
Oferta Complementar	100	Oficinas de Números e Oficina da Leitura (apenas 6º ano)	100
Educação Visual	100	Educação Visual e Tecnológica	100
Educação Tecnológica			
Cidadania e Desenvolvimento	50	Projeto de Cidadania Criativa e Digital	50
TOTAL		5º ano	6º ano
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 500 min. X 29 semanas (33 semanas - 4 semanas temáticas) / (1500 min X 29 semanas)		33,3%	-----
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 600 min. X 29 semanas (33 semanas - 4 semanas temáticas) / (1550 min X 29 semanas)			38,7%
Semanas Temáticas (Total do currículo completamente alterado)			
Nº de dias em cada semana		5	
Nº Semanas Temáticas		4	
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir NAS SEMANAS TEMÁTICAS		5º ano	6º ano
		12,2%	
Total da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir		48,53%	50,91%

Quadro III

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho)

Ensino básico geral

3.º ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de currículo	Carga horária semanal (minutos)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/ Disciplinas:				
Português (g).....	150	150	150	450
Línguas Estrangeiras.....	200	200	200	600
Inglês (g)	(100)	(100)	(100)	(300)
Francês (g)	(100)	(100)	(100)	(300)
Ciências Sociais e Humanas.....	200	200	200	600
História	(100)	(100)	(100)	(300)
Geografia	(100)	(100)	(100)	(300)
Cidadania de Intervenção Social (a)	—	—	—	—
Matemática (g).....	200	200	200	600
Ciências Físico-Naturais.....	250	300	250	800
Ciências Naturais (h)	(100)	(150)	(150)	(400)
Físico-Química (h)	(150)	(150)	(100)	(400)
Educação Artística e Tecnológica (b):	100	100	100	300
Educação Visual	(100)	(100)	(100)	(300)
Educação Física	100	100	100	300
Referenciais de Integração Curricular (c).....				
Português	300	300	300	900
Inglês				
Francês				
História				
Geografia				
Matemática				
Ciências Naturais				
Físico-Química				
Artes e Tecnologias: Tecnologias, Artes Visuais, Dança, Música e Teatro				
Educação Física				
Projeto de Cidadania Digital e Artística (d)				
Educação Moral e Religiosa (e)	(50)	(50)	(50)	(150)
Total	1500 (1550)	1550 (1600)	1500 (1550)	4550 (4700)
Oferta Complementar (f).....	—	—	50 (50)	50 (50)
Oficina da Escrita				

(a) Disciplina que utiliza as horas de Cidadania e Desenvolvimento – lecionada no âmbito dos RIC, integrando o digital e a educação artística.
 (b) A área curricular de Complemento à Educação Artística é integralmente lecionada no âmbito dos Referenciais de Integração Curricular.
 (c) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo V, agregando as componentes do currículo elencadas, em grupos de geometria variável, e incluindo 50 minutos de Oferta Complementar no 8.º ano de escolaridade, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Funciona de um modo bimestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.

(d) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo, com integração das disciplinas de Cidadania de Intervenção Social e Tecnologias de Informação e Comunicação e Educação Artística.

(e) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

(f) Disciplina de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória, com um tempo letivo de 50 minutos.

(g) Disciplinas que podem usufruir de desdobramento, com recurso a horas de crédito, de modo a promover o desenvolvimento da escrita, da oralidade, do pensamento crítico e criativo e da resolução de problemas.

(h) Disciplinas que podem usufruir de desdobramento, sem recurso a horas de crédito, para desenvolvimento de trabalho experimental, nos termos dos normativos legais em vigor.

3º ciclo – Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base a gerir

No 3º ciclo são geridos 350 minutos semanais nos 7º e 8º anos e 400 minutos no 9º ano, nos termos da Portaria nº 181/2019, durante 29 semanas ao longo do ano. Estas 29 semanas correspondem ao total de 33 semanas, deduzidas as 4 semanas temáticas, em que as horas de currículo são geridas integralmente. Na tabela seguinte está explanada a demonstração:

Disciplinas do currículo base e nº de horas a gerir				
		7º ano	8º ano	9º ano
Disciplinas	Disciplinas criadas no âmbito da autonomia	Minutos (por semana)		
Português	RIC	300	300	300
Inglês				
Francês				
História				
Geografia				
Matemática				
Ciências Naturais				
Físico-Química				
Artes e Tecnologias: Artes Visuais, Tecnologias, Dança, Música e Teatro				
TIC				
Educação Física				
Oferta Complementar				
Oficina de Escrita (apenas 9º ano)		0	0	50
Cidadania e Desenvolvimento	Projeto de Cidadania Digital e Artística	50	50	50
7º ano - Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 350 min. X 29 semanas (33 semanas - 4 semanas temáticas) / (1550 min X 29 semanas)		22,6%	21,9%	25,0%
8º ano - Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 350 min. X 29 semanas (33 semanas - 4 semanas temáticas) / (1600 min X 29 semanas)				
9º ano - Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir = 400 min. X 29 semanas (33 semanas - 4 semanas temáticas) / (1600 min X 29 semanas)				
Semanas Temáticas (Total do currículo completamente alterado)				
Nº de dias em cada semana		5		
Nº Semanas Temáticas		4		
Cálculo da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir		12,2%		
		7º ano	8º ano	9º ano
Total da percentagem da carga horária das matrizes curriculares-base que o Agrupamento pretende gerir		34,8%	34,1%	37,2%

Quadro IV

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 226-A/2018 de 7 de agosto)

Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de formação		Carga horária semanal (minutos) (a)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano(b)
Geral:				
Português.....		200	200	---
Língua Estrangeira I (Inglês).....		150	150	---
Filosofia.....		150	150	---
Educação Física.....		150	150	---
Específica:				
Matemática A		250	250	---
Biologia e Geologia		350	350	---
Física e Química A		350	350	---
Opção anual 1		---	---	---
Opção anual 2		---	---	---
Projetos de Integração Curricular (c).....				---
Português				
Inglês				
Filosofia				
Educação Física				
Matemática A				
Biologia e Geologia				
Física e Química A				
Opção anual 1				
Opção anual 2				
Educação Moral e Religiosa (d)		(50)	(50)	---
Total(f)		1620 (1670)	1620 (1670)	---

Cidadania de Intervenção
Social (e)

(a) Carga horária semanal de referência para cada componente de formação, gerida por período letivo.

(b) Oferta não aplicável a 2021/2022.

(c) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo VII, agregando as componentes do currículo elencadas, com recurso a 50 minutos da carga horária semanal de três disciplinas, que variam de período para período. Funciona de um modo bimestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.

(d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

(e) Área de integração curricular transversal, desenvolvida integralmente no âmbito dos Projetos de Integração Curricular.

(f) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior em 20 minutos ao total constante na matriz, cujo produto pelo número de semanas letivas do calendário escolar, será agregado em unidades de 50 minutos, geridas ao longo do ano letivo, em dois períodos, para reforço da específica obrigatória de Matemática A.

Quadro V

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho e da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 226-A/2018 de 7 de agosto)

Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de formação		Carga horária semanal (minutos) (a)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano(b)
Geral:				
Português.....		200	200	---
Língua Estrangeira I (Inglês).....		150	150	---
Filosofia.....		150	150	---
Educação Física.....		150	150	---
Específica:				
Matemática A		250	250	---
Geografia A		300	300	---
Economia A		300	300	---
Opção anual 1		---	---	---
Opção anual 2		---	---	---
Projetos de Integração Curricular (c).....				---
Português	Cidadania de Intervenção Social (e)			
Inglês				
Filosofia				
Educação Física				
Matemática A				
Geografia A				
Economia A				
Opção anual 1				
Opção anual 2				
		(150)	(150)	
Educação Moral e Religiosa (d)		(50)	---	---
Total(f)		1530 (1580)	---	---

(a) Carga horária semanal de referência para cada componente de formação, gerida por período letivo.

(b) Oferta não aplicável a 2021/2022.

(c) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo VII, agregando as componentes do currículo elencadas, com recurso a 50 minutos da carga horária semanal de três disciplinas, que variam de período para período. Funciona de um modo bimestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.

(d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

(e) Área de integração curricular transversal, desenvolvida integralmente no âmbito dos Projetos de Integração Curricular.

(f) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior em 30 minutos ao total constante na matriz, cujo produto pelo número de semanas letivas do calendário escolar, será agregado em unidades de 50 minutos, geridas ao longo do ano letivo, em dois períodos, para reforço da específica obrigatória de Matemática A.

Quadro VI

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 226-A/2018 de 7 de agosto)

Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de formação		Carga horária semanal (minutos) (a)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano(b)
Geral:				
Português.....		200	200	---
Língua Estrangeira I (Inglês).....		150	150	---
Filosofia.....		150	150	---
Educação Física.....		150	150	---
Específica:				
História A		250	250	---
Geografia A		300	300	---
Matemática Aplicada às Ciências Sociais		300	300	---
Opção anual 1		---	---	---
Opção anual 2		---	---	---
Projetos de Integração Curricular (c).....				
Português		Cidadania de Intervenção Social (e)	(150)	(150)
Inglês				
Filosofia				
Educação Física				
História A				
Geografia A				
Matemática Aplicada às Ciências Sociais				
Opção anual 1				
Opção anual 2				
Educação Moral e Religiosa (d)		(50)	(50)	---
Total(f)		1530 (1580)	1530 (1580)	---

(a) Carga horária semanal de referência para cada componente de formação, gerida por período letivo.

(b) Oferta não aplicável a 2021/2022.

(c) Área de integração curricular que se desenvolve nos termos do anexo VII, agregando as componentes do currículo elencadas, com recurso a 50 minutos da carga horária semanal de três disciplinas, que variam de período para período. Funciona de um modo bimestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.

(d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

(e) Área de integração curricular transversal, desenvolvida integralmente no âmbito dos Projetos de Integração Curricular.

(f) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior em 30 minutos ao total constante na matriz, cujo produto pelo número de semanas letivas do calendário escolar, será agregado em unidades de 50 minutos, geridas ao longo do ano letivo, em dois períodos, para reforço da específica obrigatória de História A.

Cálculo da carga horária das matrizes curriculares-base a gerir pela Escola nos cursos Curso Científico-Humanístico:

A – Projetos de Integração Curricular = 150 minutos semanais = 9,5%

B – Semanas temáticas = 12,2%

TOTAL – A + B = 21,7%

Quadro VII

(Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 226-A/2018 de 7 de agosto)

Curso Profissional de Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, o Agrupamento de Escolas de Cristelo organiza o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, de acordo com a seguinte matriz curricular, organizando os tempos letivos em unidades de 50 minutos.

Componentes de formação	Ciclo de formação(a)	Carga horária semanal (tempos de 50 minutos) (b)					
		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
		Min.	Tempos	Min.	Tempos	Min.	Tempos
Sociocultural:	Cidadania de Intervenção Social (f)	384	150	3	150	3	150
Português		264	100	2	100	2	50
Língua Estrangeira I (Inglês)		264	100	2	100	2	100
Área de integração		168	100	2	50	1	
Educação Física		120	50	1	50	1	
Científica (d):	Cidadania de Intervenção Social (f)	240	150	3	150	3	0
Psicologia e Sociologia		240	100	2	100	2	50
História da Cultura e das Artes		120	150	3	0	0	1
Técnica (e):	Cidadania de Intervenção Social (f)	300	100	2	100	2	100
Marketing		270	50	1	100	2	100
Comunicação Publicitária e Criativa		270	100	2	100	2	100
Técnicas e Práticas de Comunicação e Relações Públicas		480	200	4	200	4	200
Comunicação Gráfica e Audiovisual		720	200	4	200	4	500
Formação em contexto de trabalho							10

Projeto de empreendedorismo

Português	Cidadania de Intervenção Social (f)	Tempo sobrança da distribuição em cima	7,9	6 tempos (x36 semanas)	23,7	8 tempos (x34 semanas)	23,7	7 tempos (x36 semanas)
Língua Estrangeira I (Inglês)			30,3		30,3		36,8	
Área de integração			15,8		15,8		15,8	
Educação Física			30,3		40,8			
TIC			28,9		28,9			
Científica (d):			7,9		7,9		36,8	
Psicologia e Sociologia			7,9		28,9			
História da Cultura e das Artes								
Matemática								
Técnica (e):			34,2		30,3		30,3	
Marketing			44,7		30,3		30,3	
Comunicação Publicitária e Criativa					28,9		26,3	
Técnicas e Práticas de Comunicação e Relações Públicas			10,5		10,5		10,5	
Comunicação Gráfica e Audiovisual								
Faltam (tempos 50 min)= (dedicado a apresentação do projeto)				2,42105		4,31579		5,89
Formação em contexto de trabalho							47,4	
Educação Moral e Religiosa (g)			97	50	1	50	1	
Total (h)			3840	1768	31	1676	28	1608
			3937	1376		1307		1254

Tempos gerido na flexibilidade (%)

15,8%

21,6%

20,6%

A estes tempos adiciona-se ainda o tempo das Semanas Temáticas=12,2%

28%

33,8%

32,8%

(a) Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação- tempos de 50 minutos.

(b) Carga horária anual, acautelando o equilíbrio ao longo dos três anos, de forma a otimizar a gestão modular, a formação em contexto de trabalho e o projeto de flexibilidade.

(c) O Agrupamento de Escolas de Cristelo optou pelo desenvolvimento da disciplina de Tecnologia de Informação e Comunicação.

(d) Disciplinas científicas de base no curso profissional de Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

(e) Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) desenvolvidas de acordo com os referenciais de formação do CNQ, observando as orientações da ANQEP para o curso profissional de Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

(f) Componente desenvolvida com o contributo das disciplinas e componentes de formação.

(g) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

(h) A carga horária total da formação varia entre um mínimo de 3100 horas e um máximo de 3440 horas.

III. Anexo III – Disciplina Projeto de Cidadania Digital e Criativa

1. Designação
Projeto de Cidadania Digital e Criativa (PCDigC) – integra CIS + TIC + Criatividade e Inovação
2. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
Incipiente articulação das ações de cidadania de intervenção social, com o digital e criatividade, no sentido de fomentar a formação integral e realização pessoal dos alunos. Dificuldades de apropriação do digital na consecução da aprendizagem; Desafios no trabalho de projeto e na resolução de problemas. [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - relatório final 2018 e 2020]
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Melhorar a qualidade do sucesso; – Comprometer a comunidade educativa com a Autonomia e Flexibilidade Curricular; – Envolver a comunidade educativa nas práticas pedagógicas.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a medida
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; – Promover o exercício de uma cidadania ativa, informada e criativa; – Aprofundamento as aprendizagens essenciais no domínio do digital.
5. Objetivo(s) específicos da medida
– Conhecer e trabalhar a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) Envolver a comunidade educativa na Intervenção Social; – Aumentar a integração curricular de uma forma explícita e organizacional; – Dar intencionalidade à articulação curricular; – Dar mais espaço e tempo aos alunos e docentes para o desenvolvimento do currículo no contexto do Perfil dos Alunos, da Educação para a Cidadania e da Educação Inclusiva. – Desenvolver competências do digital e da robótica ao serviço da aprendizagem e do desenvolvimento de competências: ✓ Identificar a importância da inovação; ✓ Desenvolver e utilizar o seu potencial criativo e de inovação; ✓ Identificar os principais processos criativos; ✓ Saber transformar uma ideia em realidade; ✓ Saber encorajar o espírito criativo na sua equipa.
6. Descrição da medida
Numa estreita articulação com os Referenciais de Integração Curricular, propõe-se a criação da disciplina “Projeto de Cidadania Digital Criativa” (PCDigC), com as seguintes premissas: a) Lecionada pelos docentes das áreas de TIC, Ciências Sociais e/ou Naturais; b) Desenvolver a componente da educação para a cidadania, promoção da saúde, prevenção de comportamentos de risco; competências digitais e desenvolvimento da criatividade; c) Fomentar a ação interventiva nos alunos; d) Potenciar o Papel da Escola de Pais e com Pais; e) Fomentar parcerias – Associações de Pais; ARS Norte; “Rota do Românico”; CESPU; juntas de freguesia, autarquia; Universidade do Porto, entre outras.
7. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver

1- Planeamento		
1º - Atribuição de tarefas aos diferentes responsáveis, em Trabalho Colaborativo.		
2º - Leitura dos relatórios do Observatório da Qualidade sobre esta medida no ano anterior – auscultada a comunidade educativa;		
3º - Criação de uma ferramenta robusta e centralizadora de informação sobre a avaliação formativa (já criada) para feedback aos alunos e pais.		
2- Metodologias e Atividades a desenvolver		
a) Planificação com base na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), Aprendizagens essenciais das TIC e Referencial para a Criatividade;		
b) Elaboração e divulgação dos critérios de avaliação do CIS, TIC e C&I, com descritores articulados com o Perfil dos Alunos;		
c) Atribuição do PCDigC nos horários dos docentes e alunos;		
d) Divulgação dos horários junto da comunidade educativa;		
e) Envolvimento do perito externo.		
8. Público-alvo		
Do pré-escolar ao 3º ciclo		
9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida		
Nº de projetos, por ano de escolaridade, com intervenção social e com foco no digital e criatividade;		
Taxa de alunos com avaliação acima do satisfatório.		
10. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar		
Garantir 2 projetos com intervenção social por ano de escolaridade (ponto de partida – 1º ciclo – todos os anos com projeto de intervenção social; 2º e 3º ciclo – 4 projetos de 5º ao 9º ano);		
Atingir uma taxa igual ou superior a 70% dos alunos com menção igual ou superior a Satisfaz.		
11. Parcerias		
Perito externo;		
Entidades externas, consoante as atividades a desenvolver;		
Associações de Pais;		
Autarquia.		
12. Participantes		
Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Prof. António Alves + Prof. TIC	Prof. Joaquim Teles	DT Assistentes operacionais
13. Cronograma		
Data de início	Data de conclusão	
set. 2021	ago. 2022	

IV. Anexo IV – Referenciais de Integração Curricular (RIC)

1. Designação
Referenciais de Integração Curricular (RIC) (envolve CCAA + GGRIC; Trabalho multidisciplinar e interdisciplinar; Cenários de Aprendizagem; Avaliação de acordo com a diferenciação pedagógica)
2. Áreas/problemas que a medida pretende dar resposta
Predomínio de aprendizagens pouco significativas e pouco sustentadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Pouca integração curricular entre as várias disciplinas; Articulação horizontal entre as disciplinas ainda pouco significativa; Pouco envolvimento da comunidade e parceiros no processo de avaliação dos alunos. [Fontes: Relatórios do Observatório da Qualidade]
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Promover o sucesso dos alunos; – Desenvolver as competências transversais, consignadas do Perfil dos Alunos e na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC); – Promover a integração e a flexibilidade curricular.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a medida
– Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.
5. Objetivo(s) específicos da medida
– Contribuir para a melhoria dos processos de ensino; – Valorizar e promover o espírito crítico, a oralidade, a autocritica, o empreendedorismo e a responsabilidade; – Contribuir para aprendizagens mais abrangentes; – Promover a Resolução de Problemas de Forma Criativa - CPS, trabalhando essencialmente com Cenários de Aprendizagem; – Potenciar o trabalho colaborativo; – Promover a gestão flexível do currículo; – Promover a avaliação formativa; – Promover a criação de dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno; – Contribuir para a diferenciação pedagógica; – Promover o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar; – Aplicar técnicas de inovação tecnológica, sobretudo no âmbito da criatividade.
6. Descrição da medida
Esta medida consagra e articula com: Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC) – Gabinete que gere toda a dinâmica dos RIC, no âmbito do PI – inclui alunos, pessoal não docente, encarregados de educação e docentes. Conselhos de Comunidade de Aprendizagem e Avaliação (CCAA) – conselhos que se constituem para avaliar os alunos na sua frequência dos RIC – inclui alunos (através da auto e heteroavaliação); docentes; parceiros da comunidade (desde EE; técnicos; autarquia; pessoal não docente; perito externo; ...) que tenham sido envolvidos no processo educativo. Semana Temática - Formalização e sistematização da avaliação formativa e de todos os processos inovadores utilizados nos Referenciais de Integração Curricular – momento privilegiado de interação com a comunidade e de feedback às famílias. Criação de quatro Referenciais de Integração Curricular: <i>Eco-cozinha Pedagógica</i>, <i>Nós e a Europa</i>, <i>Entr'Artes</i> e <i>Jogos Olímpicos 2040</i>. Tal como a nomenclatura infere, pretende-se promover a integração curricular, a diferenciação pedagógica, fortalecer e intensificar o trabalho colaborativo, tanto ao nível da interação dos vários agentes educativos na avaliação, como, ao nível do processo educativo, na sala de aula, inovando nas metodologias e práticas pedagógicas, para além de intensificar as metodologias STEAM.
7. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver

3- Planeamento

O ano letivo é dividido em 4 turnos em que cada turno tem 8 semanas; o final de cada turno culmina numa Semana Temática, havendo assim, 4 Semanas Temáticas;

Em cada ano de escolaridade são constituídos 4 grupos de alunos, sendo estes constituídos por alunos de todas as turmas desse ano.

Todos os alunos frequentam todos os RIC mas em períodos de tempo (turnos) diferentes.

Os alunos selecionam em cada turno o RIC em que querem participar. Assim, selecionam o currículo que pretendem desenvolver, resultando numa gestão individual do mesmo.

4- Metodologias e Atividades a desenvolver

Promover a Resolução de Problemas de Forma Criativa - CPS, trabalhando essencialmente com Cenários de Aprendizagem;

Promover atividades mais práticas;

Trabalhar o conhecimento como um todo, e não dividido pelas várias disciplinas.

8. Público-alvo

Todos os alunos e todos os grupos disciplinares.

9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas;

Taxa de sucesso nas várias disciplinas;

Grau de melhoria nas competências chave do Perfil dos Alunos.

10. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

Aproximar das taxas de retenção zero;

Atingir um grau de satisfação nestas metodologias superior a 80% nos diversos agentes educativos;

Atingir um valor superior a 60% de alunos com competências desenvolvidas ⁽¹⁾ no domínio da oralidade, do pensamento crítico e criativo e da resolução de problemas.

⁽¹⁾ Considera-se que as competências estão desenvolvidas desde que os alunos estejam no patamar igual ou superior a “adquirido” (nível igual ou superior a 3).

11. Parcerias

Câmara Municipal de Paredes;

Centro de Saúde de Cristelo;

Empresas locais;

Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas do Agrupamento de Cristelo;

Bombeiros Voluntários de Paredes.

12. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador da ação	Coordenadores de ano		
Prof. Armando Pereira	Prof. Jorge Pinto	1º Ciclo	Prof. Joaquim Teles	
		2º e 3º Ciclos	5º ano	A designar
			6º ano	A designar
			7º ano	A designar
			8º ano	A designar
			9º ano	A designar

Para além disso, cada RIC é lecionado por uma equipa de professores, de acordo com as disciplinas que estão envolvidas.

V. Anexo V – Semanas Temáticas

1. Designação
Semanas Temáticas
2. Áreas/problemas que a ação pretende dar resposta
– Alguma falta de integração curricular; – Necessidade de apropriação das competências chave do Perfil dos Alunos e da intervenção multinível na Educação Inclusiva; – Parca articulação curricular em ambiente de aprendizagem; – Necessidade de capacitação entre pares de práticas pedagógicas relacionadas com a Criatividade e com a Resolução de Problemas; – Incipientes práticas de avaliação formativa; – Necessidade de aposta na pedagogia diferenciada e em currículos individuais. [Fonte: Observatório da Qualidade (OQ) - Relatório final 2018]
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Melhorar a qualidade do sucesso; – Comprometer a comunidade educativa com a Autonomia e Flexibilidade Curricular; – Envolver a comunidade educativa nas práticas pedagógicas.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a ação de melhoria
– Garantir a inclusão de todos os alunos; – Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada.
5. Objetivo(s) específicos da ação de melhoria
– Aumentar a integração curricular de uma forma explícita e organizacional; – Dar intencionalidade à articulação curricular; – Dar mais espaço e tempo aos alunos e docentes para o desenvolvimento do currículo no contexto do Perfil dos Alunos, da Educação para a Cidadania e da Educação Inclusiva; – Criar momentos nos horários de docentes e alunos em comum para potenciar a avaliação formativa; – Dar uma diferente leitura do currículo orientada pelo Perfil dos Alunos, pelo Referenciais de Integração Curricular e pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).
6. Descrição da medida
As Semanas Temáticas (ST) são uma medida organizacional do calendário escolar com forte preocupação pedagógica e grande participação de toda a comunidade educativa. As ST organizam-se de acordo com os 4 RIC (Anexo V) e com o calendário escolar (Anexo I), tendo lugar a cada 8 semanas de aulas. Nessas ST todos os alunos têm o horário igual e o seu currículo é elaborado de acordo com as competências chave do Perfil dos Alunos, RIC e Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e não pelas disciplinas regulares do currículo. Ainda nestas ST, os alunos são desafiados a participar em várias atividades em que os mesmos deverão demonstrar as aprendizagens adquiridas, com explícita aplicação do pensamento crítico e criativo, expressão oral e a resolução de problemas, através de cenários de aprendizagens desenvolvidos e as ações de êxito do INCLUD-ED. Finalmente nestas ST marca-se a finalização de cada RIC, a sua avaliação e o início de outro, com escolha por parte dos alunos.
9. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver

5- Planeamento

- 1º - Atribuição de tarefas aos diferentes responsáveis, em Trabalho Colaborativo;
- 2º - Leitura dos relatórios do Observatório da Qualidade sobre esta medida no ano anterior – auscultada a comunidade educativa;
- 3º - Análise do calendário escolar;
- 4º - Organização das ST nos horários do calendário escolar e sua aprovação em sede de PAA, com envolvimento da comunidade educativa, designadamente Associações de Pais;
- 5º - Criação de uma ferramenta robusta e centralizadora de informação sobre a avaliação formativa (já criada) para feedback aos alunos e pais.

6- Metodologias e Atividades a desenvolver

- f) Planificação das disciplinas e dos RIC para as Semanas Temáticas;
- g) Elaboração dos horários de docente e alunos para as ST, de acordo com a planificação prévia das diferentes disciplinas;
- h) Divulgação dos horários junto da comunidade educativa;
- i) Explicação em pormenor dos horários aos alunos;
- j) Marcação dos momentos de avaliação formativa dos RIC;
- k) Escolha do novo RIC por parte dos alunos;
- l) Envolvimento do perito externo;
- m) Avaliação da ST.

10. Público-alvo

Do pré-escolar ao secundário

11. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas durante as ST;

Taxa de incidência das atividades inovadoras⁽¹⁾ face ao total de atividades pedagógicas desenvolvidas.

⁽¹⁾ Tertúlias; Grupos interativos; Criatividade; Resolução de problemas; trabalho inter pares; Cidadania de Intervenção Social; apresentações em público; Atividades com uso das tecnologias (Google Earth, GPS; Kahoot; Mentimeter; Padlet...), face ao total de atividades pedagógicas desenvolvidas.

12. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

Atingir um grau de satisfação da comunidade educativa igual ou superior a 75%;

Atingir uma taxa de incidência das atividades inovadoras igual ou superior a 70%.

13. Parcerias

Perito externo;
Entidades externas, consoante as atividades a desenvolver;
Associações de Pais;

Autarquia;
Empresas de transportes.

14. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)
Prof. Luís Dantas	Profª. Cátia Santos	Subcoordenadores dos RIC DT Assistentes operacionais

15. Cronograma

Nº da Semana Temática	Período
1ª Semana Temática	Última semana após 8 semanas de atividades letivas (De acordo com o calendário escolar)
2ª Semana Temática	
3ª Semana Temática	
4ª Semana Temática	

VI. Anexo VI - Gabinete de Gestão dos RIC (GGRIC) e Conselhos de Comunidade de Aprendizagem e Avaliação (CCAA)

1. Designação
Gabinete de Gestão dos RIC e Conselhos de Comunidades de Aprendizagem e Avaliação
2. Áreas/problemas que a medida pretende dar resposta
Pouca integração curricular entre as várias disciplinas; Articulação horizontal entre as disciplinas ainda pouco significativa; Pouco envolvimento da comunidade e parceiros no processo de avaliação dos alunos. [Fontes: Relatórios do Observatório da Qualidade]
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Promover o sucesso dos alunos; – Desenvolver as competências transversais, consignadas no Perfil dos Alunos e na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) – Promover a integração e a flexibilidade curricular; – Comprometer a comunidade educativa com a Autonomia e Flexibilidade Curricular; – Envolver a comunidade educativa nas práticas pedagógicas e nos processos de autoavaliação, através de mecanismos de autorregulação.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a medida
– Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
5. Objetivo(s) específicos da medida
– Promover a avaliação formativa; – Incrementar as dinâmicas de gestão curricular e pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente; – Aprofundar a participação dos alunos na elaboração dos documentos estruturantes; – Garantir a cooperação de pais ou encarregados de educação e de outros parceiros da comunidade.
6. Descrição da medida
Gabinete de Gestão dos RIC (GGRIC) – Gabinete que gere toda a dinâmica dos RIC, no âmbito do PIP – é constituído pelos docentes que são subcoordenadores RIC, cooptados por ciclo de escolaridade, e por representantes dos alunos, dos encarregados de educação e do pessoal não docente, assegurando a coordenação e articulação de todos os intervenientes. Conselhos de Comunidades de Aprendizagem e Avaliação (CCA) – conselhos que se constituem para avaliar os alunos na sua frequência dos RIC – incluem alunos (através da auto e heteroavaliação); docentes; parceiros da comunidade (desde EE; técnicos; autarquia; pessoal não docente; perito externo; ...) que tenham sido envolvidos no processo educativo.
7. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
7- Planeamento 1º - Constituição do GGRIC, assegurando que na sua composição estão representados alunos, pessoal não docente, encarregados de educação e docentes; 2º - Atribuição nos horários dos docentes de horas de subcoordenação dos RIC em articulação com os Coordenadores Pedagógicos, por ano; 3º - Prever nos horários dos docentes momentos comuns destinados à articulação e partilha. 3º - Constituição dos CCAA, aquando dos momentos de avaliação (ver Anexo I); 4º - Criação de uma ferramenta robusta e centralizadora de informação sobre a avaliação formativa (já criada) para feedback aos alunos e pais. 8- Metodologias e Atividades a desenvolver a) Realizar reuniões regulares do GGRIC, para monitorizar a implementação dos RIC; b) Realizar, por intermédio dos subcoordenadores RIC, o acompanhamento dos RIC; c) Marcar os momentos de avaliação formativa dos RIC;

- d) Assegurar a presença de parceiros da comunidade que tenham sido envolvidos no processo educativo nos CCAA;
e) Monitorizar os processos e os resultados da avaliação formativa realizada no âmbito dos CCAA (OQ);
f) Envolvimento do perito externo na avaliação global da medida.

8. Público-alvo

Toda a comunidade educativa.

9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas.

10. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

Atingir um grau de satisfação da comunidade educativa igual ou superior a 75%.

11. Parcerias

Perito externo;
Entidades externas, consoante as atividades a desenvolver;
Associações de Pais;
Autarquia.

12. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)	Subcoordenador	Participantes (equipa operacional)	
Prof. Armando Pereira	Prof. Jorge Pinto	Subcoordenadores RIC	Outros membros do GGRIC a designar

13. Cronograma

Data de início	Data de conclusão
set. 2021	ago. 2022

VII. Anexo VII – Projetos de Integração Curricular (PIC)

1. Designação
Projetos de Integração Curricular (PIC)
2. Áreas/problemas que a medida pretende dar resposta
Predomínio de aprendizagens pouco significativas e pouco sustentadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Pouca integração curricular entre as várias disciplinas; Articulação horizontal entre as disciplinas ainda pouco significativa; Pouco envolvimento da comunidade e parceiros no processo de avaliação dos alunos. [Fontes: Relatórios do Observatório da Qualidade]
3. Objetivo(s) gerais do Projeto Educativo que enquadram a medida
– Promover o sucesso dos alunos; – Desenvolver as competências transversais, consignadas do Perfil dos Alunos e na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC); – Promover a integração e a flexibilidade curricular.
4. Objetivo(s) gerais do PPM que se pretendem alcançar com a medida
– Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; – Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; – Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.
5. Objetivo(s) específicos da medida
– Contribuir para a melhoria dos processos de ensino; – Valorizar e promover o espírito crítico, a oralidade, a autocrítica, o empreendedorismo e a responsabilidade; – Contribuir para aprendizagens mais abrangentes; – Promover a Resolução de Problemas de Forma Criativa - CPS, trabalhando essencialmente com desenvolvimento de projetos; – Potenciar o trabalho colaborativo; – Promover a gestão flexível do currículo; – Promover a avaliação formativa; – Promover a criação de dinâmicas de sala de aula inovadoras, centradas no aluno; – Contribuir para a diferenciação pedagógica; – Promover o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar; – Aplicar técnicas de inovação tecnológica, sobretudo no âmbito da criatividade.
6. Descrição da medida
Esta medida consagra e articula com: Gabinetes de Gestão dos RIC (GGRIC) – Gabinete que gere toda a dinâmica dos RIC, no âmbito do PI – inclui alunos, pessoal não docente, encarregados de educação e docentes. Semana Temática - Momento privilegiado de apresentação do projeto à comunidade educativa e de feedback às famílias. Criação de quatro Projetos de Integração Curricular, um por cada período, com o mínimo de três disciplinas envolvidas (garantindo a participação de cada disciplina em, pelo menos, um projeto). Tal como a nomenclatura infere, pretende-se promover a integração curricular, a diferenciação pedagógica, fortalecer e intensificar o trabalho colaborativo em sala de aula, inovando nas metodologias e práticas pedagógicas, promover o desenvolvimento de projetos.
7. Principais estratégias, metodologias e atividades a desenvolver
1- Planeamento Cada Conselho de Turma define os projetos a concretizar e as disciplinas que, em cada período, os dinamizam, podendo haver, no máximo, quatro projetos diferentes em cada ano letivo (se houver necessidade, um projeto pode desenvolver-se em dois períodos letivos).

2- Metodologias e Atividades a desenvolver

Promover o desenvolvimento de trabalho de projeto;

Promover atividades mais práticas;

Trabalhar o conhecimento como um todo, e não dividido pelas várias disciplinas.

8. Público-alvo

Todos os alunos do ensino secundário e todos os grupos disciplinares.

9. Indicadores de monitorização e meios de verificação da execução e eficácia da medida

Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas;

Taxa de sucesso nas várias disciplinas;

Grau de melhoria nas competências chave do Perfil dos Alunos.

10. Resultado(s) esperado (meta) a alcançar

Aproximar das taxas de retenção zero;

Atingir um grau de satisfação nestas metodologias superior a 80% nos diversos agentes educativos;

Atingir um valor superior a 60% de alunos com competências desenvolvidas. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Considera-se que as competências estão desenvolvidas desde que os alunos estejam no patamar igual ou superior a “adquirido” (nível igual ou superior a 3).

11. Parcerias

Câmara Municipal de Paredes;

Centro de Saúde de Cristelo;

Empresas locais;

Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas do Agrupamento de Cristelo;

Instituições do Ensino Superior;

Bombeiros Voluntários de Paredes.

12. Participantes

Coordenador da ação (assento CP)

Subcoordenador da ação

Subcoordenador de cada PIC

Prof. Armando Pereira

Prof. Jorge Pinto

Diretor de Turma de cada turma do secundário

13. Cronograma

Data de início

Data de conclusão

set. 2021

ago. 2022

ANEXO H

Atualizado em 20 de setembro de 2019

Plano de Estudos e Desenvolvimento Curricular

PLANO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

1. INTRODUÇÃO

Este documento, e dado o contexto particular de mudança em que foi elaborado, pretende constituir-se, essencialmente, como uma referência de natureza mais prática para a orientação da ação educativa neste Agrupamento de Escolas. Trata-se de um projeto aberto ao enriquecimento com o envolvimento de toda a comunidade educativa, e logo, sujeito à introdução de alterações propostas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar, quer devido ao surgimento de novos projetos, quer pela introdução de novas orientações no funcionamento do sistema educativo.

Nesta perspetiva, o Plano de Estudos do Agrupamento de Escolas de Cristelo enquadra-se numa conceção de escola que privilegia a participação de todos os intervenientes no processo educativo. O desafio consiste na capacidade de articular saberes, baseado na reflexão e análise em função do meio escolar e do contexto social e económico envolvente. Este é o documento orientador da ação, estando-lhe subjacente a ideia de construção em permanência, em função da avaliação a que será sujeito periodicamente.

O Plano de Estudos do Agrupamento de Escolas de Cristelo pretende consubstanciar a aplicação dos princípios orientadores definidos pelo artigo 4º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, no que respeita à organização, gestão do currículo e avaliação no Ensino Básico, em articulação com o Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) e constitui a matriz para a posterior elaboração do Plano de Turma (PT).

Este documento visa, ainda, responder ao desiderato plasmado no artº 18º do DL 55/2018 de 3 de agosto, tendo em conta:

- a) O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- b) As aprendizagens Essenciais;
- c) Os demais documentos curriculares, de acordo com as opções tomadas ao nível da consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais.

A este nível importa lembrar a inclusão do Agrupamento no Programa TEIP e no PI, consagrando a autonomia pedagógica, que tem permitido elaborar documentos estruturantes que concretizam os princípios orientadores previstos no Decreto-lei nº 55/2018, de 6 de julho. Tais documentos curriculares estruturantes, que enformam este,

são: i) Planificação dos Referenciais de Integração Curricular; ii) Estratégia do Agrupamento da Educação para a Cidadania.

Importa, igualmente, esclarecer que por currículo se entende o conjunto de conteúdos e objetivos que, devidamente articulados, constituem a base da organização do ensino e da avaliação do desempenho dos alunos. Sendo assim, o desenvolvimento deste documento, para além de atender aos princípios gerais do PEA, terá necessariamente como padrão referencial os programas das disciplinas e áreas curriculares disciplinares, adequados às opções do Agrupamento, devendo, para tal:

- ✓ definir as prioridades curriculares, adaptadas às características das turmas, através de programas próprios, a desenvolver pelos professores titulares de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos;
- ✓ constituir o suporte para a elaboração dos PT;
- ✓ conter:
 - as opções curriculares do Agrupamento: áreas disciplinares e disciplinas, carga horária semanal de cada uma das disciplinas, atividades de enriquecimento do currículo, apoio ao estudo, oferta complementar, ...;
 - os critérios de avaliação gerais.

O Plano de Estudos pretende, ainda, dar resposta aos problemas reais da Escola, integrando e generalizando a ação dos diversos intervenientes e tornar a ação pedagógica mais informada e esclarecida.

Destarte, este plano será articulado com o Regulamento Interno (RI) e com o Plano Anual de Atividades (PAA), propondo-se serem estes os documentos de operacionalização do Projeto Educativo.

Finalmente, foi elaborado um Guião de Orientação Estratégica (GOE), com o objetivo de resumir toda a informação aqui produzida, a fim de ser fácil consulta para a comunidade educativa.

2. IDENTIFICAÇÃO DO AGRUPAMENTO

NÍVEIS/OFERTAS DE ENSINO	ESTABELECIMENTO
JI/1º Ciclo	EB Sobrosa
	EB Duas Igrejas
2º e 3º Ciclos e Secundário	E.B. 2,3 e Secundário de Cristelo

3. PRIORIDADES EDUCATIVAS

Na linha do que é emanado do Projeto Educativo, no contexto do Projeto-piloto de Inovação Pedagógica (PIP), as principais prioridades do Agrupamento são:

- ✓ Melhorar a qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo dos alunos, tendendo para a retenção zero.
- ✓ Combater o abandono escolar e as saídas precoces do sistema educativo;
- ✓ Aumentar a interação escola-família-comunidade, como polo aglutinador de complemento de aprendizagens;
- ✓ Monitorizar/avaliar, através da criação de planos de melhoria, considerando indicadores de qualidade.

4. PLANEAMENTO DO CURRÍCULO

NO CONTEXTO DOS NORMATIVOS LEGAIS EM VIGOR, MORMENTE O QUE REGE OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA E O QUE ESTABELECE O CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO – DECRETO-LEI Nº 54/2018 E DECRETO-LEI Nº 55/2018, AMBOS DE 6 DE JULHO – IMPORTA CLARIFICAR OS CONCEITOS REFERIDOS NESSES NORMATIVOS E QUE INFLUEM NO PLANEAMENTO CURRICULAR AQUI PROPOSTO.

O novo enquadramento do diploma e as mudanças que implica na organização da escola, na tomada de decisões e na ação educativa, requer um entendimento comum a nível concetual e terminológico por parte dos atores envolvidos no ato educativo.

De entre as definições constantes no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, importa destacar as que se prendem com as medidas de gestão curricular a desenvolver com vista ao sucesso educativo de cada aluno:

DESTE MODO, O CURRÍCULO DO PRÉ-ESCOLAR AO 3º CICLO, CARACTERIZA-SE, CONCRETAMENTE, PELAS SEGUINTE MEDIDAS¹:

4.1. MEDIDAS UNIVERSAIS

As medidas universais correspondem às respostas que a escola mobiliza para todos os alunos de forma a promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Estas medidas consideram a individualidade de todos e de cada um dos alunos através da implementação de ações e estratégias integradas e flexíveis. A abordagem multinível informa a atuação

¹ Esta caracterização adapta os conceitos referidos nos normativos referidos à realidade concreta do agrupamento. Tal caracterização deve atender tais conceitos.

em áreas específicas como sejam a promoção de comportamento pró-social ou/e intervenção com foco académico numa perspetiva alargada e compreensiva de escola. O desenho universal para aprendizagem é particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula.

As Medidas Universais de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 8.º) são:

- a) A diferenciação pedagógica;
- b) As acomodações curriculares;
- c) O enriquecimento curricular;
- d) A promoção do comportamento pró-social;
- e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

4.2. MEDIDAS SELETIVAS

As medidas seletivas dirigem-se a alunos que evidenciam necessidades de suporte à aprendizagem que não foram supridas pela aplicação de medidas universais. **A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração de relatório técnico-pedagógico, pela equipa multidisciplinar.**

As adaptações curriculares não significativas não comprometem as aprendizagens essenciais nem as competências previstas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, bem como as aprendizagens previstas no perfil profissional das ofertas de dupla certificação do Catálogo Nacional de Qualificações.

A monitorização e avaliação da eficácia destas medidas é realizada pelos responsáveis da sua implementação, conforme o previsto no relatório técnico-pedagógico.

As Medidas Seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 9.º) são:

- a) Os percursos curriculares diferenciados;
- b) As adaptações curriculares não significativas;
- c) O apoio psicopedagógico;
- d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
- e) O apoio tutorial.

4.3. MEDIDAS ADICIONAIS

As medidas adicionais têm como objetivo colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, devendo ser explicitadas no relatório técnico-pedagógico.

A mobilização destas medidas só deve ser efetuada depois da demonstração, fundamentada no relatório técnico-pedagógico, da insuficiência das medidas universais e seletivas.

Os responsáveis pela implementação das medidas adicionais monitorizam e avaliam a eficácia das mesmas.

As Medidas Adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 10.º) são:

- a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- b) As adaptações curriculares significativas;
- c) O plano individual de transição;
- d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Sempre que sejam propostas **adaptações curriculares significativas**, ou seja, as que têm impacto nas competências e nas aprendizagens a desenvolver no quadro dos documentos curriculares em vigor, implicando a introdução de outras substitutivas, **deve ser elaborado um programa educativo individual**.

Para os alunos com as medidas:

- i) adaptações curriculares significativas;
- ii) desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e
- iii) desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social

é garantida, no **centro de apoio à aprendizagem**, uma resposta que complemente o trabalho realizado em sala de aula ou noutro contexto educativo.

Para estes alunos poderão ser mobilizadas, cumulativamente, medidas dos três níveis apresentados, ou ainda de algumas medidas de forma temporária.

4.4.ACOMODAÇÕES CURRICULARES

Medidas de gestão escolar curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo.

4.4.1. ADAPTAÇÕES CURRICULARES NÃO SIGNIFICATIVAS

As medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações a nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de

objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

4.4.2. ADAPTAÇÕES CURRICULARES SIGNIFICATIVAS

As medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal.

Estas definições inserem-se numa abordagem que tem como finalidade garantir o acesso ao currículo, entendido numa conceção abrangente que inclui, para além dos conteúdos programáticos, questões referentes à organização do espaço e do tempo, equipamentos, estratégias, atividades, avaliação, entre outros. A promoção de melhores aprendizagens e o desenvolvimento de competências assentam na flexibilidade curricular e ainda no exercício efetivo de autonomia por parte das escolas. Neste sentido é importante dar voz a cada aluno e respeitar os seus interesses e aptidões, por forma a construir percursos curriculares que aumentem os seus níveis de participação e lhes permitam experienciar efetivamente o sucesso educativo e pessoal.

5. Desenho Curricular

5.1. PRÉ-ESCOLAR

ÁREAS DE CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA LETIVA SEMANAL
Área da Formação Pessoal e Social ✓ Socialização	25h
Área de Expressão e Comunicação ✓ Domínio das Expressões: - Expressão Motora - Expressão Dramática - Expressão Plástica - Expressão Musical ✓ Domínio da Linguagem Oral e Abordagem da Escrita ✓ Domínio da Matemática	
Área de Conhecimento do Mundo	

5.2. PRIMEIRO CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DISCIPLINARES DE FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA		CARGA HORÁRIA SEMANAL (H)	
			1º E 2º ANO	3º E 4º ANO
	✓ Português		7	7
	✓ Matemática		7	7
	✓ Estudo do Meio	Referenciais de Integração Curricular (RIC) ^{a)}	3	3
	✓ Educação Artística		5	5
	✓ Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e			
	✓ Educação Física			
	✓ Apoio ao estudo		3	3
	✓ Oferta complementar			
	✓ Inglês		---	2
			Total de 25h	Total de
	ÁREA CURRICULAR DE FREQUÊNCIA FACULTATIVA ^(c)			
	Educação Moral e Religiosa		1h	1h
	Total		1500 min.	1500 min.
	ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR ^(b)			

(a) Visa apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, desenvolver competências incluídas no perfil dos alunos, lecionando as disciplinas referidas de forma integrada, recorrendo, sempre que possível, a metodologias colaborativas de aprendizagem.

(b) Atividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 8º do Despacho nº 9265-B/2013. As atividades (Atividades Lúdicas e de Animação e Brinc'arte) são promovidas pela autarquia.

(c) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho e ponto 4, artigo 9º do Despacho nº 9265-B/2013.

No que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), a sua duração semanal é a seguinte:

ÁREA	1º E 2º ANO	3º E 4º ANO
Atividades Lúdicas e de Animação	180 min	120 min.
Brincarte	120 min.	60 min.

5.3. SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS

Componente do currículo		Carga horária semanal – 50 minutos –		
		TL/Minutos (a)		
DL 55/2018 de 6 de julho e Desp. 3721/2017 de 3 de maio		2018/2019		Total do ciclo
		5º Ano	6º Ano	
Áreas Disciplinares	Línguas e Estudos Sociais	12	12	24
	Português (b) (c)	5	5	10
	RIC (Port.)	1	1	2
	Inglês (b)	2	2	4
	RIC (Inglês)	1	1	2
	HGP (c)	2	2	4
	RIC (HGP)	1	1	2
	Matemática e Ciências	9	9	18
	Matemática (d)	5	5	10
	RIC (Matemática)	1	1	2
	Ciências Naturais ©	2	2	4
	RIC (CN)	1	1	2
	Educação Física	3	3	6
	Educação Física	2	2	4
	RIC (Educação Física)	1	1	2
	Expressões	8	8	16
	EDV	2	2	4
	ETL	1	1	2
	RIC (ETL)	1,5	1,5	3
	EDM	2	2	4
	RIC (EDM)	0,5	0,5	1
	RIC (CIS)	0,5	0,5	1
	RIC (CC)	0,5	0,5	1
	Educação Moral e Religiosa (facultativa) (g)	1	1	2
	Tempo a cumprir	33	33	66

(a) Carga letiva semanal em tempos de 50 minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) As disciplinas de Português e Inglês terão um dos tempos para Oficina da escrita e oralidade, respetivamente, com recurso **2h de Apoio ao Estudo**.

(c) As disciplinas de Português, HGP e CN (5ºe 6º ano) deverão articular com “Desenvolvimento de Projetos Multidisciplinares – DPM” (alínea e), numa vertente de incentivo à criatividade, cidadania e retórica, contribuindo para o Perfil do Aluno para o século XXI. Para tal, a disciplina de Português terá **mais um tempo** das horas de **Apoio ao Estudo**.

(d) Inclui **mais um tempo**, com recurso ao crédito, para resolução de problemas.

(e) Atividades a desenvolver em formato de oficinas, em continuidade do 1º ciclo. O DPM inclui **mais 1 tempo**, com recurso às horas do **Apoio ao Estudo**. Pretende-se uma articulação com as restantes disciplinas, integrando ações que promovam, de forma transversal, a educação artística, a educação para a cidadania e a valorização do mundo ambiental. Estas atividades deverão integrar componentes de trabalho de projeto, com as tecnologias de informação e comunicação, que desenvolvam o empreendedorismo e promovam a criação de hábitos e métodos de trabalho. Pretende-se, ainda, que o DPM tenha o seu aprofundamento no 3º ciclo, através do Laboratório de Aprendizagem e as Expressões.

(f) Disciplina criada com recurso ao crédito (Oferta complementar), que deverá articular com a DPM e as Assembleias de Alunos. Deverá ser lecionada pelo docente de HGP ou CN.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

Componente do currículo		Carga horária semanal – 50 minutos –			
		TL/Minutos (a)			
		2018/2019			Total do ciclo
DL 55/2018 de 6 de julho e Desp. 3721/2017 de 3 de maio		7º Ano	8º Ano	9º Ano	
Áreas Disciplinares	Línguas e Estudos Sociais	17	17,5	16	50,5
	Português (b) (c)	3	3	3	9
	Of. Esc. (Port)	1	1		2
	RIC (Port.)	1	1	1	3
	Inglês (b)	2	2	2	6
	Of. Oralidade (Ing)	1	1	1	3
	RIC (Inglês)	1	1	1	3
	Francês	2	2	2	6
	RIC (Fran)		0,5		0,5
	Geografia	2	2	2	6
	RIC (Geografia)	1	1	1	3
	HISTÓRIA	2	2	2	6
	RIC (HIST)	1	1	1	3
	Matemática e Ciências	11	11	11	33
	Matemática (d)	4	4	4	12
	RIC (Matemática)	1	1	1	3
	Ciências Naturais ©	2	2	2	6
	RIC (CN)	1	1	1	3
	CFQ	2	2	2	6
	RIC (CFQ)	1	1	1	3
	Educação Física	3	3	3	9
	Educação Física	2	2	2	6
	RIC (Educação Física)	1	1	1	3
	Expressões	5	5	5	10
	EDV	2	2	2	4
	ARTES	2	2	2	6
	RIC (CIS)	0,5	0,5	0,5	1,5
	RIC (CC)	0,5	0,5	0,5	1,5
	Educação Moral e Religiosa (facultativa) (g)	1	1	1	2
	Tempo a cumprir	34	34,5	33	67

(a) Carga letiva semanal em tempos de 50 minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) As disciplinas de Português e Inglês terão um dos tempos para Oficina da escrita e oralidade, respetivamente, com recurso **2h de Apoio ao Estudo**.

(c) As disciplinas de Português, HGP e CN (5ºe 6º ano) deverão articular com “Desenvolvimento de Projetos Multidisciplinares – DPM” (alínea e), numa vertente de incentivo à criatividade, cidadania e retórica, contribuindo para o Perfil do Aluno para o século XXI. Para tal, a disciplina de Português terá **mais um tempo** das horas de **Apoio ao Estudo**.

(d) Inclui **mais um tempo**, com recurso ao crédito, para resolução de problemas.

(e) Atividades a desenvolver em formato de oficinas, em continuidade do 1º ciclo. O DPM inclui **mais 1 tempo**, com recurso às horas do **Apoio ao Estudo**. Pretende-se uma articulação com as restantes disciplinas, integrando ações que promovam, de forma transversal, a educação artística, a educação para a cidadania e a valorização do mundo ambiental. Estas atividades deverão integrar componentes de trabalho de projeto, com as tecnologias de informação e comunicação, que desenvolvam o empreendedorismo e promovam a criação de hábitos e métodos de trabalho. Pretende-se, ainda, que o DPM tenha o seu aprofundamento no 3º ciclo, através do Laboratório de Aprendizagem e as Expressões.

(f) Disciplina criada com recurso ao crédito (Oferta complementar), que deverá articular com a DPM e as Assembleias de Alunos. Deverá ser lecionada pelo docente de HGP ou CN.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

6. DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE REFERENCIAIS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR (RIC)

Os Referenciais de Integração Curricular (RIC) dispõem-se a integrar várias disciplinas simultaneamente, a fim dos alunos e docentes trabalharem o currículo de forma mais coerente e significativa.

RIC é um termo que se refere ao contexto físico ou virtual em que a aprendizagem e o conhecimento se processam.

Os RIC permitem:

- Reunir um conjunto de aprendizagens e capacidades que permitem construir vários cenários de aprendizagem.
- Conferir intencionalidade e significado ao currículo de forma interdisciplinar e transdisciplinar.
- Procurar relações em todas as direções contribuindo com a possibilidade de quem aprende integrar as suas próprias experiências.

Prevê uma distribuição das disciplinas segundo quatro temáticas diferentes:

RIC 1: ECO-COZINHA PEDAGÓGICA:

Este referencial integra a Ecovia e a Cozinha Pedagógica e visa dotar a escola de locais de aprendizagem diferentes, onde os alunos se sintam mais motivados e os professores tenham locais privilegiados de ensino, com acesso a conteúdos de lecionação “in loco”. Permitirá lecionar e aprender de forma significativa, dando prioridade ao saber-fazer e saber-pensar, em articulação com Educação Especial, com os cursos EFA e o projeto PESES, para motivar os alunos para os aspetos nutricionais e de economia doméstica.

RIC 2: NÓS E A EUROPA:

A nossa identidade parte da nossa freguesia e vizinhança, passa pela nossa região e pelo país e integra o continente com o qual partilhamos o espaço e a história comuns. É importante que os jovens cidadãos conheçam a dinâmica das instituições locais, regionais, nacionais e europeias, pois são elas que fundamentam a nossa perspetiva de cidadania. O património material e imaterial constitui uma base de aprendizagem fundamental para a constituição dessa identidade. Este referencial pretende que tenhamos um maior conhecimento de nós, para que possamos projetar melhor o nosso futuro e respeitarmos a nossa cultura, as nossas tradições e o ambiente.

RIC 3: ENTR'ARTES:

A arte é a atividade humana ligada a manifestações de ordem estética, feita por artistas a partir de perceção, das emoções e ideias, com o objetivo de estimular esse interesse de consciência em um ou mais espetadores. Cada obra de arte possui um significado único e diferente. Este referencial pretende estimular nos alunos a criatividade, o empreendedorismo, motivando até para esta vertente vocacional. Com este RIC, pretendemos dar continuidade à diversidade de manifestações estéticas nas expressões.

RIC 4: JOGOS OLÍMPICOS 2040:

O desporto é potenciador de motivação para os alunos e para a população em geral; com este referencial, pretende-se que os alunos idealizem toda a envolvência ligada à realização de um evento com estas características, desde a conceção, organização e realização. Incentiva-se o empreendedorismo, o conhecimento intercultural, os **VALORES DE CIDADANIA E OS IDEAIS DO COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI)**.

6.1. Distribuição DAS HORAS DOS RIC PELAS DISCIPLINAS

PRÉ – ESCOLAR

7. Todas as áreas são trabalhadas de forma articulada, em Cenários de Aprendizagem, de acordo com as orientações curriculares.

1º CICLO

Componentes do currículo		1.º e 2.º ano		3.º e 4.º ano	
RIC	Estudo do Meio	16 h	(3h)	14 h	(3h)
	Inglês		---		(2h)
	Ed. Artística: Expressão Dramática/ Teatro/ Dança e Música		(8h)		(6h)
	Ed Física		(5h)		(3h)
	Atividades de Enriquecimento Curricular				
Criatividade e Inovação		---		2h	
Educação Moral e Religiosa		(1h)		(1h)	
Coordenador		Joaquim Teles			

2º e 3º CICLOS

Disciplinas	2º ciclo								3º ciclo											
	RIC1		RIC2		RIC3		RIC4		RIC1			RIC2			RIC3			RIC4		
	5	6	5	6	5	6	5	6	7	8	9	7	8	9	7	8	9	7	8	9
POR	2	---	---	2	2	2	2	---	---	---	---	2	2	2	2	2	2	---	---	---
ING	---	---	---	2	---	---	---	2	---	2	---	2	---	2	---	---	---	2	2	2
FRC	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	---
HGP/HST	---	---	2	2	---	---	2	2	---	---	---	2	---	2	---	---	---	---	---	---
GGF	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	---	2
MAT	2	2	2	---	---	---	2	2	---	---	2	---	---	---	---	---	2	---	---	---
CNA	2	---	2	---	---	---	---	---	2	2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
FSQ	---	---	---	---	---	---	---	---	2	---	---	---	2	---	---	---	---	---	---	---
EDF	2	2	---	---	---	---	2	2	2	---	2	---	---	---	---	2	---	2	2	2
EDM/ARTES	---	---	---	---	2	2	---	---	---	---	---	---	2	---	2	---	2	---	---	---
EVT/ARTES	---	4	2	2	4	4	---	---	---	2	2	---	---	---	2	2	---	---	---	---
LAB/TIC	Transversal								Transversal											
TOTAL	8	8	8	8	8	8	8	8	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Nº Disciplinas	4	3	4	4	3	3	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Coordenadores	Célia Barbosa		Paula Marques		Cristina Cardoso		Sandra Pinto		Célia Barbosa			Paula Marques			Cristina Cardoso			Sandra Pinto		

2020/2021	Projetos de Inovação Pedagógica											
	10º ano - CT				10º ano - CSE				10º ano - LH			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
POR	1	---	1	---	---	1	1	---	---	1	1	---
ING	---	1	---	---	---	1	---	---	---	1	---	---
FIL	---	1	---	---	1	1	---	---	1	1	---	---
EDF	---	1	---	1	1	---	---	1	1	---	---	1
MAT	---	---	1	1	---	---	1	1	---	---	---	---
BG	1	---	---	1	---	---	---	---	---	---	---	---
FQ	1	---	1	---	---	---	---	---	---	---	---	---
HIST	---	---	---	---	---	---	---	---	1	---	1	---
GEO	---	---	---	---	1	---	1	---	---	---	1	1
MACS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1
ECON	---	---	---	---	---	---	---	1	---	---	---	---
TOTAL HORAS	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Nº DE DISCIPLINAS	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

Em cada período, as disciplinas envolvidas no PIC transferem 1 tempo da sua carga horária para a dinamização do mesmo.

8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ADAPTAÇÕES CURRICULARES SIGNIFICATIVAS (AO ABRIGO DO DEC. LEI 54/18 DE 6 DE JULHO)

COMPONENTES DO CURRÍCULO		PRÉ-ESCOLAR	1º CICLO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
Terapia da Fala ⁽¹⁾		X						
Fisioterapia ⁽¹⁾		X						
Apoio Psicológico		X						
Comunicação Alternativa		X						
Português Funcional			X	X	X	X	X	
Matemática Funcional			X	X	X	X	X	
Meio Físico			X	X	X	X	X	
Educação Rodoviária/Código de Estrada			X					
Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação				X	X	X	X	
Expressão Plástica	Expressão Plástica	X	X	X	X	X	X	
	Educação Tecnológica							
	Educação Visual				X			
Expressão Físico Motora	Psicomotricidade	X						
	Desporto Adaptado	X		X	X	X	X	
	Natação	X		X	X	X	X	
	Educação Física			X	X	X	X	
Expressão Dramática								
Expressão Musical	Expressão Musical	X		X	X	X	X	
	Rádio					X	X	
	Educação Musical			X	X			
Formação Pessoal e Social	Cidadania de Intervenção Social			X				
	Educação Moral e Religiosa			X	X	X	X	
	Autonomia Pessoal /	X				X	X	
Formação Profissional	Área Vocacional			X	X	X	X	
	Estágio Vocacional					X	X	
Área Opcional ⁽²⁾								

⁽¹⁾ Estas áreas podem estar no PEI do aluno e serem usufruídas fora do contexto da escola.

⁽²⁾ Outra área específica para um dado aluno. (X) Ano onde o aluno poderá iniciar esta área.

A carga horária semanal será específica para cada aluno de acordo com o Relatório Técnico Pedagógico e constará do seu Plano Educativo Individual (PEI), sempre que existir.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

No ensino Pré-escolar e no 1º Ciclo, a carga horária é de 25 horas. Nos 2º e 3º Ciclos, os horários serão organizados em tempos de 50 minutos.

9.1. Calendário Escolar

O enquadramento legal do Calendário Escolar faz-se, anualmente, por despacho do Diário da República, sendo apresentado no **Anexo I** cada ano letivo.

9.2. Horários de funcionamento

Os Centros Escolares funcionam em horas (60 minutos) e/ou meias horas (30 minutos).

A escola sede funciona em tempos de 50. Estipulou-se a seguinte distribuição:

	Pré-escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos
Manhã	9h00 - 12h30	9h00 - 12h30	8h25 - 13h10
Tarde	14h00 - 15h30	14h00 - 17h30	13h15 - 18h00

Na elaboração dos horários atendeu-se, sempre que possível, à libertação de atividades letivas nos finais das manhãs e início e finais das tardes, e ainda na 4ª feira à tarde (2º e 3º ciclos) para que se possam apoiar os alunos com dificuldades (sobretudo no âmbito da Portaria nº 223-A/2018, de 3 de agosto), efetuar reuniões neste espaço de tempo, prática do Desporto Escolar, entre outros (*ver documento OAL – Organização do Ano Letivo*).

10. MODALIDADES DE APOIO EDUCATIVO

10.1. Serviços Especializados de Apoio Educativo

Os Serviços Especializados de Apoio Educativo garantem a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, devendo conjugar a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Estes serviços integram os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), a Educação Especial e o Apoio Educativo e a Ação Social Escolar (ASE) e integram os **Serviços Técnico Pedagógicos**, nos termos do Regulamento Interno.

a) Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

Os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar estão criados com o disposto na legislação em vigor. Estes serviços asseguram, na prossecução das suas atribuições, o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais

no interior do Agrupamento e entre este e a comunidade. Estes serviços integram a equipa multidisciplinar, nos termos de Regulamento Interno, que se destina a acompanhar em permanência os alunos, designadamente aqueles que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas.

b) Educação Especial e Apoio Educativo

Os pressupostos da Educação Especial e Apoio Educativo visam a contribuição para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, bem como a promoção de respostas pedagógicas diversificadas e adequadas às necessidades específicas. Também é finalidade desta estrutura o desenvolvimento global das crianças e jovens, assim como assegurar as condições para a inclusão socioeducativa de todos os alunos com necessidades educativas, nos termos do DL nº 54/2018, de 6 de julho. Compete ainda à Educação Especial e Apoio Educativo colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo.

c) Ação Social Escolar (ASE)

A Ação Social Escolar reveste uma especial importância nas competências e atribuições municipais em matéria social. Tem por objetivos a concretização do princípio da equidade e a promoção de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos do ensino básico. Para além disso, compete-lhe adequar medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras.

11. MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

No âmbito da autonomia da escola ao abrigo do PPM do TEIP e do PI e tendo em vista o sucesso escolar e a garantia da estabilidade pessoal dos alunos, foram adotadas as medidas adequadas à resolução dessas dificuldades, de acordo com o previsto decreto de lei que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundários, que se podem concretizar designadamente através de:

- Gestão flexível do currículo;
- Apoio pedagógico;
- Apoio ao Estudo;

- Turmas + Sucesso;
- Coadjuvações;
- Apoio aos Exames - 9º ano;
- Tutorias;
- Reorientação do percurso escolar;
- Disciplinas bilingue.

a) Gestão flexível do currículo

O Agrupamento assenta a sua inovação, através da gestão flexível do currículo, em três grandes domínios, com base na autonomia conferida:

1. Novas matrizes curriculares, do 1º ciclo ao 9º ano;
2. Criações de 4 Referenciais de Integração Curricular (RIC) (fusão dos 7 anteriores)
 - norteados pelas vertentes: Património e Ambiente; Alimentação e Saúde; Desenvolvimento Sustentável. Visam dar maior consistência à aprendizagem, desenvolvendo a criatividade, o espírito crítico, o trabalho colaborativo e capacidade comunicação. Com isto, pretende-se que as aprendizagens sejam mais significativas, com verdadeira articulação interdisciplinar e transdisciplinar. Cria-se novos ambientes de aprendizagem – com relevância para a integração do meio escolar, como espaço de sala de aula, valorizando o contexto geográfico do Agrupamento, com especial enfoque na Rota do Românico.
3. Calendário escolar – alteração do mesmo, com criação de semanas temáticas, que permitam a concretização do currículo, sem as “amarras” de um horário escolar rígido, permitindo a verdadeira interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do currículo, para além da concretização de visitas ao meio, teatros, tertúlias, debates, apresentações, dando ênfase à avaliação formativa.

b) Apoio Pedagógico

Estes apoios funcionam exclusivamente nos 2º e 3º Ciclos. Os alunos que revelam mais dificuldades são propostos pelo Conselho de Turma, por sugestão do professor da disciplina. São considerados um meio eficaz para que, em contexto mais favorável, se realizem as aprendizagens e se recuperem os pré-requisitos necessários. Em conformidade com as metas propostas no Projeto Educativo, as áreas privilegiadas são o Português, a Matemática e Inglês e são, preferencialmente, lecionadas pelos docentes do Conselho de Turma.

Os alunos propostos para estas modalidades de apoio e respetivos Encarregados de Educação serão informados pelo Diretor de Turma do horário do apoio, devendo ser assumido um compromisso de assiduidade.

c) Apoio ao Estudo

Conforme previsto no programa do PI, o Apoio ao Estudo está inserido nos RIC é de frequência obrigatória.

No 1º ciclo, é constituído por 2 horas semanais e tem como objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visa prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e Matemática. O AE está inserido nos Referenciais de Integração Curricular (RIC), no âmbito do PI.

No 2º ciclo, o AE constitui-se como uma oferta obrigatória para a escola inserida nos RIC.

d) O Apoio ao Estudo é parte integrante do horário da turma e dos professores. Serve para reforçar o trabalho de estudo, recuperação, preparação dos alunos, investimento na resolução de problemas de forma criativa, devendo, por isso, ao longo de todo o ano letivo, ser permanentemente frequentado pelos alunos.

O Apoio ao Estudo é distribuído a professores que lecionam os RIC e pretende reforçar as aprendizagens nas diversas disciplinas. O Apoio ao Estudo organiza-se em 4 aulas semanais de 50 minutos cada.

e) Turmas + Sucesso

De acordo com o Plano Plurianual de Melhoria, no âmbito do TEIP, o agrupamento criou grupos homogêneos em termos de desempenho escolar nas disciplinas estruturantes de Português, Matemática e Inglês, nos 5º e 7º anos.

f) Coadjuvações

Atendendo aos recursos existentes na escola e à pertinência das situações, há coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e práticas colaborativas que conduzem à melhoria do ensino.

g) Apoio aos Exames – 9º ano

Estes apoios têm como objetivo preparar os alunos para as provas finais de 2º e 3º ciclos, através da realização de provas-tipo ao longo do ano letivo (a partir do 2º período). Todos os alunos da turma frequentam este apoio, mediante autorização do Encarregado de Educação.

h) Tutorias

Esta medida prevê um acompanhamento de alunos em dois domínios distintos:

- i. Comportamentos sociais
- ii. Aprendizagens. Neste, quer no espírito do artº 12º do DN 10-B/2018, de 16 de julho, quer em tutorias que vão para além deste âmbito, com recurso aos TE dos docentes.

i) Reorientação do percurso escolar

Sempre que se verifiquem retenções, ou em qualquer situação que seja pedagogicamente benéfica, deverão os alunos ser acompanhados pelo Serviço de Orientação Escolar, de modo que possam ser propostas as medidas mais adequadas ao seu percurso escolar, nomeadamente percursos curriculares alternativos, cursos de educação e formação ou cursos vocacionais.

12. BIBLIOTECA ESCOLAR - Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)

A Biblioteca Escolar (BE) do agrupamento é constituída por três polos, Cristelo, Sobrosa e Duas Igrejas, dois dos quais integram a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE). Integra, também, a Rede de Bibliotecas de Paredes (RBP) através da qual se pretende articular/apoiar projetos culturais, empréstimo do acervo de todos os parceiros e desenvolver um plano de atividades conjunto.

A BE, como espaço agregador de conhecimentos e recursos diversificados, possui uma dinâmica própria e pretende, na escola, ser implicada no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia digital, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania, tentando assegurar a todos os alunos condições e oportunidades para o seu desenvolvimento integral. Procura, ainda, promover a leitura, proporcionar aprendizagens significativas e dinamizar a aplicação prática de saberes transversais. Tem também como função a oferta de recursos diversificados ao estudo e à ocupação de tempos livres dos alunos.

A BE deve ser concebida como um verdadeiro centro de recursos ao dispor de toda a comunidade escolar e ser encarado como parte do trabalho letivo e de todo o processo de ensino/aprendizagem. No contexto escolar, deverá ser um espaço privilegiado de formação e um espaço inesgotável de aprendizagens. Sendo assim, serão linhas orientadoras do trabalho a desenvolver:

- Apoiar a os docentes na persecução das orientações delineadas nas Metas Curriculares sobretudo no que diz respeito à Educação literária (1.º, 2.º e 3.º ciclos).
- Participar em projetos e concursos do Plano Nacional de Leitura, pretendendo deste modo dar resposta aos fracos níveis de literacia, desenvolvendo competências nos domínios da leitura e da escrita. Assim, e com o intuito de promover a criação de hábitos de leitura desde cedo, a leitura no pré-escolar será realizada, quer pelos alunos, através das imagens dos livros, quer pela educadora que disponibilizará uma hora por dia para esta atividade. No 1.º ciclo, os alunos deverão dedicar uma hora por dia à leitura e à escrita centradas em livros ajustados aos seus interesses e níveis de competência linguística. Nos níveis de ensino subsequentes deverá ser contemplado um tempo letivo na planificação semanal de aulas de Português para a leitura recreativa.
- Promover novas relações com o conhecimento e a cultura fornecendo aos seus utilizadores:
 - Um contributo para o sucesso escolar, dando acesso, apoiado ou autónomo, à informação;
 - Um apoio privilegiado à formação nas novas tecnologias;
 - Um espaço de cultura, de leitura, de debates, exposições e ocupação dos tempos livres;
 - Um espaço cultural, mediador entre o agrupamento e outros parceiros;
- Contribuir para a rentabilização dos recursos e investir em iniciativas de divulgação e partilha interativa de informação, através dos meios que venham a revelar-se adequados e necessários;
- Disponibilizar o acesso ao fundo documental através do catálogo *online*;
- Desenvolver parcerias e relações de partilha de recursos entre as escolas do concelho e a Biblioteca Municipal.

13. OFERTA COMPLEMENTAR – 1º CICLO

O Agrupamento promove uma hora semanal de Educação para a Cidadania aos alunos dos 1º, 2º, 3º e 4º anos, lecionadas pelos professores titulares de turma, integradas no RIC.

14. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) destinam-se a proporcionar experiências educativas e formativas que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, técnico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio e de educação para a cidadania.

Estas atividades são de frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa. Para além disso, são fundamentais para o desenvolvimento social e pessoal do aluno. Ao professor responsável pelas turmas compete incentivar os seus alunos à participação. É igualmente importante esclarecer e motivar os Pais e Encarregados de Educação para o desenvolvimento destas atividades, de modo a garantir um maior envolvimento dos seus educandos.

15. OCUPAÇÃO DOS ALUNOS NA AUSÊNCIA DE DOCENTES (CONSULTAR O PLANO DE OCUPAÇÃO PLENA DOS TEMPOS ESCOLARES – POPTE)

De acordo com o ponto 3 do art.º 13º do despacho normativo nº 10-B/2018 de 6 de julho, a escola deve organizar um conjunto de atividades de natureza lúdica, desportiva, cultural ou científica, a desenvolver nos tempos letivos desocupados dos alunos por ausência imprevista de professores, aqui designado por Plano de Ocupação Plena dos Tempos Escolares – POPTE.

Pretende-se que a operacionalização deste plano de atividades de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos seja um instrumento organizativo capaz de contribuir para “assegurar o aproveitamento eficiente e racional dos recursos humanos existentes nas escolas, garantindo o acompanhamento educativo dos alunos durante o período de permanência no espaço escolar”.

Assim sendo, na ausência prevista pelo docente, recorre-se às modalidades de permuta ou leção de aula correspondente (LAC); se a ausência for imprevista, os alunos poderão ser encaminhados para várias atividades, tais como:

- Atividades propostas no âmbito da BE/CRE;
- Desporto Escolar (ténis de mesa, ténis de campo, natação, voleibol, futsal, golfe e clube badmington);

- Clubes e Projetos (Europeu, Cientistas de Palmo e Meio, de Física e Química, Banda de Garagem, Música, ...).

Os clubes e projetos são concebidos como espaços onde são desenvolvidas atividades de complemento/enriquecimento curricular. Os clubes têm um carácter facultativo e revestem-se de uma natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo particularmente nos domínios artístico, científico e da informação. Deverão ainda promover normas, atitudes e valores conducentes a uma cidadania ponderada.

Assim, devem ser objetivos transversais dos clubes:

- Ocupar os tempos livres dos alunos e os tempos escolares na ausência dos professores;
- Desenvolver nos alunos capacidades de recolha, seleção e organização de informação;
- Desenvolver nos alunos o espírito criativo, o sentido de responsabilidade, a autonomia e a criatividade;
- Desenvolver capacidades psicomotoras, intelectuais e afetivas;
- Aprofundar o sentido de grupo e de sociedade, para uma participação positiva nos mesmos;
- Articular com áreas curriculares disciplinares e não disciplinares;
- Alargar conhecimentos de cultura geral;
- Cabe a cada clube apresentar no início de cada ano letivo a planificação onde devem constar, obrigatoriamente, os seus objetivos específicos, para além de outros itens.

Também deverá ser consultado o ponto 15 do documento OAL – Organização do Ano Letivo

16. ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES

16.1. APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

Uma tendência curricular é a explicitação e especificação dos conhecimentos que os alunos devem alcançar e das capacidades que devem desenvolver em cada disciplina. A especificação destas duas componentes – *conhecimentos e capacidades* – tem adotado a designação de “aprendizagens essenciais”. Trata-se de documentos relativos aos diversos níveis de escolaridade, mas com anualização das aquisições pretendidas.

As aprendizagens essenciais constituem, pois, a par dos programas disciplinares, os documentos orientadores do ensino e da avaliação, sendo que os segundos enquadram a aprendizagem, enquanto as primeiras a concretizam. Nesta linha é ainda importante ter em conta o contexto destas aprendizagens no âmbito do Perfil do Aluno Sáda da Escolaridade Obrigatória.

À escola cabe um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos, pelo que se preconiza que o currículo deva ser construído de modo a que possa promover as capacidades cognitivas de todos.

As presentes aprendizagens essenciais baseiam-se em algumas linhas orientadoras alicerçadas em teorias da aprendizagem e da instrução. Das teorias da aprendizagem, ressaltam-se aquelas que, sendo recentes, salientam a importância de aspetos como o conhecimento, a memória, a compreensão e a resolução de problemas.

As planificações das diversas disciplinas já se encontram de acordo com as aprendizagens essenciais e estão postadas, juntamente com os critérios específicos de cada disciplina, nos dossiês de departamento no Moodle.

Estas informações serão dadas, no início do ano letivo, aos alunos e Encarregados de Educação.

Tudo o que é relacionado com critérios de distribuição de serviço, aplicação de crédito horário e critérios de formação de turmas e horários, encontra-se explanado no DOCUMENTO OAL – ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO.

17. PLANO DE TURMA

O Plano de Turma (PT), assume “a forma particular como, em cada turma, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidade próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto” (Roldão, M.^a Céu).

O PT tem como finalidades a organização das atividades da turma ao longo do ano e servir de referência ao trabalho a desenvolver por cada professor na sala de aula, tendo em atenção a necessidade da integração de todas as aprendizagens. Daí a importância de ser acessível a todos os professores e ter um carácter dinâmico. Para tal, o plano de turma é construído numa aplicação informática – Dat@Cris – sendo atualizado em períodos chave, tal como consta do seguinte cronograma:

	Tarefa			Responsável(eis)	Data limite de execução
	Descrição		Operacionalização		
SETEMBRO/ OUTUBRO	Sugestões de alteração da operacionalização do PT, mediante os princípios enunciados no Projeto Curricular de Agrupamento e legislação em vigor		Reunião da Comissão do CP	Comissão do CP	Início do ano letivo
	Preenchimentos dos parâmetros do PT na Dat@Cris (caracterização da turma, aulas previstas, estratégias comuns de atuação)		Conselho de Ano (13 e 14/9) e Dat@Cris	Conselho de Ano/ Diretor de Turma	01/10/2018
	Informação aos EE (critérios de avaliação, aulas previstas, planificações, regulamento interno e demais previstas na lei)		Reunião com EE e preenchimento Dat@Cris	Diretor de Turma	28/9/2018
NOVEMBRO	Atualizar / preencher os dados individuais dos alunos na Dat@Cris		Dat@Cris	Diretor de Turma	09/11/2018
	Preenchimento da definição de objetivos e metas, atividades, mediante as Informações recolhidas nos conselhos turma intercalar		Conselho de Turma (12 a 16/11) e Dat@Cris	Conselho de Turma/ Diretor de Turma	23/11/2018
	Avaliação periódica - avaliação formativa		Dat@Cris	Professores	07/11/2018
DEZEMBRO	Avaliação periódica - avaliação formativa		Dat@Cris	Professores	14/12/2018
	Reunião de Avaliação	Primeira Avaliação do PT	Posicionamento face às metas	Dat@Cris	Conselho de Turma 17 a 20/12/2018
		1ª Avaliação do projeto		Dat@Cris	
		Elaboração de PAP		Dat@Cris	

17.1. Objetivos do PT

Podemos enumerar os seguintes objetivos:

- ✓ Promover o trabalho em equipa dos professores;
- ✓ Centrar a ação educativa na aprendizagem dos alunos;
- ✓ Promover a coordenação do processo de ensino;
- ✓ Estabelecer uma linha de atuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua ação perante os alunos;
- ✓ Facilitar a articulação horizontal dos conteúdos de ensino e a integração dos saberes;
- ✓ Adequar as estratégias do ensino às características, motivações e interesses dos alunos.

17.2. Linhas orientadoras do PT

Os aspetos a seguir enunciados devem constituir linhas matriciais para a construção dos PT, as quais deverão ser desenvolvidas e, eventualmente, adaptadas pelos respetivos Conselhos de Turma, tendo em consideração as diversas características particulares de cada conjunto de alunos que integram as turmas.

1. Constituição da equipa educativa

1.1 Professores

1.2 Outros

2. Lista dos alunos e Encarregados de Educação / Horários

- 2.1 Lista dos alunos e Encarregados de Educação
- 2.2 Horários
- 3 Caracterização da turma**
 - 3.1 Aluno / Agregado familiar
 - 3.2 Vida escolar
 - 3.3 Interesses dos alunos
 - 3.4 Saúde
- 4 Síntese do comportamento global da turma**
 - 4.1 Síntese do comportamento global da turma no ano anterior
 - 4.2 Síntese do comportamento global da turma no ano em vigor
- 5 Síntese de aproveitamento global da turma**
 - 5.1 Síntese de aproveitamento global da turma no ano anterior
 - 5.2 Síntese de aproveitamento global da turma no ano em vigor
- 6 Síntese da avaliação diagnóstica**
- 7 Identificação/caracterização dos alunos da turma**
- 8 Identificação dos problemas globais da turma**
- 9 Estratégias globais/uniformização de critérios de atuação**
- 10 Objetivos e metas**
- 11 Estrutura curricular**
- 12 Plano de atividades da turma**
 - 12.1 Planificação das disciplinas
 - 12.2 Atividades da turma
- 13 Atividades de recuperação**
- 14 Critérios de avaliação**
- 15 Articulação de conteúdos**
- 16 Conteúdos não lecionados**
- 17 Avaliação do plano**
- 18 Resultados**

O Diretor de Turma deverá, no âmbito das suas funções de coordenador do Plano de Turma, analisar com o Conselho de Turma o currículo proposto, os seus princípios orientadores e os seus objetivos gerais, **no sentido de todos os docentes refletirem em conjunto sobre as propostas nele contidas e decidirem quais as prioridades a adotar face à situação da turma.**

17.3. Monitorização qualitativa e quantitativa do PT

Atendendo ao facto do Plano de Turma do Agrupamento ser construído de uma forma dinâmica na aplicação informática Dat@Cris, ao qual todos os docentes têm acesso, a monitorização do mesmo é efetuada pelo Diretor da Turma. Tendo em conta o cronograma aprovado no início de cada ano letivo, tal como consta no ponto 9 deste documento, todos os docentes do Conselho de Turma participam na construção do mesmo, preenchendo vários dados relativos às suas disciplinas, tais como, notas dos testes, plano anual de atividades, aulas previstas e dadas, entre outros. Também a equipa

de monitorização do Agrupamento, Observatório da Qualidade, verifica mensalmente o cumprimento dos Planos de Turma, elaborando relatórios com os desvios detetados e sugestões de melhoria que são apresentados em cada Conselho Pedagógico.

18.AVALIAÇÃO ENSINO BÁSICO

O Quadro Legal em que se baseia a Avaliação assenta no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e na Portaria nº 223-A/2018, 3 de agosto.

A avaliação, constituindo -se como um processo regulador do ensino, é orientadora do percurso escolar e tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino através da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico.

Esta verificação deve ser utilizada por professores e alunos para, em conjunto, suprir as dificuldades de aprendizagem. A avaliação tem ainda por objetivo conhecer o estado geral do ensino, retificar procedimentos e reajustar o ensino das diversas disciplinas em função dos objetivos curriculares fixados.

A avaliação assume um carácter contínuo e sistemático e incide sobre os conhecimentos a adquirir e as capacidades e atitudes a desenvolver pelos alunos de cada nível e de cada ciclo de ensino, tendo por referência os programas das disciplinas e áreas curriculares disciplinares, as aprendizagens essenciais, ou as metas curriculares, sendo dado um especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As informações obtidas em resultado da avaliação permitem ainda a revisão do processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os saberes adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos.

18.1. Princípios

A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios:

- ✓ Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e capacidades pretendidas, através da utilização de instrumentos de avaliação diversificados;
- ✓ Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada;
- ✓ Valorização da evolução do aluno, nomeadamente, ao longo de cada ciclo;
- ✓ Transparência do processo de avaliação, nomeadamente, através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- ✓ Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

18.2. Intervenientes

São intervenientes no processo de avaliação:

- a) Professores – devem criar oportunidades de aprendizagem para todos os alunos e utilizar formas diversificadas de avaliação, conforme a natureza das aprendizagens e o contexto em que ocorram;
- b) Aluno – devem tomar consciência das suas dificuldades, ser responsáveis pela sua aprendizagem para que possam melhorar os seus métodos de estudo sempre que verifiquem que os resultados não são os esperados;
- c) Conselho de docentes, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos;
- d) Diretor;
- e) Conselho pedagógico;
- f) Encarregado de educação – deve acompanhar, de modo eficaz, o percurso escolar dos seus educandos e responsabilizar-se pelo seu sucesso educativo
- g) Docente de educação especial e outros profissionais que acompanhem o desenvolvimento do processo educativo do aluno;
- h) Serviços ou organismos do Ministério da Educação.

A avaliação tem uma vertente contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho.

18.3. Modalidades de Avaliação

A avaliação da aprendizagem compreende as modalidades de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

a) Avaliação Formativa (**artº 21º da Portaria nº 223-A/2018**, 3 de agosto)

A avaliação formativa assume caráter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade da aprendizagem e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

b) Avaliação Sumativa (**artº 22º da Portaria nº 223-A/2018**, 3 de agosto)

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação, e inclui:

- i) A avaliação sumativa interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão e administração dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
- ii) A avaliação sumativa externa, da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito.

18.4. CLASSIFICAÇÕES QUANTITATIVAS E RESPETIVAS MENÇÕES QUALITATIVAS

18.4.1. Do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Menção qualitativa	<i>Insuficiente</i>	<i>Suficiente</i>	<i>Bom</i>	<i>Muito Bom</i>
Escala percentual	0-49%	50- 69%	70- 89%	90- 100%

18.4.2. Do 2.º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Menção qualitativa	<i>Fraco</i>	<i>Não satisfaz</i>	<i>Satisfaz</i>	<i>Satisfaz Bem</i>	<i>Excelente</i>
Níveis (de 1 a 5)	1	2	3	4	5
Escala percentual	0- 19%	20- 49%	50- 69%	70- 89%	90- 100%

18.5. PROGRESSÃO E RETENÇÃO

- a) A decisão de progressão do aluno para o ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o Conselho de Turma considere que nos anos não terminais de ciclo, as aprendizagens demonstradas

pelo aluno permitem o desenvolvimento das aprendizagens essenciais definidas para o final do respetivo ciclo.

- b) Por sua vez, a decisão de retenção num ano não terminal de ciclo não deve ser tomada pelo facto do aluno não ter realizado as aprendizagens essenciais previstas para esse ano, mas sim quando o seu atraso é tal que não é possível a realização daquelas aprendizagens até ao final de ciclo, mesmo com eventuais medidas de apoio.
- c) A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.
- d) No 1.º Ciclo, os alunos não são retidos no 1.º ano de escolaridade.
- e) No 2.º e 3.º Ciclos, tanto em anos terminais de ciclo como em anos não terminais, a retenção traduz-se na repetição de todas as áreas e disciplinas do ano em que o aluno ficou retido.

18.6. REAPRECIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão de direção da escola no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação nos 1.º, 2.º e 3.º anos ou da afixação das pautas no 4.º ano de escolaridade e nos 2.º e 3.º ciclos.

18.7. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A avaliação em educação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, em cada nível de educação e ensino e implica princípios e procedimentos adequados às suas especificidades.

O currículo em educação de infância é concebido e desenvolvido pelo educador, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das atividades e projetos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas.

A avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa, e é um processo contínuo que assenta nos seguintes princípios:

- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios de gestão do currículo definidos nas orientações curriculares para a educação pré-escolar

- Utilização de técnicas e de instrumentos de observação e de registo diversificados que lhe permitam evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança, ao longo da frequência na educação pré-escolar, tendo em conta as áreas de conteúdo preconizadas nas orientações curriculares para a educação pré-escolar;
- Valorização dos progressos da criança.

Planear e avaliar com as crianças constituem atividades educativas integradas no currículo da educação pré-escolar, que permitem ao educador de infância, por um lado, observar o progresso das aprendizagens das crianças e, por outro lado, adequar o processo educativo às necessidades da cada criança e do grupo.

O educador de infância utiliza técnicas e instrumentos de observação e de registo diversificados que lhe permitam evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança, ao longo da frequência na educação pré-escolar, tendo em conta as áreas de conteúdo preconizadas nas orientações curriculares para a educação pré-escolar.

Os educadores de infância realizam as avaliações das crianças e procedem à passagem de informação aos encarregados de educação e aos professores do 1.º ciclo do ensino básico, de modo a garantir o acompanhamento pedagógico das crianças no seu percurso escolar da educação pré-escolar para o ciclo seguinte.

O processo individual que acompanha a criança ao longo de todo o percurso escolar, contem a informação global das aprendizagens significativas, realçando a sua evolução e os progressos realizados.

18.8. ADIAMENTO DA MATRÍCULA NO 1.º ANO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. Em situações excecionais previstas na lei, pode ser autorizado, a requerimento do encarregado da educação, o adiamento de matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. O pedido de adiamento deve ser efetuado ao abrigo dos seguintes elementos legislativos: Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril e demais legislação em vigor.

18.9. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO
De acordo com o artigo 18.º da Portaria nº 223-A/2018, 3 de agosto, até ao início do ano letivo, o conselho pedagógico da escola, de acordo com as orientações do currículo e outras orientações gerais do Ministério da Educação e Ciência, define os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares.

A avaliação constitui um processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno. Tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e a aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico. Este processo respeitará o previsto no Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.

Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns na escola, sendo operacionalizados pelo professor titular de turma, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma, nos 2º e 3º ciclos.

O órgão de direção da escola deve garantir a divulgação dos critérios referidos nos números anteriores junto dos diversos intervenientes.

18.9.1. NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (1º CEB)

1. Domínios da avaliação – (de acordo com o ponto 2 e 3, art.º 18º da Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto)

2- “Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

3- Os critérios de avaliação devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.”

2. Classificações quantitativas e respetivas menções qualitativas

Quadro 1	Indicadores de Desempenho		Descritores de Desempenho	Instrumentos de avaliação
			Observar-se-á se o aluno:	
Conhecimentos e Capacidades	Indicadores de Desempenho das Áreas Curriculares Disciplinares	70%	Adquire um conjunto de aprendizagens disciplinares essenciais, definidas por anos de escolaridade, tendo em vista as metas de aprendizagem a atingir no final de cada ano/ciclo e que estão definidas pelo Ministério da Educação e Ciência.	- Fichas de avaliação de conhecimentos; - No início do ano letivo será realizada uma ficha de diagnóstico e em determinadas disciplinas serão realizados testes intermédios ao longo do ano letivo. - Provas Finais de cada ciclo de escolaridade Trabalhos do aluno; - Todos os restantes que o professor da turma considere pertinentes.
	Concretização de trabalho que mobiliza conhecimentos da disciplina e qualidade da participação	15%	Pesquisa, seleciona e organiza informação para a transformar em conhecimento mobilizado; (A operacionalização concretiza-se e desenvolve-se no campo específico de cada disciplina e no contexto de aprendizagem do aluno).	
Atitudes e comportamentos	Organização	5%	Revela responsabilidade; Organiza o trabalho de aula/ de casa; Adere e intervém nas atividades de sala de aula/agrupamento; Cooperar e relaciona-se com os outros em tarefas e projetos comuns; Manifesta um comportamento adequado ao espaço da sala de aula e outros.	- Registo individualizado onde o professor assinala os aspetos relevantes do aluno, bem como elementos relativos às suas atitudes e comportamentos;
	Persistência /Empenho	5%		
	Relacionamento	5%		

Resultado da classificação obtida pelos alunos nos testes escritos deverá ser apresentado numa expressão qualitativa a qual corresponde a uma percentagem, tal como se define no quadro seguinte (quadro 3):

Percentagem	Expressão qualitativa
0% a 19%	Insuficiente
20% a 49%	
50% a 69%	Suficiente
70% a 89%	Bom
90% a 100%	Muito Bom

Quadro 2

18.9.2.No 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO (2º E 3º CEB)

1. Domínios da avaliação

Quadro 3		Indicadores de Desempenho		Descritores de Desempenho	Instrumentos de avaliação
				Observar-se-á se o aluno:	
Conhecimentos e Capacidades	80%	Indicadores de Desempenho das Áreas Curriculares Disciplinares	60%	Adquire um conjunto de aprendizagens disciplinares essenciais, definidas por anos de escolaridade, tendo em vista as metas de aprendizagem a atingir no final de cada ano/ciclo e que estão definidas pelo Ministério da Educação e Ciência.	- Fichas de avaliação de conhecimentos; - No início do ano letivo será realizada uma ficha de diagnóstico e em determinadas disciplinas serão realizados testes intermédios ao longo do ano letivo. - Provas Finais de cada ciclo de escolaridade Trabalhos do aluno; - Todos os restantes que o professor da turma considere pertinentes.
		Concretização de trabalho que mobiliza conhecimentos da disciplina e qualidade da participação	20%	Pesquisa, seleciona e organiza informação para a transformar em conhecimento mobilizado; (A operacionalização concretiza-se e desenvolve-se no campo específico de cada disciplina e no contexto de aprendizagem do aluno).	
		Concretização das aprendizagens através dos RIC	15 a 25%	Concretizou as aprendizagens, capacidades e atitudes referidas no RIC	Cenários de Aprendizagem
Atitudes e comportamentos	20%	Organização	5%	Revela responsabilidade; Organiza o trabalho de aula/ de casa; Adere e intervém nas atividades de sala de aula/agrupamento;	- Registo individualizado onde o professor assinala os aspetos relevantes do aluno, bem como elementos relativos às suas atitudes e comportamentos;
		Persistência /Empenho	10%	Coopera e relaciona-se com os outros em tarefas e projetos comuns;	
		Relacionamento	5%	Manifesta um comportamento adequado ao espaço da sala de aula e outros.	

2. Classificações Quantitativas e respetivas Menções Qualitativas

Resultado da classificação obtida pelos alunos nos testes escritos deverá ser apresentado numa expressão qualitativa a qual corresponde a uma percentagem, tal como se define no quadro seguinte (quadro 4):

Percentagem	Expressão qualitativa
0% a 19%	Fraco
20% a 49%	Não Satisfaz
50% a 69%	Satisfaz
70% a 89%	Satisfaz Bem
90% a 100%	Excelente

Quadro 4

18.10. PONDERAÇÃO DA AVALIAÇÃO NOS RIC EM CADA DISCIPLINA ENVOLVIDA

Na lecionação de cada RIC deve estar garantido o seu carácter globalizante, não desvirtuando as características da aprendizagem através dos RIC, que se prendem com os domínios do Perfil do Alunos na Escolaridade Obrigatória. Todavia, por forma a garantir patamares de justiça, equidade e transparência, as disciplinas envolvidas em cada RIC deverão ponderar a sua avaliação individual da seguinte forma:

A ponderação dos elementos de avaliação dos RIC na avaliação da disciplina tem em consideração:

- i. Peso da classificação no RIC igual em todas as disciplinas, exceto Matemática;
- ii. Peso da classificação do ROC nas disciplinas = 25% do domínio cognitivo não avaliado por teste de avaliação.
- iii. Peso da classificação na disciplina de matemática = 15%

Exemplo:

- Classificação da disciplina extra RIC = Z (nível de 1 a 5) – com testes de avaliação e com outros instrumentos de avaliação;
- Classificação no RIC = Y (nível de 1 a 5) – com cenários de aprendizagem ou outros instrumentos de avaliação.
- Classificação nas atitudes e valores – W

→ Classificação na Disciplina (CD) seria atribuída com seguinte fórmula:

$$CD = (Z \times 0,75 + Y \times 0,25) \times 0,8 + W \times 0,2 \text{ (este peso pode ser variável)}$$

Cada disciplina, dentro dos princípios aqui emanados, deverá fornecer ao respetivo diretor de turma, no quadro do Plano de Turma (PT), uma tabela com os critérios de avaliação.

Estes critérios deverão ser dados a conhecer ao encarregado de educação e ao aluno no início de cada ano letivo.

18.11. AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM MEDIDAS ADICIONAIS

Para os alunos com Medidas Adicionais (Decreto Lei nº 54/2018, de 6 de julho) no 1º Ciclo a avaliação é descritiva em todas as Áreas Curriculares, ainda que não façam parte da estrutura curricular comum, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno. O resultado da menção obtida pelos alunos deverá ser apresentado numa expressão qualitativa que corresponde a uma percentagem, tal como se define no quadro 6 seguinte:

Percentagem	Menção
0% a 19%	Insuficiente
20% a 49%	
50% a 69%	Suficiente
70% a 89%	Bom
90% a 100%	Muito Bom

Observações: Considera-se como positivo todo a aprendizagem emergente. Os objetivos em manutenção são cotados como 100% se não houver perda dessas mesmas aprendizagens.

Quadro 6 – Avaliação sumativa de final de período/ano para alunos com Medidas Adicionais

18.12. AVALIAÇÃO SUMATIVA DE FINAL DE PERÍODO/ANO

O resultado da classificação obtida pelos alunos deverá ser apresentado numa expressão qualitativa/quantitativa que se operacionaliza através da ponderação dos pesos percentuais atribuídos aos indicadores de desempenho (definidos nos quadros do 1 a 3) em cada período. Traduz -se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, numa avaliação qualitativa até ao 4º ano de escolaridade. No 2º e 3º ciclos a avaliação traduz-se quantitativamente como se define no quadro 7:

Expressão qualitativa 1º, 2º, 3º e 4º anos	Nível 2º e 3º ciclos
Insuficiente	1
	2
Suficiente	3
Bom	4
Muito Bom	5
Ponderação percentual do peso a atribuir na avaliação em cada período: 1º Período – 100% 2º Período – 55% (2º período) + 45% (1º período) 3º Período – 35% (3º período) + 35% (2º período) + 30% (1º período)	

Quadro 7- Avaliação sumativa de final de período/ano

18.13. CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO/RETENÇÃO NOS ANOS TERMINAIS DE CICLO

De acordo com o ponto 6 do artigo 32º **Portaria** nº 223-A/2018, 3 de agosto, no final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- a) Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares ou disciplinas de Português (ou PLN) e de Matemática;
- b) Tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas, no caso dos 2.º e 3.º ciclos, e tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLN) ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras áreas disciplinares, no caso do 1.º ciclo.

Os alunos autopropostos do ensino básico não progridem e obtêm a menção de *Não Aprovado* se estiverem nas condições referidas no número anterior.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa, nos três ciclos do ensino básico, as áreas não disciplinares, no 1.º ciclo, o Apoio ao Estudo, no 2.º ciclo, e as disciplinas de oferta

complementar, nos 2.º e 3.º ciclo, não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

18.14. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO ÀS PROVAS FINAIS DE CICLO

(art.º 28º da Portaria nº 223-A/2018, 3 de agosto)

- 1 — As provas finais de ciclo realizam -se no 9.º ano de escolaridade, e destinam -se a todos os alunos do ensino básico.
- 2 — Excecionam -se do disposto no número anterior os alunos abrangidos por medidas adicionais, com adaptações curriculares significativas, aplicadas no âmbito do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho.
- 3 — Realizam, obrigatoriamente, as provas finais de ciclo, no caso de pretenderem prosseguir estudos no nível secundário, em cursos científico-humanísticos, excluindo os cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, os alunos que se encontrem a frequentar:
 - a) Percursos curriculares alternativos (PCA);
 - b) Cursos de ensino vocacional;
 - c) Cursos de educação e formação (CEF);
 - d) Programas integrados de educação e formação (PIEF);
 - e) Cursos de educação e formação de adultos (EFA);
 - f) Outras ofertas específicas.
- 4 — As provas finais de ciclo têm como referencial de avaliação os documentos curriculares em vigor relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.
- 5 — As provas finais complementam o processo de avaliação sumativa dos alunos do 9.º ano nas disciplinas de:
 - a) Português e Matemática;
 - b) PLN (provas finais de nível A2 e B1) e Matemática, para os alunos do nível de proficiência linguística de iniciação A1 e A2 ou do nível intermédio B1;
 - c) Português Língua Segunda (PL2) e Matemática para os alunos com surdez severa a profunda das escolas de referência.
- 6 — As provas finais de ciclo realizam -se em duas fases com uma única chamada cada, sendo a 1.ª fase obrigatória para todos os alunos, à exceção dos alunos referidos nas alíneas c) e d) do número seguinte, que só podem realizar provas finais na 2.ª fase.
- 7 — A 2.ª fase de provas finais destina-se aos alunos que:

- a) Faltem à 1.^a fase por motivos excepcionais devidamente comprovados;
- b) Obtenham uma classificação final inferior a nível 3 após as provas finais realizadas na 1.^a fase e não reúnam condições de aprovação;
- c) Frequentem o 9.^o ano de escolaridade e não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final;
- d) Tenham ficado retidos por faltas, no 9.^o ano de escolaridade, pela aplicação do previsto na alínea b) do n.^o 4 do artigo 21.^o da Lei n.^o 51/2012, de 5 de setembro.

8 — A classificação obtida na 2.^a fase das provas finais realizadas na qualidade de provas de equivalência à frequência pelos alunos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior é considerada como classificação final da respetiva disciplina.

9 — As provas finais de ciclo são classificadas na escala percentual de 0 a 100, arredondada às unidades, sendo a classificação final da prova convertida na escala de 1 a 5 nos termos da lei em vigor.

18.15. CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO/RETENÇÃO NOS ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

De acordo com o artigo 32.^o da **Portaria** n.^o 223-A/2018, 3 de agosto, nos anos não terminais de ciclo, o aluno progride e obtém a menção de *Transitou*², mas ficará sujeito a um Contrato Pedagógico, se estiver numa das seguintes condições:

2.^o e 3.^o anos

Se tiver obtido classificação inferior a 3 a Português, Matemática e Estudo do Meio ou Inglês, simultaneamente.

5.^o e 7.^o Anos

Se tiver obtido classificação inferior a 3 em quatro disciplinas.

8.^o Ano

Se estiver numa das seguintes situações:

- a)** Tenha obtido classificação de frequência inferior a 3 em quatro disciplinas;
- b)** Tenha obtido classificação inferior a três em três disciplinas e duas delas sejam, cumulativamente, Português e Matemática.

Atendendo, no entanto a:

A- (pontos 2 e 3 do art.^o 32.^o **Portaria** n.^o 223-A/2018, 3 de agosto):

² Tendo em conta o ponto 13.4

2 — A decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional.

3 — A decisão de retenção só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas

B- Contrato com a DGE, no âmbito do Plano de Inovação (PI).

Uma vez assinado o contrato com a DGE, no âmbito do Plano de Inovação:

18.16. NO ANO LETIVO 2018/2019, ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

a) No seguimento do projeto GeFORCEE (no âmbito do PI) e depois de auscultados os docentes, o Conselho Pedagógico debateu os critérios de progressão/retenção, mantendo o espírito da lei e do próprio projeto.

Assim, nos anos não terminais de ciclo – de acordo com a lei, apenas há retenção em casos excecionais, que se caracterizam por:

- A decisão deve ser sempre tomada pelo conselho de turma. Para uma retenção excecional o CT deve ter em atenção as seguintes orientações:
 - Situações previstas na lei – nomeadamente excesso de faltas injustificadas;
 - Não cumprimento do contrato pedagógico assinado no ano anterior.

b) A classificação quantitativa do 1º período será acompanhada por um reforço da avaliação descritiva nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês, para os alunos a desenvolver aprendizagens estruturantes de anos de escolaridade anteriores ao 7º ano.

c) As classificações das restantes situações do 7º ano serão feitas de acordo com o normativo legal em vigor, referente às avaliações das aprendizagens;

d) No final do ciclo, a estes alunos aplicar-se-á o regime normal de avaliação.

18.17. EFEITOS DA AVALIAÇÃO SUMATIVA – RESUMO

18.18. CRITÉRIOS DE TRANSIÇÃO DE CICLO

- ✓ A progressão exprime-se através do juízo de **Transitou** (anos não terminais de ciclo) e **Aprovado** (anos terminais de ciclo);
- ✓ É aprovado o aluno que tenha adquirido os conhecimentos e desenvolvidas as capacidades definidas para cada ciclo de ensino;

- ✓ Em situações em que o aluno não adquira os conhecimentos nem desenvolva as capacidades definidas para o ano de escolaridade que frequenta, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, deve propor as medidas necessárias para colmatar as deficiências detetadas no percurso escolar do aluno.
- ✓ Caso o aluno não adquira os conhecimentos predefinidos para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam a aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades definidas para um ano de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, pode, a título excecional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, exceto no 1.º ano de escolaridade.
- ✓ Verificando-se retenção (Quadro 8), compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar os conhecimentos não adquiridos e as capacidades não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do plano da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

Ano	Situação do aluno	Decisão final	Observações
2.º	Ultrapassou o limite de faltas injustificadas; não cumpriram o Contrato Pedagógico;	Retenção ⁽¹⁾	Excecional
3.º	Qualquer outra situação relacionada com o aproveitamento do aluno	Retenção ⁽¹⁾	Excecional
4.º	Disciplinas sem aproveitamento	Português; Matemática	Não Aprovado
		Português OU Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas;	Não Aprovado
5.º	Ultrapassou o limite de faltas injustificadas; não cumpriram o Contrato Pedagógico;	Retenção ⁽¹⁾	Excecional
6.º	Qualquer outra situação relacionada com o aproveitamento do aluno		
7.º	Disciplinas sem aproveitamento: Português; Matemática/3 disciplinas	Não Aprovado	Final de ciclo
8.º	Ultrapassou o limite de faltas injustificadas; não cumpriram o Contrato Pedagógico;	Retenção ⁽²⁾	Excecional
9.º	Qualquer outra situação relacionada com o aproveitamento do aluno	Retenção ⁽²⁾	Excecional
10.º	Disciplinas sem aproveitamento: Português; Matemática/3 disciplinas	Retenção ^{(1) (2)}	Excecional
11.º		Não Aprovado	Final de ciclo

⁽¹⁾ – A decisão de retenção deverá ser muito bem ponderada e sempre de caráter excecional.

⁽²⁾ – Aplica-se o contratualizado com a DGE, no âmbito do PI

Quadro 8- situações de retenção

18.19. ALUNOS ABRANGIDOS PELA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Serão aplicados a estes alunos os mesmos critérios de avaliação sumativa contemplados para TODOS (art.º 23.º da portaria 223-A/2018 de 3 de agosto), salvaguardando-se, porém, as adaptações no processo de avaliação previstas no art.º 28.º do DL 54/2018 de 6 de julho, sempre que devidamente explicitadas e fundamentadas nos relatórios técnico-pedagógicos (RTP) e, quando aplicável, nos Programas Educativos Individuais (PEI), no

que diz respeito a alunos contemplados respetivamente por medidas seletivas e adicionais.

Igualmente será valorizada a componente da oralidade e da dimensão prática e experimental das aprendizagens essenciais a desenvolver, articuladas horizontal e verticalmente e integrando conhecimentos, capacidades e atitudes, sempre tendo em conta a obtenção do potencial máximo do mesmo, independentemente de ser contemplado por medidas universais, seletivas ou adicionais.

No âmbito da portaria 223-A/2018, de 3 de agosto:

- Art.º 26.º, ponto 10 – O Diretor, mediante parecer do Conselho Pedagógico e ouvidos os encarregados de educação, decide sobre a realização as Provas de Aferição do Ensino Básico pelos alunos abrangidos por medidas adicionais com adaptações curriculares significativas, aplicadas no âmbito do DL nº 54/2018, de 6 de julho;
- Art.º 28.º, ponto 1 – Os alunos contemplados por medidas adicionais estão dispensados da realização das provas finais de ciclo;
- Art.º 29.º - Aos alunos com medidas universais, seletivas ou adicionais, no âmbito do DL nº 54/2018 de 6 de julho, que realizam Provas de Aferição do Ensino Básico (PAEB), Provas Finais de Ciclo do Ensino Básico e Provas de Equivalência à Frequência são garantidas, se necessário, adaptações no processo de avaliação das mesmas.

18.20. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1. A classificação de cada período resulta da aplicação dos critérios específicos de cada disciplina.
2. A classificação final de ano do Ensino Básico é o resultado de uma apreciação globalizante do aluno.
3. Em todas as disciplinas os professores devem sujeitar os seus alunos à aplicação dos diferentes instrumentos de avaliação, de acordo com as planificações definidas pelos respetivos Departamentos Curriculares.
4. Os professores devem traduzir quantitativamente e/ou qualitativamente no 2.º e 3.º ciclo e qualitativamente no 1.º ciclo, de acordo com as grelhas de cada departamento, os resultados obtidos pelos alunos nos trabalhos individuais que

constituem o instrumento base e dos mesmos (data de realização dos trabalhos e resultados obtidos) dar-lhes conhecimento atempado e inequívoco.

5. São obrigatórios momentos de avaliação da oralidade ou da dimensão prática e experimental, integrados no processo de ensino aprendizagem, nas disciplinas em que tal seja definido.
6. No 1.º período, não devem ser atribuídas classificações que possam vir a inviabilizar o sucesso dos alunos, no caso daqueles que não atingiram significativamente os conhecimentos e capacidades para a disciplina, mas manifestaram esforço e empenho nas atividades escolares.
7. Os professores devem dispor de elementos que lhes permitam fundamentar a avaliação dos trabalhos e prestações dos alunos em todos os instrumentos de avaliação a que estes se sujeitaram.
8. Os professores devem informar os alunos/encarregados de educação de todos os instrumentos e critérios gerais e específicos que vão ser considerados na avaliação final dos alunos.
9. Os professores devem informar os alunos dos resultados obtidos nos diferentes instrumentos de avaliação.
10. No caso de, por razões justificadas, não haver elementos de avaliação dos alunos relativos ao primeiro ou ao 2.º período, a classificação final a atribuir será calculada da seguinte forma:

$$(\text{Classificação média atingida nos instrumentos de avaliação do período em que existe avaliação} \times 0,5) + (0,5 \times \text{Classificação média atingida nos instrumentos de avaliação do 3.º período}).$$

11. Sempre que o aluno frequentar as aulas durante um único período letivo, por falta de assiduidade motivada por doença prolongada ou impedimento legal devidamente comprovados, fica sujeito à realização de uma prova extraordinária de avaliação (PEA) em cada disciplina, exceto naquelas em que realizar, no ano curricular em causa, prova final de ciclo.
12. Sempre que, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola, apenas existirem em qualquer disciplina não sujeita a prova final de ciclo elementos de avaliação respeitantes a um dos três períodos letivos, o encarregado de educação do aluno pode optar entre:
 - a) Ser considerada como classificação anual de frequência a classificação obtida nesse período;

- b) Não ser atribuída classificação anual de frequência nessa disciplina;
 - c) Realizar a PEA.
13. A atribuição de classificações inferiores a 3 deverá merecer por parte de cada professor a respetiva fundamentação em ata.
14. A autoavaliação dos alunos tem carácter obrigatório e estará à disposição do Conselho de Turma.
15. Os critérios de avaliação referidos anteriormente, devem ser respeitados por todos os professores em cada momento de avaliação.
16. No respeito pela lei, os presentes Instrumentos e Critérios de Avaliação entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação e manter-se-ão em vigor até que o Conselho Pedagógico considere útil a sua revisão ou a legislação o venha a exigir.

19. FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS

O Plano de Estudos estará disponível para consulta na sede do Agrupamento, bem como nos Centros Escolares. Será, igualmente, divulgado na página eletrónica deste agrupamento (<http://agrupamentoverticalcristelo.edu.pt/>), a fim de ser consultado por todos os elementos da comunidade educativa.

20. ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do Plano encontra-se enquadrada, de forma genérica, pela seguinte legislação:

- **Portaria** nº 223-A/2018, 3 de agosto
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho
- Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho
- Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto
- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro
- Portaria nº 341/2015, de 9 de outubro
- Despacho normativo nº 6/2018 de 12 de abril
- Despacho normativo nº 10-A/2018 de 19 de junho
- Despacho nº 9265-B/2013, de 15 julho
- Despacho nº 8651/2014, de 3 de julho
- Despacho normativo nº 10-B/2016 de 6 de julho

ANEXO I

Atualizado em 20 de AGOSTO de 2021

PROCESSO TÉCNICO PEDAGÓGICO

(De acordo com o artigo 32º do Decreto Regulamentar 84-A/2007)

1. PROGRAMA DE AÇÃO

-Local onde se encontra a informação

1.1 Objetivos Gerais	Projeto Educativo
1.2 Objetivos Específicos	Plano Plurianual de Melhoria/Plano de Inovação
1.3 Conteúdos Programáticos	Aprendizagens Essenciais Dat@cris – Projeto Curricular de Turma Planificações
1.4 Metodologias	Planificação das áreas disciplinares: • Departamento do Pré-escolar • Departamento do 1º Ciclo • Departamento de Matemática e Ciências Experimentais • Departamento de Línguas • Departamento de Ciências Sociais e Humanas • Departamento de Expressões
1.5 Avaliação	Sumativa Dat@cris – Projeto Curricular de Turma • 1º Período • 2º Período • 3º Período • 4º Período
	Formativa Dat@cris – Projeto Curricular de Turma • Ao longo do ano letivo, conforme calendário de testes
	Semestral Relatórios DGE - TEIP

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

consultar o plano de inovação (anexo G)

3. INTERVENIENTES

Local onde se encontra a informação

3.1 Professores	Dat@Cris – Projeto de Turma (T01 RTP)
3.2 Alunos	Dat@Cris – Projeto de Turma (T02 TPS)
3.3 Técnicos Especializados	Dat@Cris – Observatório Social (T02 TOS)

4. SUMÁRIOS DAS SESSÕES FORMATIVAS

Local onde se encontra a informação

4.1 Professores	Livro de ponto digital Dat@Cris – Projeto de Turma (T01 RTP)
4.2 Alunos	Livro de ponto digital Dat@Cris – Projeto Curricular de Turma (T02 TPS)

5. MATERIAIS DE APOIO

Local onde se encontra a informação

5.1 Manuais	Listagem de manuais adotados
--------------------	------------------------------

5.2 Textos de Apoio	Plataforma Moodle (Departamentos) • Pré-escolar • 1º Ciclo • Matemática e Ciências Experimentais • Línguas • Ciências Sociais e Humanas • Expressões
----------------------------	---

6. MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS UTILIZADOS NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Local onde se encontra a informação

6.1 Testes	Plataforma Moodle
6.2 Fichas	(Dossier do coordenador de Departamento)
6.3 Relatórios individuais do professor	Dat@Cris – Relatórios de atividade Dat@Cris – Relatório de avaliação - PAA
6.4 Competências desenvolvidas e avaliação	
6.5 Classificações do aproveitamento	Dat@Cris / GIAE Alunos
6.6 Instrumentos de monitorização /avaliação	Dat@Cris Observatório da Qualidade Plataforma Moodle

7. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS FORMADORES

Local onde se encontra a informação

7.1 Perspetivas dos alunos (questionários de satisfação)	Observatório da Qualidade Plataforma Moodle Plataforma Classroom
---	--

Local onde se encontra a informação

8. Relatório final de execução	Relatório do Plano de Atividades
---------------------------------------	----------------------------------

9. Atas, outros documentos que evidenciem acompanhamento e avaliação da atividade	Dat@Cris - Relatórios Dossier de atas dos Departamentos: • Pré-escolar • 1º Ciclo • Matemática e Ciências Experimentais • Línguas • Ciências Sociais e Humanas • Expressões Dossier de atas dos Conselhos de Turma: • Pré-escolar • 1º, 2º, 3º Ciclo e Secundário
10. Publicitação e informação produzida para divulgação da atividade	Identificação em todos os documentos Canal interno de TV - Infochannel Informação à entrada das escolas Página eletrónica da escola